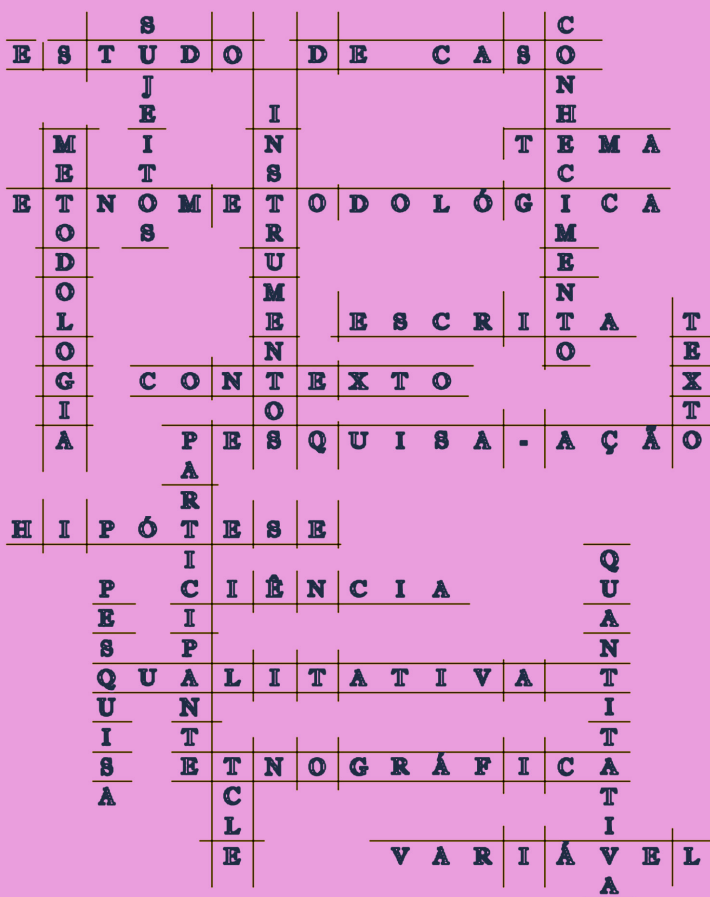


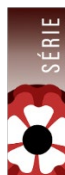
Conversando sobre Metodologia da Pesquisa Científica

Sandra Maria Nascimento de Mattos

Volume 2



CONVERSANDO SOBRE METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA



Processos Formativos

DIRETORES DA SÉRIE

Prof. Dr. Ana Paula Leivar Brancaleoni
(Unesp/FCAV)

Prof. Dr. Jackson Gois
(Unesp/IBILCE)

Prof. Dr. Humberto Perinelli Neto
(Unesp/IBILCE)

Prof. Dr. Ricardo Scucuglia
(Unesp/IBILCE)

COMITÊ EDITORIAL CIENTÍFICO

Prof. Dr. Adriano Vargas Freitas
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Alejandro Pimiento Betancur
Universidad de Antioquia (Colômbia)

Alexandre Maia do Bomfim
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Prof. Dr. Alexandre Pacheco
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Prof.ª Dr.ª Ana Clédina Rodrigues Gomes
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Braz Dias
Central Michigan University (CMU/EUA)

Prof.ª Dr.ª Ana Maria de Andrade Caldeira
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. Armando Traldi Júnior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

Prof. Dr. Daniel Fernando Johnson Mardones
Universidad de Chile (UCHile)

Prof.ª Dr.ª Deise Aparecida Peralta
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. Eder Pires de Camargo
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. Elenilton Vieira Godoy
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. Elison Paim
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Fernando Seffner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. George Gadanidis
Western University, Canadá

Prof. Dr. Gilson Bispo de Jesus
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Profa. Dra. Ilane Ferreira Cavalcante
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Prof. Dr. João Ricardo Viola dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. José Eustáquio Romão
Universidade Nove de Julho e Instituto Paulo Freire (Uninove e IPF)

Prof. Dr. José Messildo Viana Nunes
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. José Sávio Bicho de Oliveira
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof. Dr. Klinger Teodoro Ciriaco
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Prof.ª Dr.ª Lucélia Tavares Guimarães
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Borba
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof.ª Dr.ª Márcia Regina da Silva
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.ª Dr.ª Maria Altina Silva Ramos
Universidade do Minho, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Prof.ª Dr.ª Olga Maria Pombo Martins
Universidade de Lisboa (Portugal)

Prof. Dr. Paulo Gabriel Franco dos Santos
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Ricardo Cantoral
Centro de Investigación e Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional (Cinvestav, México)

Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani
Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof. Dr. Sidinei Cruz Sobrinho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL/Passo Fundo)

Prof. Dr. Vlademir Marim
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Wagner Barbosa de Lima Palanch
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)

CONVERSANDO SOBRE METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

DESENHANDO O PROJETO E A PESQUISA

VOL. 2

Sandra Maria Nascimento de Mattos



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M444c

Mattos, Sandra Maria Nascimento de

Conversando sobre metodologia da pesquisa científica: desenhando o projeto e a pesquisa [recurso eletrônico] / Sandra Maria Nascimento de Mattos. – Cachoeirinha : Fi, 2024.

v. 2 ; 243p.

ISBN 978-65-85725-99-6

DOI 10.22350/9786585725996

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Método de pesquisa científica – Projeto. I. Título.

CDU 001.1/.89

SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

José Roberto Linhares de Mattos

APRESENTAÇÃO

13

Sandra Mattos

UNIDADE I DESENHO DA PESQUISA

1

21

DESENHANDO A PESQUISA CIENTÍFICA

1.1 LEVANTAMENTO EXPLORATÓRIO INICIAL.....	24
1.2 LINGUAGEM ESPECÍFICA DA ÁREA.....	26
1.3 DIFERENÇA ENTRE METODOLOGIA, MÉTODO E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	27
1.3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	28
1.3.2. MÉTODOS DE PESQUISA.....	30
1.3.3. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	34
1.4 DESENHANDO A PESQUISA QUALITATIVA.....	35
1.4.1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA PESQUISA QUALITATIVA.....	37
1.5 ENTRANDO EM CAMPO.....	38
1.5.1 ENTRADA EM INSTITUIÇÕES.....	40
1.5.2 ACESSO AOS PARTICIPANTES.....	42
1.5.3 PAPÉIS DO PESQUISADOR EM CAMPO.....	44
1.6 RESPONSABILIDADES DO PESQUISADOR.....	45
1.7 ESCUTA ATIVA.....	46
1.8 ANONIMATO DOS PARTICIPANTES E DAS INFORMAÇÕES.....	49

2

51

ALGUNS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

2.1 UTILIZANDO ARTEFATOS NA PESQUISA.....	52
2.2 UTILIZANDO MENTEFATOS NA PESQUISA.....	53
2.3 UTILIZANDO SOCIOFATOS NA PESQUISA.....	54
2.4 UTILIZANDO MODALIDADES ESCRITAS NA PESQUISA QUALITATIVA.....	55
2.4.1 UTILIZANDO MÉTODOS BIOGRÁFICOS.....	55

2.4.1.1 HISTÓRIA DE VIDA	56
2.4.1.2 HISTÓRIA ORAL	57
2.4.1.3 DEPOIMENTO PESSOAL	58
2.4.1.4 AUTOBIOGRAFIA	59
2.4.1.5 BIOGRAFIA	59
2.4.1.6 NARRATIVAS COCONSTRUÍDAS	60
2.4.1.7 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS (RE)	60
2.4.2 UTILIZANDO O ESTADO DA ARTE	62
2.4.3 UTILIZANDO A PESQUISA DE CAMPO	66
2.4.4 UTILIZANDO O MÉTODO CARTOGRÁFICO	68

3

71

DADOS DE PESQUISA

3.1 ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA.....	72
3.2 ANÁLISE DE VÍDEOS.....	73
3.3 ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO (AC) E DA FALA.....	74
3.3.1 TRANSCRIÇÕES DA CONVERSAÇÃO E DA FALA.....	77
3.4 ANÁLISE DO DISCURSO (AD)	79
3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO (AC)	81

4

85

A PESQUISA EM TEMPOS EMERGENCIAIS

4.1 ETNOGRAFIA DIGITAL	86
4.2 NETNOGRAFIA.....	89
4.3 CIBER ETNOGRAFIA	91
4.4 CIBER PRAXIOGRAFIA	94
4.5 CAMINHOS DA PESQUISA “TIPO” ETNOGRÁFICA PARA O FUTURO.....	98
4.5.1 INSTRUMENTOS PARA O FUTURO DA PESQUISA “TIPO” ETNOGRÁFICA	99

5

101

MULTIPAPER: ALTERNATIVA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

5.1 COMO ORGANIZAR DISSERTAÇÕES E TESES EM FORMATO MULTIPAPER:.....	102
---	-----

UNIDADE II

DESENHANDO O PROJETO DE PESQUISA

6

109

PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA

6.1 PRIMEIRO PASSO: OBJETO DE PESQUISA – TEMA.....	109
6.1.1 COMO ESCOLHER UM TEMA DE PESQUISA?	110
6.1.1.1 PENSAMENTO RACIONAL	111

6.1.1.2 PENSAMENTO CRIATIVO	116
6.2 SEGUNDO PASSO: PROBLEMA DE PESQUISA	120
6.2.1 CATEGORIAS TEÓRICAS	124
6.3 TERCEIRO PASSO: OBJETIVOS, HIPÓTESES E QUESTÕES NORTEADORAS	127
6.3.1 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAR OBJETIVOS	128
6.3.2 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAR HIPÓTESES	131
6.3.3 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAR QUESTÕES NORTEADORAS	134
6.4 QUARTO PASSO: ELABORAÇÃO DA JUSTIFICATIVA DE PESQUISA	136

7

139

SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA

7.1 QUINTO PASSO: ELABORAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO	140
7.2 ESCREVER SEM PLAGIAR: EIS A QUESTÃO!	144
7.2.1 ÉTICA CIENTÍFICA: CAMINHOS QUE DIRECIONAM PRÁTICAS E DECISÕES CIENTÍFICAS	146

8

151

TERCEIRA ETAPA DA PESQUISA

8.1 SEXTO PASSO: METODOLOGIA DA PESQUISA	152
8.1.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS	153
8.1.2 CONTEXTO	157
8.1.3 SUJEITOS OU PARTICIPANTES	159
8.1.3.1 ESCOLHENDO OS SUJEITOS	161
8.1.3.2 NOVAMENTE ... ABORDANDO A ÉTICA NA PESQUISA	161
8.1.3.3 ÉTICA COM OS SERES HUMANOS NA PESQUISA	166
8.1.4 INSTRUMENTOS	172
8.1.4.1 CATEGORIAS EMPÍRICAS	173
8.1.4.2 DIÁRIO DE CAMPO	179
8.1.4.3 OBSERVAÇÃO	181
8.1.4.4 QUESTIONÁRIO	182
8.1.4.5 ENTREVISTA	186
8.1.4.6 MEMORIAL DESCRITIVO	187
8.1.4.7 RODA DE CONVERSA	190
8.1.4.8 TÉCNICA PROJETIVA	192
8.1.4.9 GRUPO FOCAL	195
8.1.4.10 CARTAS PEDAGÓGICAS	196
8.1.5 INSTRUMENTOS SECUNDÁRIOS	199
8.1.6 ANÁLISE DOS DADOS	199
8.1.6.1 UNIDADES DE ANÁLISES	202
8.1.6.2 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS	204
8.1.6.3 TRIANGULAÇÃO	207
8.1.7 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	210
8.1.7.1 GRÁFICOS	211

8.1.7.2 TABELAS	213
8.1.7.3 QUADROS.....	214
8.1.7.4 ILUSTRAÇÕES	215
8.1.8 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	216
8.1.8.1 COMO DIVULGAR.....	217
8.1.8.2 MEIOS DE DIVULGAÇÃO	221

9

225

QUARTA ETAPA DA PESQUISA

9.1 SÉTIMO PASSO: ELABORAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
9.2 OITAVO PASSO: ELABORAÇÃO DE INTRODUÇÃO	229
9.3 NONO PASSO: ELABORAÇÃO DO RESUMO NA LÍNGUA MATERNA	230
9.4 DÉCIMO PASSO: ELABORAÇÃO DO RESUMO EM OUTRA LÍNGUA	231
9.5 DÉCIMO PRIMEIRO PASSO: ORGANIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS	232

REFERÊNCIAS

235

PREFÁCIO

José Roberto Linhares de Mattos

Excelente a ideia de Sandra Mattos de escrever um segundo volume do livro “CONVERSANDO SOBRE METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA”, em que traz assuntos importantes, mas que, por falta de tempo e espaço, acabaram não sendo abordados no volume 1, em especial, um capítulo sobre “A Pesquisa em Tempos Emergenciais”.

Vivemos um momento atípico para a pesquisa científica in lócus, em comunidades, sejam elas tradicionais ou escolares, em que tivemos que nos adaptar em virtude da pandemia da Covid-19 e, conseqüentemente, da impossibilidade de estarmos mais presentes nos locais de pesquisa para utilizarmos técnicas de observação participante, rodas de conversas etc.

Dessa forma, esse capítulo que a autora traz no livro, abordando recursos e técnicas que nos permitem conviver com as mudanças provocadas por eventos adversos, se torna de grande importância para aqueles que trabalham com pesquisas de campo ou mesmo etnográfica. O momento atual nos faz pensar, por exemplo, que a técnica de observação participante, que achávamos estritamente necessária em uma pesquisa etnográfica, pode sim ser substituída por observação não participante, com registros de imagens de vídeos, fotos e entrevistas, sem estarmos presentes, e termos uma riqueza de detalhes que, muitas vezes, não eram captados na observação participante.

Um outro capítulo muito interessante é o que trata sobre o formato alternativo “Multipaper” para teses e dissertações, que tem se mostrado bem aceito na academia. Aquele formato de tese ou dissertação, longo e que, muitas vezes, tem mais referencial teórico do que resultados, dá lugar a um formato bem mais interessante, agradável e útil para quem busca o trabalho como referência. Não que esse formato não requeira um referencial teórico-metodológico aprofundado que respalde as pesquisas ali presentes, muito pelo contrário, pois os artigos que o compõe têm um tal referencial. O que é interessante e útil nesse formato é romper com uma lógica tradicional de uma tese ou dissertação em capítulos quando o que mais interessa são os resultados.

A autora trata muito bem no livro sobre essas questões acima, com uma linguagem clara e objetiva, que nos esclarece os temas e elimina nossas dúvidas. Mas não são só esses assuntos que abrilhantam o livro. Todos os outros capítulos são extremamente importantes e, nos tiram várias dúvidas, agregando em um livro o que muitas vezes temos que buscar em vários.

O capítulo 1 com, entre outras coisas, a diferença entre metodologia, método e abordagem metodológica; as características da pesquisa qualitativa; a imersão no contexto da pesquisa; e a escuta ativa, mostram possibilidades e escolhas para uma investigação, por meio de uma “figura de linguagem” a qual a autora chamou de “desenhando a pesquisa científica”. Dúvidas são sanadas e esclarecimentos são levados aos leitores de uma forma simples e objetiva.

Já o capítulo 2 trata dos procedimentos metodológicos que são pertinentes à investigação em questão. São trazidas informações aos leitores sobre alguns produtos culturais, como artefatos, mentefatos e

sociofatos. Para quem trabalha com conhecimentos ancestrais de povos tradicionais ou originários isso é de suma importância. Da mesma forma, métodos biográficos que incluem “história oral”, “narrativas coconstruídas” e “relatos de experiência”, são tratados no capítulo, o que nos permite conhecer sobre eles. O capítulo termina com um tipo de levantamento para saber como anda a produção científica com relação ao tema da pesquisa. Esse levantamento, chamado “Estado da Arte”, tem se tornado bastante comum nos trabalhos acadêmicos de teses e dissertações, e também em artigos científicos de cunho bibliográfico.

Um outro capítulo é sobre a análise dos dados gerados pela pesquisa, que trabalha esses dados, por meio de um referencial teórico, para produzir os resultados. Essa fase, obviamente, não pode faltar em uma investigação científica, e compreende análise dos áudios, vídeos, conversas, transcrição de falas, análise do discurso e de conteúdo.

Não bastasse todo esse conteúdo da unidade I do livro, denominado pela autora de “desenho da pesquisa”, Sandra Mattos ainda traz uma unidade II que compreende as etapas de um projeto de pesquisa. As duas unidades juntas tornam o livro uma obra completa, que atende aos interesses tanto de um(a) pesquisador(a), como de um(a) estudante de graduação ou pós-graduação.

Termino esse prefácio dizendo que esse é um livro para o presente, pois estamos todos querendo apreender sempre sobre metodologia da pesquisa, mas também é um livro para o futuro, já que as novas mudanças ocorridas pelo atual cenário mundial de segurança sanitária nos levarão a buscar alternativas metodológicas que nos permitam

continuar mantendo a ética em pesquisa, e nos conduzindo na direção da difusão do conhecimento.

Rio de Janeiro, verão de 2022.

APRESENTAÇÃO

Sandra Mattos

É intrigante perceber que a cada passo que avançamos na compreensão sobre a pesquisa, ainda temos um longo caminho a percorrer. É perceptível que pouco sabemos a respeito da pesquisa enquanto um percurso investigativo que ousa apresentar um novo conhecimento e, ao mesmo tempo, elabora uma rede tramada em variados caminhos que nos leva a compreender o mundo e o ser humano enquanto sujeito empírico, social e cultural dotado de pensamentos e ideias que alavancam a realidade em que vivem e na qual convivem com os outros.

Trazer mais um livro intitulado “Conversando sobre metodologia da pesquisa” em um segundo volume, induziu-me na esperança, situada no esperar freiriano (FREIRE, 2002), em que a ousadia me leva por caminhos percorridos ou a percorrer, de ir atrás, de reconstruir itinerários investigativos e apresentá-los àqueles e àquelas que queiram os mesmos caminhos trilhar, avançando na reconstrução dos próprios itinerários. Diante disso, cresce o esperar no intuito de junto com os outros fazer um novo modo de pesquisar, mais envolvente, solidário, criativo e resiliente e, por sê-lo assim, mais resistente, inovador e insurgente.

Estamos caminhando por incertezas comumente tidas como certezas. Há que se perguntar como Boaventura (Santos, 2008, p. 18) sobre “o papel de todo conhecimento científico no enriquecimento ou

no empobrecimento prático de nossas vidas”. Será que esses conhecimentos estão gerando felicidade tanto a quem produz quanto a quem é destinado? Sinto-me, forçosamente, a deixar evidenciado que construímos, reconstruímos e desconstruímos conhecimentos para a humanidade em seu processo de humanização perante o planeta. Portanto, sair do senso comum é direcionar olhares que conduzem a valorização equitativa dos mais variados tipos de conhecimento em seu compartilhamento com os diferentes grupos socioculturais.

Estamos a todo tempo debatendo ou interpretando debates epistemológicos. Estamos dando voz, desvelando conhecimentos para a compreensão histórica da humanidade. Ir atrás da elucidação epistêmica é anunciar, denunciar e enunciar problemáticas existentes nesse caminhar investigativo. Todo conhecimento é autoconhecimento (Santos, 2004) e por sê-lo, compreendo-me histórica, social e culturalmente engajada no desvelamento investigativo, como um percurso direcionado à paz mundial e ao amor pelas pessoas. Findo esse texto afirmando que, em um mundo capitalista temos que “desmercantilizar” a ciência, ou seja, tirar o foco da troca, do escambo científico em função de uma produção rasa e incipiente. Há que se adotar uma postura crítica e reflexiva para as reais necessidades e demandas das realidades e comunidades científicas e sociais.

Pensando em todo esse emaranhado de conjecturas advindas de leituras sobre a pesquisa para um mundo em transição, vi-me provocada a continuar as pesquisas e trazer mais algumas provocações para o debate de quem é pesquisador. Eu, como pesquisadora, me vejo na obrigação de evidenciar os caminhos para o desenho da pesquisa científica, não como uma imposição, mas como um desvelar percursos

e, se provocados, os pesquisadores possam desconstruir ideias defasadas, para que refletindo criticamente consigam gerar possíveis caminhos criados e recriados pelos novos olhares investigativos.

Rio de Janeiro, verão de 2022.



UNIDADE I

DESENHO DA

PESQUISA



Um projeto de pesquisa envolve todo um aparato para dar direção à investigação proposta a ser desenvolvida em um período e em um determinado espaço. Esse aparato envolve o método e a metodologia, além de outros aspectos inerentes ao encaminhamento da pesquisa. Já distinguimos método de metodologia no volume 1 (Mattos, 2020), mas não custa lembrar. Método faz referência aos procedimentos e técnicas utilizados para analisar os dados coletados. Já a metodologia diz respeito a todo o percurso escolhido, entre teorias epistemológicas, referencial teórico até as técnicas para o desenvolvimento da pesquisa, bem como a abordagem metodológica e a classificação da pesquisa. Esses são os caminhos que iremos percorrer para o incremento da investigação.

Temos que esclarecer que, muitas vezes, o termo pesquisa é utilizado incorretamente, ou seja, é empregado apenas pela ocorrência de coletar fatos ou informações sem um propósito claro e para reagrupar e reorganizar fatos ou informações sem interpretação. Entendemos que uma pesquisa envolve a coleta de informações, mas essa recolha envolve uma sistematização que direciona as leituras, os instrumentos a serem utilizados, o tipo de abordagem e entrada no local, caso seja necessário. Alguns relatórios trazem essa reorganização de informações, mas sem o propósito de descobrir um novo conhecimento. Entretanto, é um caminho válido para a compreensão do que já existe a respeito do tema ou assunto.

Diante disso, entendemos que o projeto de pesquisa é um instrumento que nos permite implementar uma pesquisa, a qual tem como característica a recolha e interpretação de dados sistematicamente, pelos quais há o propósito de descobrir um novo

conhecimento, ou pelo menos, acrescentar algo de novo ao tema escolhido. Ressaltamos como aspecto crucial em uma pesquisa, as crenças e os valores do próprio pesquisador, os quais a impactará de alguma maneira, já que um pesquisador não é neutro naquilo que se propõe a realizar, tampouco deve sê-lo. Deve, entretanto, não querer que aquilo que ele acredita ser a verdade, seja realmente, sem ao menos investigar, tomando atitudes adequadas a uma investigação.

O pesquisador deve, inicialmente, preocupar-se com o tema. Esta é sem dúvida a parte mais importante e mais difícil para começar uma pesquisa. Sem ter clareza a respeito do objeto de estudo, é quase impossível planejar o projeto de pesquisa. Lembre-se sempre que decidir o tema e por onde caminhar será a parte mais relevante para construir os itinerários investigativos.

1

DESENHANDO A PESQUISA CIENTÍFICA



Introduzindo o assunto

O que você entende por desenhar? Podemos sugerir que desenhar é uma forma de representar graficamente algo ou alguém. Em pesquisa seria criar os meios possíveis para desenvolver uma investigação, a qual vai ser percebida por outros. Consequentemente, o desenho de uma pesquisa envolve escolhas que perpassam aquilo a ser investigado e todos os caminhos que darão direção para alcançar os resultados de pesquisa. Para Flick (2009, p. 57) realizar o desenho da pesquisa significa “planejar a pesquisa e garantir a qualidade de seus resultados.” Given (2008) afirma que o desenho de uma pesquisa envolve o teórico, o metodológico e ético, considerações que vão moldar a trajetória investigativa.

DESENHAR A PESQUISA é ...

... delinear os passos que o pesquisador percorrerá para conduzir a investigação, buscando analisar dados e trazer resultados, os quais são utilizados para solucionar o problema de pesquisa.

Um projeto de pesquisa é desenvolvido, inicialmente, por um esboço denominado plano de intenções. Nesse plano lançamos as ideias iniciais para desenvolver uma pesquisa. É desenvolvido em qualquer área de conhecimento e a pesquisa é direcionada para ampliar o conhecimento ou resolver problemas detectados nessa área. Portanto, uma pesquisa segue uma sistematização. Logicamente que essa sistematização é que conduzirá o projeto de pesquisa. Afirmamos que projeto de pesquisa não é a pesquisa. Pesquisa é o desenvolvimento na prática do projeto de pesquisa. Outro alerta que fazemos é que algumas pessoas acreditam que a pesquisa deve ser apartada do cotidiano do pesquisador e ser desenvolvida por pessoas com certo conhecimento.

Não discordamos disso, mas alertamos que uma pesquisa não está circunscrita somente a essas pessoas. Fazemos pesquisa todos os dias, ou seja, quando vamos comprar algo estamos fazendo pesquisa, já que escolhemos por preço, por qualidade, por beleza etc. Diante disso, afirmamos que a pesquisa pode ser desenvolvida no cotidiano das pessoas e pode ser implementada por quaisquer pessoas, desde que elas tenham interesse e inicie sua experiência com alguém que já saiba fazer pesquisa, dando-lhe os recursos necessários para pesquisar. Dito isso, acreditamos que elaborar um projeto sistematizado é o caminho para obter êxito na pesquisa.

Um projeto de pesquisa traz um problema que contém um tema ou um tema que contém um problema, ou seja, o pesquisador observou um problema referente a um determinado tema ou, ainda, tem um tema ou escolheu um tema que procurará se há problemas a serem resolvidos. São caminhos distintos e factíveis de gerarem pesquisa, já que em ambos os percursos teremos um tema e como afirmamos qualquer

pesquisa inicia pela escolha do tema. Consequentemente, o tema é um aspecto importante e merece as devidas considerações inerentes a ele, as quais são exigidas para sua escolha. Se não há tema, não há pesquisa. Partindo do problema, identificamos os objetivos de estudo e sistematizamos a metodologia. Todos esses caminhos nos permitem desenvolver a pesquisa com segurança e com a certeza de que é possível obter sucesso ao final.

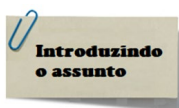
É perfeitamente normal sentirmos certa insegurança quando vamos construir um projeto de pesquisa. Devido a isso, é recomendado, aos iniciantes ou mesmo não iniciantes, fazer um levantamento dos estudos já existentes no tema pretendido para desenvolver a pesquisa. Por que recomendamos isso? Primeiro, o pesquisador iniciante toma conhecimento de como é feita uma pesquisa. Segundo, tem uma visão geral dos diferentes caminhos tomados por diferentes pesquisadores para desenvolver suas pesquisas. Terceiro, tem conhecimento de diversas abordagens e estilos de pesquisa. Por último, aprofunda um pouco mais seus conhecimentos a respeito do tema escolhido.

É o que chamamos de **levantamento exploratório inicial** ou **estudo preliminar**. É nesse levantamento que o pesquisador decide se é realmente o tema que quer pesquisar, observando possibilidades e dificuldades. Obtém informações sobre diferentes maneiras de elaborar um projeto. Constata como planejar sua pesquisa e aumenta seu conhecimento sobre a bibliografia a ser utilizada no desenvolvimento de sua pesquisa. Nesse levantamento exploratório, o pesquisador iniciante pode deparar-se com termos não conhecidos ou poucos examinados. É o momento de explorá-los ou, pelo menos, selecioná-los para trazê-los em sua pesquisa.

Ainda, nesse levantamento exploratório inicial, o pesquisador deve ter atenção aos jargões e termos específicos que rondam o tema escolhido. É o que chamamos de **linguagem específica da área**. Ressaltamos que essa linguagem não pode ser um empecilho para as demais pessoas terem acesso ao relatório de pesquisa. Portanto, cabe ao pesquisador, no desenvolvimento do relatório, deixar todos esses conceitos e jargões mais claros para possibilitar a leitura por qualquer pessoa. Sabemos que o desenvolvimento dessa linguagem específica facilita a comunicação entre os pares da área, mas não podemos cercear outras pessoas, que estão em seus estudos exploratórios, de terem acesso a essa linguagem.

Mediante isso, o projeto de pesquisa envolve maior entendimento a respeito da área e do tema. Portanto, antes de iniciá-lo convém considerar as diferentes variáveis, as quais envolvem o tema, bem como as características e estilos de algumas pesquisas desenvolvidas por estudiosos renomados na área.

1.1 LEVANTAMENTO EXPLORATÓRIO INICIAL

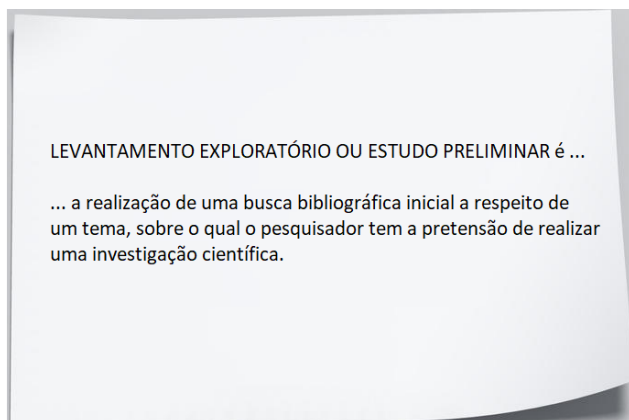


O que é um levantamento na pesquisa científica? Vamos iniciar pela etimologia da palavra.

Levantamento, por ser uma palavra derivada, tem sua origem vinculada a palavra “levantar”. A palavra “levantar” vem do latim *levantare* que significa erguer. Portanto, **levantamento é fazer uma recolha de informações**. O que estamos chamando de levantamento exploratório, alguns autores chamam de estudo exploratório. Para Bell (2008, p. 19, grifo de autora) “seria bom ter uma definição clara, curta e sucinta de

“levantamento””, mas isso não é possível devido cada levantamento ser único e específico para quem o faz.

O levantamento exploratório inicial é útil quando o pesquisador não tem conhecimento suficiente sobre o tema escolhido. É um estudo preliminar para adquirir maior compreensão e obter maior riqueza do fenômeno investigado. Segundo Piovesan e Temporini (1995, p. 320) o levantamento exploratório apoia-se nos seguintes princípios: “1) a aprendizagem melhor se realiza quando parte do conhecido; 2) deve-se buscar sempre ampliar o conhecimento e 3) esperar respostas racionais pressupõe formulação de perguntas também racionais”. Desse modo, o levantamento exploratório é um recurso que ajuda o pesquisador na definição de sua escolha de tema, permitindo melhor compreensão e constatação ou não da viabilidade de realização da investigação.



Um levantamento exploratório inicial bem-organizado pode dar direções para o desenvolvimento da pesquisa. Cabe ressaltar que não estamos tratando o levantamento exploratório inicial como é realizada a pesquisa exploratória, mas algumas características são semelhantes,

já que se trata de explorar um tema dentro de uma área específica. Portanto, no levantamento exploratório inicial, o pesquisador vai fazer uma busca na literatura, ou seja, ele vai considerar para seu estudo, os documentos existentes, quer sejam livros, quer sejam artigos em periódicos, quer sejam monografias, dissertações e teses, quer sejam legislações específicas, entre outros documentos.

Mediante esse estudo exploratório, o pesquisador torna-se apto a desenvolver o projeto de pesquisa com maior segurança e comodidade. A segurança é adquirida por intermédio de conhecimentos acerca do tema, o qual permite ao pesquisador apresentar ideias a respeito de sua pesquisa. Já a comodidade envolve a apreensão daquilo que existe, tal qual, daquilo que apresenta lacunas a serem investigadas. Entendemos que o movimento investigativo do pesquisador para com sua pesquisa, é transpassado pela direção que o olhar toma, visando o foco da pesquisa e, ao mesmo tempo, sabendo o que e como olhar é crucial para obter as nuances no contexto investigado.

1.2 LINGUAGEM ESPECÍFICA DA ÁREA



Muitas áreas de conhecimento contêm certas expressões que são específicas. Existem, ainda, certos jargões que somente quem é da área entende. Diante disso, é compreensível deixar evidenciado esses usos de linguagem quando estamos desenvolvendo uma pesquisa. Podemos, ainda, afirmar que a própria pesquisa tem uma linguagem específica. Todo texto científico requer alguns procedimentos de investigação e, além disso, tem uma estrutura definida, sendo composto por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

A língua é estruturada por um conjunto de regras. Para Vigotsky (2001a) a linguagem é intencional e, por isso, intelectualizada e objetiva, o que pressupõe certo grau de desenvolvimento do pensamento. Talvez, por essa intelectualização, sejam criadas as expressões específicas de cada área, aspecto que assegura a utilização por certas pessoas inerentes a própria área de atuação. Chomsky (2009) caminha pelos mesmos itinerários de Vigotsky sobre a linguagem e afirma que os seres humanos apresentam uma predisposição genética que permite a aquisição da linguagem.

Existem diversas linguagens que são inerentes a variadas áreas. O uso de uma linguagem específica não significa que outras pessoas não possam entender o que está escrito, basta tão somente haver disponível o que significa cada termo específico para que esclareça esses usos convencionais de áreas. Cabe ressaltar que há variações linguísticas no tempo e no espaço.

Se jargão é um modo de falar específico de determinado grupo, geralmente ligado à profissão, é compreensível que vá ocorrendo modificações com o passar do tempo, devido também a variação ocorrida de geração em geração. Podemos afirmar que existem inúmeros jargões dentro da própria educação direcionados a cada área de conhecimento. Portanto, é conveniente deixá-los mais evidentes possível.

1.3 DIFERENÇA ENTRE METODOLOGIA, MÉTODO E ABORDAGEM METODOLÓGICA



Existe certa confusão a respeito de alguns termos em pesquisa. Uma delas é estabelecer a diferença entre metodologia, método e abordagem metodológica. Cabe esclarecer que

alguns autores não fazem essa distinção, utilizando tanto metodologia quanto método ou abordagem metodológica para estabelecer alguns parâmetros da metodologia da pesquisa. Isso causa certo estranhamento por parte daqueles que precisam estabelecer a metodologia em seus projetos e trabalhos investigativos.

Devemos ressaltar que não temos a pretensão de trazer verdades absolutas a respeito desses termos, até porque alguns autores não as têm, tampouco nós. Portanto, a diferença que trazemos pode não ser a mesma que outro autor possa entender, pois trata-se de visões a respeito de certos conceitos. Algo logicamente possível e aceitável devido à complexidade que envolve especificar um conceito, já que compreendemos que caminhamos em um mundo que prevalecem as incertezas. O que é verdade hoje, pode não o ser amanhã e assim caminha a humanidade para o acréscimo de conhecimentos. O que visamos é dar alguns esclarecimentos para que o pesquisador consiga optar por qual termo ou conceito que irá escolher para o seu trabalho investigativo.

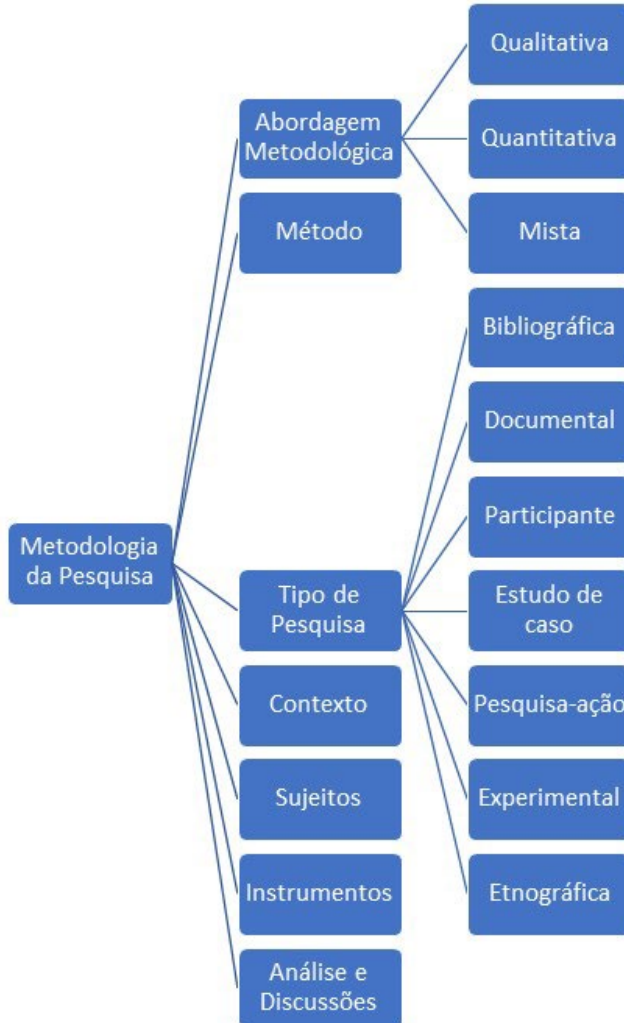
1.3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA



Isso posto, iniciamos nossa conversa sobre o termo metodologia. Apoiamo-nos em estudos desenvolvidos por Demo (1985), Severino (2007), Oliveira (2007), Minayo (2009), Andrade (2009) e Richardson *et al.* (2012) para estabelecer que metodologia de pesquisa diz respeito a todos os procedimentos que tomamos para desenvolver a pesquisa, ou seja, trata-se dos aportes teóricos e práticos com os quais direcionaremos a investigação científica no processo de produção dos dados, como podemos observar

na Figura 1. Os caminhos escolhidos pelo pesquisador para fazer ciência, ou seja, construir um conhecimento, é apresentado e explicitado na metodologia.

Figura 1 – Visão da Metodologia de Pesquisa



Geralmente, há um capítulo, no trabalho científico, destinado para a metodologia de pesquisa. Alguns autores, tais como Fachin (2006) preferem utilizar o termo procedimentos metodológicos, recaindo no mesmo itinerário investigativo. Outros autores, tais como Salomon (2004), optam por utilizar métodos e técnicas, entendido como um processo teórico e prático para o fazer investigativo. Dessa maneira, o pesquisador precisa ter muito cuidado quando for elaborar a metodologia de pesquisa. Dizemos isso porque o pesquisador precisa discernir entre os diferentes tipos de métodos e técnicas com os quais desenvolverá sua investigação. Essas escolhas não são algo fácil, já que supõem diferentes estudos sobre a descrição de algumas teorias, as quais podem auxiliar ou prejudicar a pesquisa, a depender das escolhas realizadas.

1.3.2. MÉTODOS DE PESQUISA



Preferimos utilizar a palavra no plural, já que não existe um único método de pesquisa. Alguns estudiosos já elaboraram diferentes tipos de método para construir o conhecimento científico. O método é uma orientação teórica, escolhida pelo pesquisador, com a qual explicitará a linha investigativa que direcionará o desenvolvimento do trabalho científico. Nessa dinâmica, podemos ter métodos de abordagem ou bases lógicas de investigação que são de caráter mais geral e para pensar a pesquisa. Dentre estes temos, o método dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

O método dedutivo, ligado ao racionalismo, parte do geral para o particular. O método indutivo, está relacionado ao empirismo, que parte

da observação, passando pela descoberta e chegando à generalização. Assim, parte do particular para o geral; já o método hipotético-dedutivo, associado ao neopositivismo, parte da observação crítica e racional do problema, levantando hipóteses para chegar a determinadas considerações. O método dialético, agregado ao materialismo, parte do estudo da realidade, analisando as partes em constante interação com o todo e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. E, finalizando, o método fenomenológico, que está conectado a fenomenologia, parte da compreensão do fenômeno, isolando suas causas, voltando-se para intencionalidade.

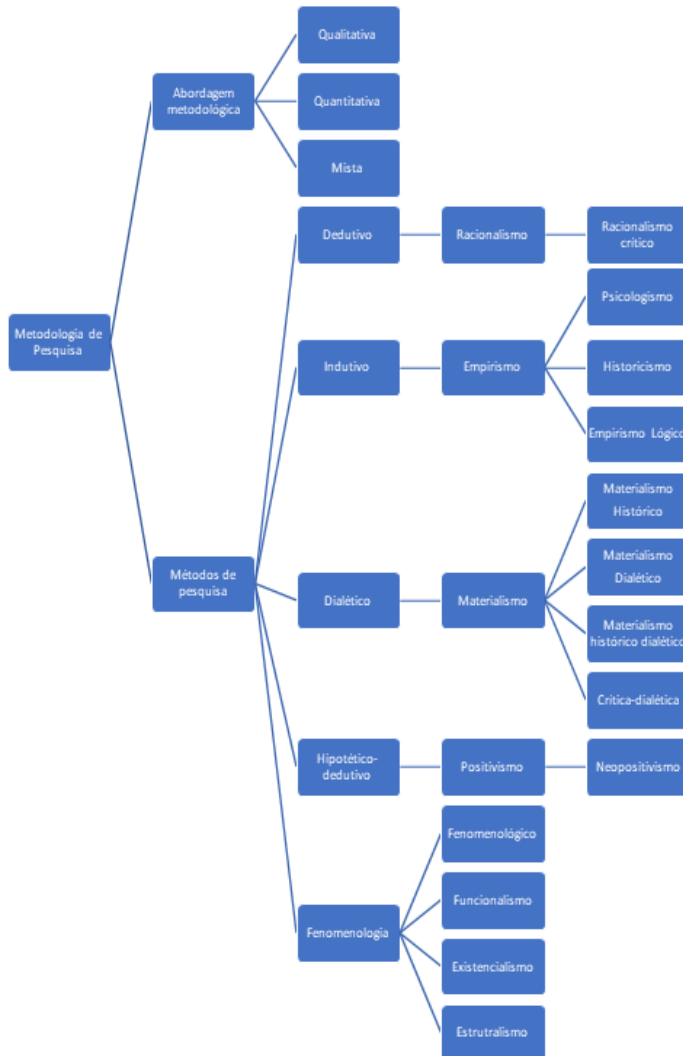
Podemos ter, ainda, métodos de procedimentos ou meios técnicos de investigação, pensados para realizar a pesquisa, tais como, método experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico, monográfico, histórico e etnográfico. O método experimental, associado ao empirismo, realiza o controle de variáveis para chegar ao conhecimento. O método observacional, ligado também ao empirismo, parte da observação para chegar ao conhecimento. Outro método ligado ao empirismo é o método clínico, que parte de observações e de relações entre pesquisado e pesquisador para alcançar o conhecimento.

O método comparativo, agregado ao funcionalismo, parte das semelhanças para chegar ao conhecimento, entendendo que as modificações ocorrem no particular. O método monográfico, também ligado ao funcionalismo, parte das minúcias para chegar a generalizações. O método estatístico, integrado ao neopositivismo, parte das probabilidades para chegar ao conhecimento. O método histórico, agregado a fenomenologia, parte dos acontecimentos passados para entender o presente e projetar o conhecimento para o

futuro. Já o método etnográfico, alinhado ao funcionalismo, confronta teoria e prática e a inter-relação entre pesquisado e pesquisador.

Podemos, mais ainda, ter métodos referentes ao quadro de referência, ligados ao paradigma teórico e epistemológico da pesquisa. Dentre estes métodos, temos: funcionalista, estruturalista, fenomenologia, materialismo dialético, materialismo histórico e etnometodológico. No estruturalismo tudo advém da atividade humana, a qual é carregada de significados. O funcionalista explica aspectos da sociedade para compreender as ações sociais individuais ou coletivas. No método funcionalista prevalece às funções desenvolvidas em uma sociedade, assim, o fato social é característica essencial de uma sociedade.

A fenomenologia está baseada nos fenômenos e como são compreendidos pela mente humana. Portanto, o foco recai sobre a “expressão direta e imediata do vivido” (Bicudo, 2011, p. 43). O materialismo dialético utiliza a dialética para compreender os processos sociais. Já o materialismo histórico foca as maneiras da vida material nas sociedades. A etnometodologia considera a realidade social construída cotidianamente por cada um e por todos, focando as atividades práticas racionais compartilháveis.

Figura 2 – Visão de Métodos e Abordagem metodológica

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Como podemos observar na Figura 2, diante de tantos métodos, não é uma escolha fácil para o pesquisador, mas ele deve compreender que realizá-las vai tornar o percurso investigativo mais confortável e

coerente com as opções que se fizerem necessárias para continuar na produção dos dados, análises e resultados. Fica subentendido que optar por uma corrente teórica de pesquisa, seja sociológica, antropológica, filosófica ou psicológica, dentre outras, nos faz caminhar em direção de outros aportes teóricos, os quais convergem para essa corrente teórica.

1.3.3. ABORDAGEM METODOLÓGICA



Podemos perceber que a escolha tem a ver com a abordagem que o pesquisador pretende seguir na pesquisa. Assim, na abordagem metodológica da pesquisa temos a qualitativa, a quantitativa e a quali-quantitativa ou mista (Mattos, 2020). Após ter escolhido o paradigma teórico e epistemológico, o pesquisador vai direcionar a escolha por qual abordagem metodológica irá percorrer a investigação. Se o pesquisador estiver interessado em quantificar os dados produzidos, ele vai optar pela abordagem quantitativa, mas se preferir aprofundar a compreensão sobre algum fato ou fenômeno de um grupo sociocultural, ele pode optar pela abordagem qualitativa. Há, ainda, a opção de caminhar entre as duas abordagens, trazendo tanto a objetividade quanto a subjetividade referente a um dado fato ou fenômeno, assim ocorrendo é chamada abordagem quali-quantitativa ou mista.

Após essas escolhas ou mesmo durante, está iniciado o desenho da pesquisa ou *design research*, ou seja, começam a ser delineados os métodos que, logicamente organizados, apontam o caminho que a pesquisa tomará em seu desenvolvimento. Assim, o desenho da pesquisa busca fazer conexões entre as teorias e os dados. Para King, Keohane e Verba (1994) a pesquisa ou o desenho da pesquisa pode ser dividida em quatro etapas: a

questão da pesquisa, a teoria, os dados e o uso dos dados, ou seja, a análise e discussões para alcançar os resultados de pesquisa.

Fazer o desenho da pesquisa permite ao pesquisador apresentar os métodos e técnicas que vai utilizar para o desenvolvimento da investigação. Permite, ainda, por meio da discussão crítica e reflexiva, apresentar os dados produzidos, bem como os resultados que podem ser alcançados por intermédio dessa análise e discussões dos dados. É, por assim dizer, evidenciar os caminhos explicitamente para realizar as inferências investigativas. Devemos deixar evidente que tanto o desenho quanto a pertinência da pesquisa têm uma variedade de caminhos a serem seguidos e essa escolha vai depender de qual área de estudo o pesquisador aborda, ou seja, do campo de conhecimento pelo qual deseja investigar.

1.4 DESENHANDO A PESQUISA QUALITATIVA



Sabemos que a pesquisa qualitativa se assenta sobre características próprias, utilizando o texto descritivo, crítico e reflexivo como caminho de análises e de resultados. Nessa visão, os pesquisadores que a utiliza preocupam-se em organizar as narrativas, os relatos de experiências e vivências, disponibilizados pelos participantes. O pesquisador enquanto observador do fenômeno ou do fato, dá visibilidade ao mundo observado pelas narrativas produzidas.

A pesquisa qualitativa sempre teve orientação aplicada às questões, aos métodos e aos procedimentos em que aborda. Pesquisas que tratam da realidade sociocultural, do conhecimento cotidiano, das inter-relações pessoais, coletivas e sociais têm a abordagem qualitativa como caminho, em que o pesquisador adota uma postura interpretativa

e naturalística do mundo observado (Flick, 2009). Ao fazer a descrição da realidade investigada, o pesquisador a faz de dentro para fora, ou seja, do ponto de vista das pessoas que participam dessa realidade. De acordo com Flick (2004a), ao fazer essa descrição, o pesquisador contribui para melhor compreensão das realidades sociais, chamando atenção para os processos, os padrões de significados e as características estruturais.

As temáticas podem ser tratadas, particularmente, de maneira teórica e prática. A abordagem qualitativa permite ao pesquisador observar os fenômenos mais envolvidos e mais abertos as causas e consequências produzidas pelas narrativas dos participantes. Devemos deixar evidente que as descrições baseadas nas narrativas dos participantes, precisam ser precisas e substancialmente descritas, devido os aspectos sociais e as construções subjetivas envolvidas nesses relatos. Flick (2004a) afirma que a abertura ao mundo das experiências e das vivências, abordando seu desenho interno e os princípios de sua construção são o principal ponto de partida para a construção de uma base teórica fundamentada.

Diferentes perspectivas de pesquisa trazem informações da pesquisa qualitativa. Entretanto, essas informações podem ser resumidas em três pontos de referências: a) referências teóricas do interacionismo simbólico e da fenomenologia, que visam significados subjetivos e atribuições de sentido individuais; b) referências teóricas da etnometodologia e construtivismo, que visam a rotina diária e a construção da realidade social e; c) referências teóricas estruturalistas ou psicanalíticas, que visam as configurações sociais latentes, as estruturas e os mecanismos psíquicos inconscientes (Flick, 2004a).

1.4.1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA PESQUISA QUALITATIVA



Flick (2004a) afirma que a pesquisa qualitativa contém variadas características. Vamos trazer algumas dessas características, entendidas como essenciais ao pesquisador. A primeira característica da pesquisa de abordagem qualitativa é a possibilidade de utilizar um **espectro de instrumentos de pesquisa**, tornando-se uma característica central, pois sempre há a possibilidade de adequação desses instrumentos, sendo possível determinar as particularidades do objeto de pesquisa. A segunda característica está voltada para a **orientação de eventos cotidianos**, ou seja, a busca recai sobre atividades cotidianas e/ou processos de ação, envolvendo conhecimentos dos variados grupos socioculturais.

A terceira característica diz respeito a **noção de contextualidade**, desse modo, os dados são produzidos em um determinado contexto natural, permitindo ao pesquisador analisar os dados coletados por intermédio dos participantes em uma visão particular dessa realidade. Observado essas três características, podemos perceber que uma envolve a outra e, ao mesmo tempo, são produzidas para uma determinada realidade e as narrativas enunciadas pelos participantes dizem respeito a esse contexto e a biografia dessas pessoas.

A quarta característica envolve a **diversidade de perspectivas dos participantes**, em que o pesquisador pode focar cada um particularmente ou coletivamente, realizando análises diferenciadas a depender do caminho escolhido para a análise dos dados. Nessa ótica, o pesquisador desenvolve a capacidade crítica e reflexiva sobre suas ações e sobre as observações realizadas no campo de investigação. A quinta

característica é **noção de compreensão das relações complexas** que envolve as narrativas de diferentes participantes da pesquisa, cada qual com sua alteridade, mas que visa a compreensão do todo por intermédio das partes. Assim, para alcançar essa característica torna-se necessário o princípio de abertura, ou seja, cada instrumento deve ser composto por questões abertas, dando maior possibilidade de respostas e maior compreensão das relações envolvidas. Em suas análises, o pesquisador deve ficar atento aos contrastes ou similitudes entre as ideias de cada participante.

A sexta e última característica envolve a **construção da realidade e dos participantes**. Como a abordagem qualitativa é produzida textualmente, é necessário descrever o contexto e os participantes investigados. Faz-se necessário a utilização de imagens visuais, tais como fotos, mapas, desenhos e outros tipos de grafismos, os quais identifiquem o local e os sujeitos de pesquisa. É importante trazer relatos dos participantes, ou seja, **excertos de narrativas** coletados no contexto da pesquisa, o que dá veracidade e credibilidade às análises e aos resultados alcançados. O pesquisador vai concentrar-se em procedimentos interpretativos, críticos e reflexivos, mas com base nas narrativas dos sujeitos de pesquisa.

1.5 ENTRANDO EM CAMPO



Um dos aspectos essenciais para o pesquisador que utiliza a abordagem qualitativa é a entrada no contexto de pesquisa. Flick (2004b) afirma que o termo “campo” pode designar qualquer contexto, seja instituição, um grupo específico, uma família, uma empresa etc. Se formos buscar em dicionários, campo

significa, mais especificamente, território ou área. Etimologicamente, campo vem do latim *campus*, significando fora do povoado. Podemos, assim, constatar que campo é um território que pode ser diferente daquele o qual estamos inseridos. O acesso ao contexto pode ser definido como práticas éticas e acadêmicas adequadas, usadas para obter entrada a uma determinada comunidade para fins de realização de pesquisas formais.

Uma das exigências para a entrada no local de pesquisa é ter a anuência de quem dirige, comanda, controla ou é responsável pela comunidade investigada. É crucial na primeira visita, no contato inicial, expor o projeto de pesquisa, o qual deve conter todos os aspectos inerente a pesquisa, bem como todos os instrumentos que serão utilizados para a produção dos dados de pesquisa. O pesquisador deve ter em mente que a simples presença de uma pessoa estranha afeta as pessoas, bem como o desenvolvimento das atividades que são exercidas na comunidade.

Nessa lógica, é importante para o pesquisador, antes mesmo de começar a pesquisa propriamente dita, manter contato por algum tempo, para assim familiarizar-se com as pessoas, permitindo a elas familiarizarem-se com ele. Manter o respeito às ações desenvolvidas por diferentes pessoas é crucial. É interessante registrar tudo desde o primeiro contato com o consentimento das pessoas envolvidas. De acordo com Flick (2004b, p.70) “o papel do pesquisador é de especial importância”, devido ser ele quem vai manter contato com os participantes e, ao mesmo tempo, estar inserido no local de pesquisa, sendo, portanto, instrumento de produção de dados.

Por ser pesquisador, bem como instrumento de produção de dados, o pesquisador não se mantém neutro ao observar o contexto e os participantes. Consequentemente, deve deixar evidenciado os papéis que exerce, assumindo atitudes de respeito e cooperando para sanar possíveis dúvidas ou dificuldades a respeito da pesquisa ou mesmo dele. Pode ocorrer, ainda, que não seja permitido ao pesquisador ter acesso a algumas atividades, o que pode dificultar a pesquisa, mas mesmo a contragosto, o pesquisador deve entender o posicionamento dos envolvidos na pesquisa.

1.5.1 ENTRADA EM INSTITUIÇÕES



A entrada em instituições, sejam elas de ensino ou quaisquer outras, envolve, primeiramente, o acesso à pessoa responsável, o que pode trazer uma complicação a mais para o pesquisador, mas nada que não seja superável. Vamos tomar como exemplo uma instituição de ensino pública. O pesquisador precisará da anuência da secretaria de educação, seja federal, estadual ou municipal, o que leva um certo tempo para obter a autorização para desenvolver a pesquisa na instituição escolhida. Às vezes, não é permitido a entrada na instituição que seria mais oportuna para o pesquisador. Isso deve ser considerado quando o pesquisador elabora o desenho da pesquisa, abrindo caminho para mais de uma opção.

Passando por esse primeiro contato, o pesquisador é levado ao segundo impasse, a permissão da direção ou do responsável para entrar na instituição escolar. Uma opção para realizar o contato com o responsável é ter acesso a uma pessoa que o conheça e que possa facilitar o encontro entre pesquisador e responsável. É necessário

apresentar a pesquisa, o que pretende e como pretende desenvolver sua participação na instituição. Tendo a anuência do responsável, há, ainda, o acesso ao professor ou professores, os quais o pesquisador pretende coletar os dados de pesquisa. Às vezes, muitos professores não se sentem bem em participar de pesquisas. Cabe ao pesquisador tentar convencer sobre a importância do desenvolvimento da pesquisa e apresentar qual o proveito ou qual a contribuição da pesquisa. Como percebemos há tramites legais a serem ultrapassados para conseguir entrar em uma instituição para produzir os dados de pesquisa.

Flick (2004b, p. 71, grifos do autor) nos alerta que “esse processo denominado “trabalho de consentimento”, é um “produto conjunto – em alguns casos, um problema operacional explícito para ambos os lados”. Assim sendo, há que ter a possibilidade de negociação entre o pesquisador e as autoridades ou responsáveis pelas instituições almejadas. São vários os entraves que podem impossibilitar o pesquisador de entrar em uma instituição. Wolff (2002 apud Flick, 2004b, p. 72) afirma que os problemas pertinentes à entrada em instituições resumidamente são:

1. A pesquisa é sempre uma intervenção em um sistema social.
2. A pesquisa é um fator de ruptura em relação ao sistema a ser estudado, ao qual ela reage defensivamente.
3. Existe uma opacidade mútua entre o projeto de pesquisa e o sistema social a ser pesquisado.
4. A troca de um grande volume de informações sobre a entrada no campo de pesquisa não reduz a opacidade. Em vez disso, leva a uma complexidade cada vez maior no processo de acordo, podendo levar a um aumento de “reações imunes”. Em ambos os lados, são produzidos mitos, alimentados por uma crescente troca de informações.

5. Em vez da compreensão mútua no momento da entrada, deve-se lutar por um acordo enquanto um processo.
6. A proteção de dados é necessária, mas pode contribuir para o aumento da complexidade no processo de acordo.
7. O campo revela a si mesmo quando o projeto de pesquisa entra em cena, por exemplo, percebem-se os limites de um sistema social.
8. O projeto de pesquisa nada pode oferecer ao sistema social. Quando muito, pode ser funcional. O pesquisador deve tomar o cuidado de não fazer promessas sobre a utilidade da pesquisa para o sistema social.
9. O sistema social não possui razões reais para rejeitar a pesquisa.

Percebemos com esses problemas que as falhas quando ocorrem são inerentes as pessoas envolvidas, já que o responsável pode entender que o pesquisador é um “intruso” que pode prejudicar o desenvolvimento das atividades cotidianas da instituição. Por outro lado, o responsável pode ter a visão de que a pesquisa além de perturbar o desempenho das atividades, não vai trazer compensação imediata para a instituição. Além disso, há implicações outras, tais como: a pesquisa pode dar visibilidade a certas atividades que não deveriam ser reveladas ou que existam motivos ocultos pelo pesquisador para desenvolver a pesquisa ou, ainda, não há consistência para a pesquisa ser desenvolvida. Como observamos, todos esses dados devem ser pensados quando desenhamos a pesquisa.

1.5.2 ACESSO AOS PARTICIPANTES



Passados os requisitos para entrar em campo, o pesquisador enfrenta outro entrave que é o acesso aos possíveis participantes da pesquisa. Primeiro, é necessário estabelecer quais participantes trarão mais informações a respeito do

tema pesquisa. Para isso é necessário ter conhecimento sobre quais sujeitos são mais importantes, já que detêm maior conhecimento a respeito do tema em questão. Nesse momento, é de suma importância o responsável pela instituição, pois pode contribuir para a seleção dos participantes, por ter conhecimento a respeito deles. A confiança no aconselhamento emitido pelo responsável é de certa maneira uma atitude de respeito para com ele e, ao mesmo tempo, desperta maior colaboração em próximos contatos.

É notório que nossas negociações devem ser realizadas. Deixar evidente o sigilo, mantendo o anonimato de quem deu a informação é um aspecto crucial para que o participante se disponha a participar. Deve ficar evidenciado os tipos de instrumentos que serão utilizados, bem como se é possível fazer gravações de áudio e imagem, além de fotografias do que for necessário à pesquisa. Certas precauções serão apresentadas para evitar temores, dúvidas ou problemas futuros. É estritamente importante estabelecer o agendamento de dias e horários para a realização de entrevistas, roda de conversas, entre outros, evitando assim perturbar a rotina do participante.

O pesquisador deve ressaltar os benefícios da pesquisa para os participantes, apresentando procedimentos de consentimento e de cancelamento. Pode tornar-se uma barreira à participação o momento dos encontros entre pesquisador e pesquisados, portanto, deve ser muito bem gerenciado e da melhor maneira possível para o participante. O pesquisador pode emitir avisos, antes dos encontros, para confirmação da participação dos sujeitos. Pode, ainda, fazer encontros virtuais, caso seja a melhor estratégia de produzir os dados. Tudo deve ser pré-estabelecido entre o pesquisador e os participantes.

Uma estratégia que pode ser utilizada para escolha dos participantes, apontada por Flick (2004b) é o procedimento bola de neve. O que seria esse procedimento? De acordo com o autor, seria a indicação de um participante por outro e assim sucessivamente. Flick (2004b, p. 73) afirma que “ao utilizar essa estratégia, muitas vezes, são escolhidos amigos de amigos de alguém e, assim, pessoas pertencentes ao seu próprio ambiente mais amplo”. Uma desvantagem dessa estratégia é a utilização de pessoas conhecidas, pertencentes ao círculo de conhecimento do pesquisador, o que inviabiliza o estranhamento, o desconhecido e um contar diferenciado por parte dos participantes.

1.5.3 PAPÉIS DO PESQUISADOR EM CAMPO



Podemos afirmar que o pesquisador assume alguns papéis quando tem acesso ao contexto de pesquisa. Flick (2004b) cita quatro papéis: visitante, principiante, insider e outsider. O que é entendido como visitante? Visitante é aquele que visita. Geralmente, a visita é rápida e realizada em um único dia. Etimologicamente vem do latim *visitantis* que significa pessoa que aprecia um objeto ou lugar. É esse o papel essencial do **pesquisador visitante**, isto é, ele vai para o campo de pesquisa apenas uma vez, tentando ter conhecimento a respeito do contexto e coletar dados sobre o tema pesquisado.

O **pesquisador principiante** assume a postura de não estranhamento com o contexto, tampouco com os participantes. O que ocorre com essa atitude é uma descrição do ponto de vista subjetivo do pesquisador. O **pesquisador outsider** – entendendo outsider como estranhamento – assume a postura de duvidar das evidências. Com o

passar do tempo, o pesquisador pode desistir dessa postura. O **pesquisador insider** – entendendo insider como familiaridade – assume a postura de entender o contexto como os participantes o entende. Flick (2004b, p. 74) deixa evidente que ao assumir a postura de insider o pesquisador tenta “compreender o ponto de vista do indivíduo ou os princípios organizacionais dos grupos sociais a partir da perspectiva de um membro.”

Given (2008) cita mais dois papéis para o pesquisador: o pesquisador artista e o pesquisador como instrumento. O **pesquisador artista** está aberto às experiências, baseadas em práticas criativas e críticas. Utiliza como instrumento de coleta de dados a narrativa. O **pesquisador como instrumento** estabelece um relacionamento entre ele e os participantes. Tomando por base o referencial teórico, consegue fazer análises, interpretações e construção de significados, usando suas habilidades pessoais e profissionais.

1.6 RESPONSABILIDADES DO PESQUISADOR



As responsabilidades em uma pesquisa dizem respeito às obrigações do pesquisador para com as partes interessadas no desenvolvimento da pesquisa. Responsabilidade é um conceito importante em uma pesquisa, já que é um meio que torna obrigatório ao pesquisador responder por seus atos, aceitando as consequências, caso cometa algo que não condiz com a atitude de um pesquisador em determinado contexto. Responsabilidade vem do Latim *responsus* que significa prometer em troca. *Responsus* é advindo de *respondere* que tem significação de responder ou prometer em troca. *Respondere* é a junção de duas palavras: *re* que significa de volta, mais

spondere com significação de garantir ou prometer. Portanto, responsabilidade assume o significado de garantir ou prometer em troca de algo.

- a) **Responsabilidade com os participantes** – assegurar explicação sobre como foram identificados e por que foram abordados sobre a participação no projeto de pesquisa; esclarecer sobre a natureza e extensão da participação, fornecendo consentimento; garantir de que possa haver retirada da pesquisa.
- b) **Responsabilidade com os prazos** – assegurar que os prazos determinados serão cumpridos.
- c) **Responsabilidade com a instituição colaboradora** – assegurar o desenvolvimento da pesquisa observando as políticas de governança. Observar o uso dos espaços e tempos determinados pelo responsável da instituição.
- d) **Responsabilidade com o orientador e a instituição de ensino** – assegurar que a pesquisa será desenvolvida dentro dos padrões estabelecidos e de acordo com as exigências da instituição de ensino.

1.7 ESCUTA ATIVA



A escuta ativa descreve um conjunto de técnicas para que o pesquisador foque a atenção naquilo que o participante está narrando ou descrevendo, com o objetivo de escutar com precisão e interpretar o discurso verbal e não verbal do falante. As estratégias de escuta ativa não-verbal estabelecem e mantêm o relacionamento e servem para focar a atenção do pesquisador, promovendo o relacionamento entre ambos. Nessa lógica, inclui focalizar o rosto e orientar o corpo em direção ao falante, mantendo atitude atenta e postura aberta a escuta.

A escuta ativa requer que o pesquisador atenda ao falante com atenção focada naquilo que a narrativa está comunicando ao ser

enviada. A escuta ativa exige uma atitude aberta em relação ao narrador, de modo que mesmo que haja comentários chocantes ou angustiantes que estes sejam compreendidos pelo pesquisador, sem quaisquer julgamentos ou interposições. O pesquisador assume, dessa maneira, o objetivo de ouvinte ativo, recebendo as informações, da maneira que elas sejam enunciadas pelo participante.

Ao realizar a escuta ativa, o pesquisador consegue parafrasear, refletir, interpretar, resumir e verificar as percepções de cada participante. Desse modo, o pesquisador, ao parafrasear, pode utilizar o que foi dito pelo participante para confirmar seu entendimento. Como exemplo: Então você está dizendo que ... – reproduzir o que o participante acabou de falar – ou: Você acabou de relatar que Com essa estratégia o pesquisador consegue confirmar aquilo que ele havia entendido sobre a narrativa do participante. Já refletindo sobre aquilo que o participante narrou, permite ao pesquisador lançar certos aspectos não-verbais, para confirmar se é o entendimento que deve ter a respeito da narrativa do participante. Como exemplo: Parece que você não está satisfeito com – reproduzir o que o participante acabou de falar. Entretanto, evite emitir o seu julgamento a respeito da narrativa.

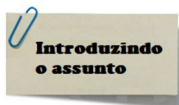
Para resumir, o pesquisador reafirma relatos do participante entre um tópico e outro próximo. Essa estratégia é uma maneira útil de verificar as percepções do pesquisador, tanto de interpretação quanto de verificação das percepções. Como exemplo: Você diria que acha interessante – reproduzir partes da narrativa do participante. Já a verificação, também apresenta partes do relato do participante, mas àquelas mais próximas, ou seja, que o participante acabou de narrar. A verificação atua com confirmação ou não dos *insights* ocorridos, ao

pesquisador, na hora que ouve a narrativa. É um confronto entre o que o participante relatou e aquilo que o pesquisador entendeu. Entretanto, o pesquisador deve ter muito cuidado para não melindrar o participante.

Todas essas estratégias dão visibilidade para o participante de que o pesquisador está atento a sua narrativa e que está processando seu entendimento a respeito do relato, dando a entender a importância daquele relato para a pesquisa. Além dessas estratégias, o pesquisador pode fazer uso de frases de condução de pensamento que permitem ao participante continuar seu relato. Como exemplo: E o que aconteceu depois? Você pode me falar um pouco mais sobre isso? São interferências do pesquisador que servem para melhorar a comunicação.

Vale ressaltar que a estratégia mais utilizada na escuta ativa é o silêncio. Silêncio etimologicamente significa ausência de ruído, interrupção ou estado de quem se cala, sendo originário da palavra latina *silentium*. Entendemos que o silêncio, muitas vezes, é entendido com um sentido negativo, isto é, não é dada a oportunidade a pessoa expressar-se. Entretanto, quando o pesquisador está em campo, coletando narrativas é óbvio que não haja interrupções, já que não é um problema e sim, uma medida de respeito a narrativa do participante. Destacamos que embora o silêncio seja, por definição, uma estratégia não verbal, ele faz parte da escuta ativa. Afirmamos, ainda, quando usado com cuidado, o silêncio dá a entender, ao participante, o respeito, a empatia e o interesse sobre aquilo que narra, ao mesmo tempo que demonstra calma e paciência do pesquisador.

1.8 ANONIMATO DOS PARTICIPANTES E DAS INFORMAÇÕES



O anonimato é uma atitude do pesquisador de não identificar o participante, possibilitando ao mesmo, ser o mais verdadeiro em suas respostas e narrativas. Faz parte da conduta ética e profissional a proteção da privacidade dos participantes, salvaguardando o anonimato e a confidencialidade de suas respostas e narrativas. Entretanto, algumas vezes, os participantes podem não compartilhar as mesmas preocupações de privacidade e gostariam de ser reconhecidos por suas contribuições. Nessa situação, o pesquisador pode ter duas atitudes: a primeira, tentar explicar o motivo do anonimato e a segunda, providenciar um documento em que o participante deixe registrado a sua vontade em ser identificado na pesquisa e nas produções que se seguirem a pesquisa.

Há, ainda, duas possibilidades de anonimato dos participantes, ou seja, pode ser total ou parcial. O anonimato total existe quando o próprio pesquisador não sabe a identidade dos participantes, tampouco os participantes são capazes de identificarem as próprias respostas. Como exemplo: o pesquisador pode fazer utilização de pesquisa desenvolvida no *Google Forms* sem identificadores e com um design de questionário que elimina respostas exclusivas, não sendo completamente anônima. Uma desvantagem do anonimato total diz respeito a validade das respostas obtidas, já que é impossível saber se a pesquisa foi concluída pelos participantes desejados.

Já o anonimato parcial existe quando as identidades dos participantes são disfarçadas com pseudônimos, mas suas verdadeiras identidades podem ser descobertas. Um exemplo, seria o pesquisador apresentar características únicas sobre os participantes que podem ser

posteriormente reconhecidas por leitores ou mesmo por membros da comunidade ou da instituição pesquisada. Cabe ressaltar que o anonimato é mais uma estratégia para proteger os participantes, principalmente, quando se tratar de assuntos delicados ou que expõe a vida do participante. Alguns participantes querem a oportunidade de serem reconhecidos em uma pesquisa ou que os leitores entrem em contato. Consequentemente, o anonimato não deve ser imposto ao participante, mas deve ser alertado sobre as consequências de sua exposição.

2

ALGUNS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA



Existem inúmeros procedimentos metodológicos para desenvolver uma pesquisa. Temos que nos atentar a nossa escolha de método e de abordagem metodológica para podermos definir quais os procedimentos são pertinentes ao estudo proposto. Ressaltamos que sempre estaremos envolvidas com sociofatos e mentefatos em nossas produções investigativas, mas também poderemos nos remeter aos artefatos como caminho de recolha de dados sobre um determinado grupo sociocultural. Envolvemo-nos, ainda, com recursos material e imaterial como elementos constitutivos de difusão e produção de conhecimento de cada grupo sociocultural.

No que tange ao pesquisador é compreender quais caminhos lhe trarão maiores dados para chegar ao resultado pretendido. Portanto, não é qualquer procedimento que deve seguir. Escolhas são a parte essencial de uma pesquisa. Contudo, quais escolhas são convenientes para cada tipo de investigação? Essa resposta somente o pesquisador pode elaborar, ponderando eticamente e para a realização de uma reflexão crítica e consciente a respeito da pesquisa que está desenvolvendo. Consequentemente, a tomada de decisões e as ações escolhidas direcionam o caminho investigativo, tanto para o sucesso quanto para o fracasso.

Para reforçar a ideia de escolhas, de tomada de decisões e de ações, reportamo-nos a Gatti (1999, p. 76-77) quando afirma que:

O pesquisador pode ser comparado a um caçador, ou, a um pescador. Precisa ter todos os seus sentidos aguçados, não só a sua mente, agindo sob o comando de um bom conhecimento de sua virtual “presa” e do contexto onde vive. A pesquisa é um cerco em torno de um problema. É necessário escolher instrumentos para acessar a questão, vislumbrar e escolher trilhas a seguir e modos de se comportar nessas trilhas, criar alternativas de ação para eventuais surpresas, criar armadilhas para capturar respostas significativas. Para tudo isto tem-se que ter um certo domínio da área. Tudo isso se agiliza não só pela cognição mas, pela imaginação investigativa e pela intuição.

Diante disso, entendemos que não estamos aprisionadas em um roteiro fixo de pesquisa, mas que este oferece orientações básicas e necessárias à investigação. Entendemos, ainda, que pesquisar é trilhar caminhos investigativos que permeiam a imaginação, a criatividade, a ousadia e a intuição. Pesquisar é coletar flashes momentâneos que trarão luz ou iluminarão cenas e informações de diferentes pessoas em variados grupos socioculturais. Ousamos clarificando conhecimentos e entendendo que essa luz não seja artificial, mas que seja revelada no ambiente natural e cotidiano que foi pesquisado.

2.1 UTILIZANDO ARTEFATOS NA PESQUISA



Os artefatos são produções culturais desenvolvidos por pessoas em qualquer sociedade. Na arqueologia, os artefatos ou partes deles contam histórias de civilizações ao longo do desenvolvimento da humanidade no mundo. Etimologicamente artefato é de origem latina, oriundo da palavra *factus* que significa feito com arte.

Os artefatos correspondem a parte material, criada pelas pessoas para melhorar a qualidade de vida em sociedade. Esses artefatos deixam de ser apenas elementos decorativos para tornarem-se utilitários ou de adornos, representativos de um grupo sociocultural, podendo ter

caráter religioso, artístico, tecnológico ou funcional. Como exemplo podemos citar as ferramentas, as construções, os brinquedos, as cerâmicas, os utensílios domésticos, as joias, as roupas, as armas, os móveis, os artesanatos, entre outros.

Os artefatos são entendidos como produtos de uma cultura, podendo ser utilizado o termo cultura material para designá-los, cobrindo um amplo espectro de objetos, referindo-se a soma desses artefatos. Os artefatos são fontes únicas de dados que podem complementar as narrativas dos participantes, lançando luz sobre aspectos importantes da cultura e enriquecendo qualquer estudo, principalmente com grupos socioculturais inferiorizados e invisibilizados.

2.2 UTILIZANDO MENTEFACTOS NA PESQUISA



Abordar os mentefatos significa focar a faculdade intelectual de cada pessoa. Etimologicamente, mente vem do latim *mens*, significando pensar, entender, conhecer. Portanto, mentefatos é o conjunto de registros escritos ou narrados. Assim como os artefatos, os mentefatos são produções culturais desenvolvidos por pessoas em qualquer sociedade. São entendidos por mentefatos os mitos, ritos, rituais, narrativas, mitologia, cosmovisão, cosmogonia, música, dança, pintura, grafitti, grafismos, filmes, vídeos, entre outros, fazendo paralelo com as experiências, as vivências e os pensares das pessoas em uma sociedade.

Para D'Ambrosio (2000) “o ser humano age em função de sua capacidade sensorial, que responde ao material [artefatos], e de sua imaginação, muitas vezes chamada criatividade, que responde ao abstrato [mentefatos]”. Portanto, qualquer aspecto que envolve a

criatividade e a imaginação faz parte dos mentefatos de um grupo sociocultural, conseqüentemente, por meio do qual é possível representar os processos de pensamento da mente humana. Podemos, ainda, afirmar que boa parte dos mentefatos fazem parte da cultura imaterial de uma sociedade.

2.3 UTILIZANDO SOCIOFATOS NA PESQUISA



Etimologicamente sócio vem do latim *socius* e significa companheiro. Já social também é de origem latina *socialis*, significando seguidor, que tem origem no verbo *sequi*, com significado de seguir, ir junto, acompanhar. Logo, diz respeito aquilo que foi produzido junto, na coletividade. Os sociofatos dizem respeito a quaisquer produções que envolvem as normas, regras, crenças e costumes de um grupo sociocultural. Dourado (2017, p. 100) afirma que:

Os artefatos são os objetos produzidos em função das crenças, tradições, práticas de um grupo social, por exemplo, o berimbau para a capoeira. Os mentefatos estão relacionados com a percepção do mundo, apresentam um caráter psíquico. Já os sociofatos são os dados das culturas que sustentam as regras culturais de cada grupo, conseqüentemente, as regras interacionais de cada comunicação.

Cabe ressaltar que tanto os artefatos como os mentefatos compõem os sociofatos, fazendo parte da cultura de um grupo sociocultural. Como exemplo de sociofatos temos os documentos escritos, os quais são compostos por legislações, regimentos, diários, atas, memorandos, cartas, registros de nascimento, casamento ou óbito, registros de eleições, jornais, revistas, mapas, fotografias, entre outros. Toda essa produção são fontes inesgotáveis de pesquisa, aprimorando os dados produzidos no contexto além das narrativas enunciadas pelos participantes.

2.4 UTILIZANDO MODALIDADES ESCRITAS NA PESQUISA QUALITATIVA



A pesquisa qualitativa tem como parte de análise instrumentos que apresentam a modalidade escrita como caminho para decifrar ou desvelar conhecimentos, aprofundando alguns temas. Alguns pesquisadores podem entender que a escrita está direcionada para a finalização da pesquisa. Entretanto, sabemos que um instrumento que tem a escrita como principal caminho para a recolha de dados faz parte desde o início de uma pesquisa qualitativa, já que ao fazer observações o pesquisador anota em seu diário de campo, recolhe narrativas em diferentes instrumentos. Nessa perspectiva, é essencial entender cada modalidade a ser utilizada a depender de cada problema e objetivos a serem alcançados pelo pesquisador.

2.4.1 UTILIZANDO MÉTODOS BIOGRÁFICOS



Os métodos biográficos são utilizados como instrumento de produção de dados em uma pesquisa, podendo ser escritos ou narrados. Essa vertente de coleta sofreu influência da antropologia, psicologia, educação, sociologia e história, acarretando variações metodológicas e conceituais, inclusive de denominação, as quais podemos citar: história de vida, escrita de vida, depoimento pessoal, narrativa, história oral, livro de memórias, memorial descritivo, cartas pedagógicas, biografia e autobiografia. Os métodos biográficos envolvem não somente a produção de dados sobre uma pessoa específica, mas a interpretação desses dados, a fim de criar uma representação de aspectos particulares dessa pessoa.

Os métodos biográficos são utilizados como estratégia para recriar a vida, a história pessoal ou coletiva de um certo grupo sociocultural. Embora a análise dos dados envolva categorizações ou codificações, cabe ao pesquisador se ater, primeiro, ao teor geral das narrativas para ampliar suas lentes interpretativas, para depois esmiuçar os detalhes contidos em cada relato. Cabe, ainda, ressaltar que essas narrativas envolvem contextos históricos determinados por um espaço-tempo e, portanto, devem ser analisadas levando em conta o território geopolítico da época em que essas pessoas viveram ou vivem.

2.4.1.1 HISTÓRIA DE VIDA



O método história de vida baseia-se nas narrativas que envolvam o cotidiano de pessoas, isto é, em ações que já ocorreram ou que possam estar ocorrendo. De acordo com Spindola e Santos (2003, p. 121) história de vida “[...] é aquela que designa a história de vida contada pela pessoa que a vivenciou”, utilizando os relatos para reconstruir a própria história da pessoa ou do coletivo envolvido na pesquisa. Nessa lógica, o que interessa ao pesquisador é compreender o ponto de vista do participante conforme ela entende e interpreta. Ainda, segundo Spindola e Santos (2003, p. 121)

Por meio do relato de Histórias de Vida individuais, podemos caracterizar a prática social de um grupo. Assim, “toda entrevista individual traz à luz direta ou indiretamente uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence”.

Portanto, história de vida traz sempre as particularidades de quem a narra, mas também, as práticas sociais, possibilitadas pela maneira como o participante insere-se e atua no grupo sociocultural do qual faz

parte e, consequentemente, no mundo. Pereira de Queiroz (1998, apud Rigotto, 1998, p. 119) define história de vida

[...] como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar.

O pesquisador vai tentar captar algo ou algum aspecto que ultrapasse as fronteiras do individual, estabelecendo um fio condutor que possa determinar a coletividade do grupo sociocultural ao qual o participante faz parte.

2.4.1.2 HISTÓRIA ORAL



A história oral é semelhante a história de vida. Como método de pesquisa privilegia pessoas que participam, participaram ou testemunharam certos acontecimentos, focando a visão de mundo desse participante, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Podemos afirmar que a história oral abrange um espectro amplo de relatos a respeito de fatos, eventos ou fenômenos registrados por algumas pessoas. Esses eventos não constam de outros tipos de documentação ou que a documentação exige complementação para evidenciar os eventos.

A história oral é produzida pelo registro das experiências de uma ou mais pessoas de um mesmo grupo sociocultural, buscando convergências entre os relatos sobre um mesmo evento em um determinado período. Segundo Pereira de Queiroz (1998, apud Rigotto, 1998, p. 118) “a História oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também

recolhe destas tradições, mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo”. Sendo assim, reconstrói-se a cultura de um grupo sociocultural por meio das narrativas de seus membros. A história oral é constituída por um conjunto de relatos de diferentes pessoas de uma comunidade sobre um mesmo tema ou evento. Geralmente são utilizadas entrevistas semiestruturadas para produzir os dados de pesquisa. Cabe ressaltar que “[...] a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (Alberti, 2005, p. 29), compreendendo os relatos como visões de mundo e experiências de vida.

2.4.1.3 DEPOIMENTO PESSOAL



O depoimento pessoal é um relato de experiência, revelando ações e atitudes da pessoa participante da pesquisa. É uma maneira de desvendar a concepção que a pessoa tem de si mesma ou como a pessoa se vê diante dos demais ou na visão dos demais membros do grupo sociocultural. O pesquisador dirige a narrativa de acordo com aquilo que quer descobrir. Pereira Queiroz (1998, apud Rigotto, 1998, p. 119) afirma que "Concentrado sobre um lapso de tempo mais reduzido, permite aprofundar o número de informações e de detalhes a respeito desse espaço preciso". É muito semelhante a história de vida.

O que diferencia é a atitude do pesquisador, já que é ele quem escolhe sobre o tema e conduz os relatos e interrompe em tempos determinados. Apesar de ser uma narrativa livre e individual, há possibilidade de reconstruir o fato social pela experiência vivida pessoalmente e pela reflexão de quem a relata. Para Panhoca, Ribeiro e Bagarollo (2016, p. 255) “o depoimento oral permite a busca de dados que

mostrem a vivência do sujeito em relação ao tema narrado” na interação pesquisador-participante.

2.4.1.4 AUTOBIOGRAFIA



A autobiografia é narrada pela própria pessoa que, por motivos pessoais, narra suas experiências e vivências para a produção dos dados no desenvolvimento da pesquisa. A autobiografia permite ao pesquisador ter acesso consciente sobre seu processo de formação pessoal, acadêmica e social, tomando consciência das estratégias e decisões emitidas no espaço-tempo determinado por sua trajetória pessoal. Entendemos que todo indivíduo é a reapropriação daquilo que o rodeia e do grupo sociocultural do qual faz parte. Nessa lógica, o método autobiográfico “permite que cada pessoa identifique na sua própria história de vida aquilo que foi realmente formador” (Nóvoa; Finger, 2014, p. 22), estimulando a autoformação.

2.4.1.5 BIOGRAFIA



A biografia é utilizada para narrar a história de uma pessoa, abordando aspectos pessoais, o contexto social em que viveu ou vive, experiências e vivências. Etimologicamente biografia vem da junção das palavras gregas *bios* que significa vida, mais *graphein* que significa escrever. Assim sendo, a biografia é a narração detalhada e cronologicamente organizada dos acontecimentos e eventos ocorridos na vida de uma pessoa. Geralmente as biografias são utilizadas por historiadores, mas nada impede que outros pesquisadores a façam. Faz parte da biografia a utilização de outros registros para compreender a pessoa biografada, tais como: fotos,

diários, cartas, documentos, entre outros. Para Nóvoa e Finger (2014, p. 21) “o método biográfico permite que seja concedida uma atenção muito particular e um grande respeito pelos processos das pessoas que se formam”, possibilitando ao pesquisador ir além do que está exposto sobre a pessoa biografada.

2.4.1.6 NARRATIVAS COCONSTRUÍDAS



As narrativas coconstruídas são histórias construídas em conjunto por parceiros relacionais que promove a compreensão de um fato ou fenômeno ocorrido na vida dessas pessoas. Os participantes constroem ativamente uma versão do evento que leva a uma reflexão profunda sobre o que realmente ocorreu. As narrativas pessoais são carregadas de uma versão emocionalmente sensível do ponto de vista de cada participante. Essas narrativas trazem detalhes específicos e únicos da vida cotidiana.

As narrativas coconstruídas focam sequências interacionais entre pessoas, pelas quais as interpretações das experiências vividas são construídas, coordenadas e solidificadas nas histórias experienciadas por cada um. São narrativas locais que são produzidas em conjunto por pessoas em seus relacionamentos, que as transformam em relatos coerentes e acessíveis. O pesquisador leva em consideração a perspectiva de cada indivíduo.

2.4.1.7 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS (RE)



Algumas pesquisas focam como instrumento o relato de experiência para a produção de dados de investigação. Caminhando pela etimologia, relato vem da palavra latina

relatus, significando fazer um relatório, já experiência também é latina, *experientia*, significando o ato de se aprender ou conhecer além das fronteiras, dos limites. Por analogia, relato de experiência seria um relatório ou uma narrativa detalhada de vivências cotidianas de alguém, sob o ponto de vista dessa pessoa. O relato de experiência expõe os sentimentos, a subjetividade, a objetividade e a intersubjetividade contida em cada um. Quem relata expressa o passado vivido, inerente a ação ocorrida, mas, também, ao reviver o passado, passa a interpretá-lo com um novo olhar estabelecido pelos conhecimentos adquiridos no presente. Podemos dizer que não há uma transferência literal da experiência vivida, mas um reviver com outras experiências.

Temporetti (2020, p. 65, tradução nossa) define relatos de experiência como “informes de investigação que adotam uma estrutura narrativa para dar conta das produções científicas surgidas depois de implantar um plano, um projeto ou programa de investigação.” Essa estratégia investigativa pode ser denominada estratégia clínica na psicologia, de caráter qualitativo, assume o paradigma interpretativo para a produção dos dados recolhidos.

Entendemos que o RE é um texto escrito por uma pessoa, que descreve precisamente uma dada experiência, a qual traga contribuição de forma relevante para uma investigação. É a descrição de uma vivência pessoal, profissional ou sociocultural tida como exitosa ou não, mas que contribua com a discussão, a troca e a proposição de ideias para a construção de um novo conhecimento. Assim sendo, o RE é feito contextualizado em um tempo e espaço, não sendo mera propagação pessoal.

Para Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 63) o RE é entendido “como expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas”. Ainda, segundo os autores (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 64):

A experiência “é vivida antes de ser captada pelo pensamento, apreendida pela reflexão, caracterizada em seus componentes” (BRETON; ALVES, 2021, p.3), portanto, é ela “que desperta o poder de conhecer” (MENEZES, 2021, p.10). Em seu domínio ocorrem as aprendizagens (KASTRUP, 2008). Apesar de não ser a única ou exclusiva maneira para seu atingimento, não se “pode aprender pela experiência do outro, a não ser que essa experiência seja revivida e tornada própria” (CAPOZZOLO et al, 2013).

Portanto, como abordamos anteriormente, o RE capta um momento passado, refletindo sobre quais sentimentos são despertados na pessoa que o escreve, além de dar oportunidade de novos conhecimentos pela experiência por ela vivenciada.

2.4.2 UTILIZANDO O ESTADO DA ARTE



Atualmente, os pesquisadores deparam-se com o Estado da Arte como contribuição para entender como está a produção científica a respeito do tema escolhido e para evitar que haja duplicações de estudos. Portanto, faz-se relevante entender como realizar o estado da arte para uma pesquisa. A Pesquisa de Estado da Arte é a realização de um levantamento de tudo ou boa parte de tudo que se tem produzido sobre determinado tema. Pesquisas desse tipo “[...] não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas” (Romanowski; Ens, 2006, p. 39). Podemos afirmar que consiste em nível

mais elevado de pesquisa a respeito de um tema em uma determinada área de conhecimento.

Para Ferreira (2002, p. 258) o estado da arte traz em comum

[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Nessa lógica, o estado da arte tem caráter bibliográfico. Entretanto, envolve diferentes produções sobre um mesmo tema, revelando o mapeamento do que já existe e as lacunas. Nessa lógica, contribuem como um marco teórico e histórico a respeito de um tema. Ferreira (2002, p. 258) evidencia que o estado da arte é reconhecido

[...] por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Nos últimos tempos, com o aumento das produções, é necessário apresentar como andam essas produções, as perspectivas de análises, as metodologias, entre outros. Dessa maneira, o estado da arte é um balanço, “[...] um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes” (Romanowski; Ens, 2006, p. 38). O estado da arte vai ser mapeado por um determinado marco temporal ou local ou por autor. Esses marcos são recortes com os quais vamos trabalhar para delimitar o que queremos apresentar ou o que é importante apresentar em nossa pesquisa.

O marco temporal é o estabelecimento de um espaço de tempo que pode ser determinado entre cinco e dez anos, a depender do que queremos demonstrar. De acordo com Collaço (2009, p. 1) “A escolha de um objeto num marco temporal define também nosso foco de olhar do presente para o passado, e o retorno deste olhar”. Elaborar uma leitura sobre os trabalhos encontrados permite-nos ter contato com trabalhos que, à época, apresentaram visões de variados autores e as quais podem ser semelhantes ou divergentes.

O marco local é estabelecido pela localidade em que encontramos os documentos. Esse marco pode ser regional, local ou global; pode ser por instituições; pode ser por eventos; pode ser por periódicos. A escolha fica a critério do pesquisador ou a depender em qual localidade conseguirá mais materiais para análises. Já para o marco por autor, o critério recai sobre a produção de um único autor, ou seja, se o autor é renomado na área de pesquisa, pode ser relevante trazer a produção desse autor ou, ainda, é interessante apresentá-lo caso esteja fora de uso ou, mais ainda, tenha uma contribuição importante para o caminho investigativo. Toda produção científica que será apresentada constituirá um conjunto significativo de pesquisas já realizadas. É relevante destacar que a multiplicidade de produções nos permite, em um dado momento histórico e social, determinar o processo evolutivo das ciências.

Para fazer o mapeamento dessas produções, podemos seguir com caminho de análise os momentos distintos a seguir: a) Interação com a produção e b) Possibilidades da produção. No primeiro momento, o pesquisador vai inteirar-se da quantificação e identificação de dados bibliográficos; vai delimitar um marco, seja temporal estabelecendo um período, seja local ou por áreas; vai observar continuidades e saltos e vai

realizar uma análise crítica a respeito dos documentos pesquisados. No segundo momento, o pesquisador vai distinguir o que, onde, com quem, com que, como; vai verificar tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas e finalizará realizando uma análise crítica a respeito dos documentos pesquisados.

Os caminhos para encontrar os trabalhos relevantes para cada pesquisa é um processo realizado pelo pesquisador. Existem alguns procedimentos que podem ser interessantes em um estado da arte. Romanowski (2002, p. 15-16) propõe oito procedimentos a seguir: o primeiro é a definição dos descritores para realizar as buscas; o segundo é a escolha de uma localização nos bancos de dados; o terceiro e o estabelecimentos critérios para a seleção do material; o quarto é levantamento de teses e dissertações catalogadas; o quinto é a coleta do material de pesquisa; o sexto é a leitura preliminar das publicações, levando em conta o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área; o sétimo é a organização do relatório do estudo; e o oitavo é a análise e elaboração das considerações preliminares.

Se o pesquisador optar por realizar o estado da arte somente sobre os resumos dos documentos, ele vai seguir alguns procedimentos, elencados por André e colaboradores, segundo Romanowski e Ens (2006, p. 44), que são: levantamento dos resumos, estabelecendo categorias de análises; leitura do material, estabelecendo os descritores; análise do conteúdo dos resumos; organização, síntese considerações finais. A escrita das análises vai das partes para o todo, sendo análises individuais e depois conjuntas.

2.4.3 UTILIZANDO A PESQUISA DE CAMPO



Muitas investigações baseiam-se na pesquisa de campo para compreender a realidade sobre a qual queremos lançar novos olhares e/ou fechar algumas lacunas deixadas no percurso investigativo de alguns pesquisadores. Considerada por uma abordagem qualitativa, esse tipo de pesquisa envolve objetos de investigação, os quais ocorrem em determinado espaço/tempo, portanto, há um local, um tempo e uma cultura determinados. Em Mattos (2020, p. 50) afirmamos que: “A Pesquisa de campo coleta os dados, direto na realidade, junto às pessoas com utilização de diferentes recursos. A pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta”. Posto isto, é pertinente lançar um olhar sobre a pesquisa de campo enquanto um instrumento de investigação para a pesquisa etnográfica, ou seja, toda pesquisa etnográfica envolve uma pesquisa de campo, mas nem toda pesquisa de campo é etnográfica.

Por que afirmamos isso? Primeiro, nem toda pesquisa de campo envolve além da observação, isto é, são praticamente observacionais. Segundo outras pesquisas de campo, além da observação, seja participante ou não, envolve apenas mais um instrumento de pesquisa que pode ser questionário ou entrevista. Consequentemente, a pesquisa de campo necessita ou abarca algumas visitas in lócus, já na etnográfica ou tipo etnográfica há a necessidade de estar um espaço de tempo imerso no local pesquisado. Portanto, há a observação direta em que o pesquisador interage com os participantes da investigação, conhecendo seus costumes, sua língua etc.

Terceiro, a pesquisa de campo foca um aspecto específico para sanar deficiências ou dificuldades detectadas, seja pelo pesquisador,

seja por membros da comunidade investigada. Nessa lógica, a pesquisa de campo auxilia a entender os participantes e a descrevê-los com mais propriedade. Aspecto extremamente importante para a pesquisa etnográfica ou tipo etnográfica. Quarto, a pesquisa de campo auxilia no conhecimento e/ou reconhecimento de aspectos culturais, sociais e pessoais como comportamentos, crenças, cosmogonia, rituais, mitos, fluxo de trabalho, fluxo de relacionamento entre os membros etc.

Quinto, a pesquisa de campo pode ser criada como uma pesquisa primária, ou seja, “[...] uma estrutura de suporte com a finalidade de troca de experiências entre entrevistadores, supervisores e coordenador do projeto de pesquisa, garantindo a homogeneidade e fidelidade na coleta de informações” (Kirchhof; Mazza; Alexandre; Sarquis, 2012, p. 285), mantendo-se maior aproximação entre pesquisador e participantes. Contudo, é uma estratégia profícua para a pesquisa tipo etnográfica ou etnográfica, mantendo essa aproximação anterior à investigação propriamente dita para não comprometer a recolha de dados, já que os membros da comunidade poderão estar familiarizados com os pesquisadores.

Na pesquisa de campo, o pesquisador coloca-se em um movimento interno pelo qual vai recolher informações as quais encontram-se recheadas de subjetividades e significações. Nesse olhar investigativo, o pesquisador necessita estar aberto as maneiras e vivências da comunidade que investiga, a qual pode ser diferente da sua. Portanto, há que ter sensibilidade tanto para as semelhanças quanto para as discrepâncias entre as realidades – a do pesquisador e a dos participantes. Assim, um aspecto importante para quem vai à campo é a inter-relação afetiva que ocorre entre pesquisador e participantes,

permitindo reações de tonalidades agradáveis ou de tonalidades desagradáveis.

Podemos dizer que há uma carga afetiva ou reação afetiva, quando vamos à campo, com a qual temos possibilidades de compreender as percepções, as significações, as interações – sejam elas de trabalho, de convivência, de território enquanto espaço de pertencimento etc. É, para o pesquisador, um espaço para familiarizar-se em relação a tudo que acontece dentro de um espaço de pertencimento, de identidade e de luta para os participantes. Essa paisagem investigativa confere, ao pesquisador, a apreensão de como vivem, comportam-se, relacionam-se entre si e com o ambiente circundante etc., focando àquilo que pretende descobrir ou desvelar em sua pesquisa.

Por fim, podemos afirmar que a utilização da pesquisa de campo é um componente que envolve a recolha de dados, mas, ao mesmo tempo, a sintonia com a comunidade investigada. Contudo, o pesquisador deve focar àquilo que pretende obter dessa comunidade, evitando assumir posições ou direcionamentos para alguns membros dela. Não se trata de neutralidade, mas de coerência investigativa e ética pessoal, profissional e acadêmica.

2.4.4 UTILIZANDO O MÉTODO CARTOGRÁFICO



Os métodos de pesquisa são baseados em uma linguagem, que visa responder certas perguntas a ela direcionadas e, ao responder, oferece a essência da realidade pesquisada. Se entendermos a cartografia como um método de pesquisa, estamos entendendo-a como um método de pesquisa que intervém e orienta o pesquisador no desenvolvimento de seu trabalho

investigativo. Passos e Barros (2009, p. 17) afirmam que: “A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados”. Portanto, a intervenção investigativa implica que a análise dos dados coletados devem ser coletivos e locais.

Passos e Barros (2009) ressaltam que a intervenção é sempre clínico-política, atuando transversalmente em uma zona de vizinhança entre os processos de subjetivação e “[...] nos devires que estão sempre presentes em diferentes graus de abertura e potências variadas de criação (Passos; Barros, 2009, p. 27). Entendendo a cartografia como um método de pesquisa e sendo um método criado por Deleuze e Guatarri nos idos anos 1995 do século passado, compreendemos que ainda permanece pouco utilizado nas pesquisas, por ser um método que visa acompanhar o processo e não o que já está estabelecido na realidade pesquisa. Por visar o processo, exige atenção durante o trabalho de campo, exige construção caso a caso, mas que podem dar pistas para coletivizar a experiência de cada cartógrafo.

Kastrup e Passos (2014, p. 5) afirma que “cartografar é traçar um plano comum” e sem ele a pesquisa não acontece. Ao investigar a dimensão processual da realidade, estamos construindo rizomas ou redes de articulações. A grupo implicado na investigação comporta a dimensão coletiva ou da processualidade do coletivo que ocorre pela transversalidade e que extrapola as fronteiras. Segundo os autores:

A pesquisa cartográfica faz aparecer o coletivo, que remete ao plano ontológico, enquanto experiência do comum e, dessa maneira, é sempre uma pesquisa-intervenção com direção participativa e inclusiva, pois potencializa saberes até então excluídos, garante a legitimidade e a

importância da perspectiva do objeto e seu poder de recalcitrância. (Kastrup; Barros, 2014, p. 19).

Quando Kastrup e Passos (2014) afirmam que cartografar é traçar um plano comum, reforçam a ideia de consistência das experiências concretas que deve ser enfrentado permanentemente pelo pesquisador e, além disso, o desafio dessa experiência nunca é definitivo, ou seja, está em constante modificação. Quando o pesquisador entra em uma comunidade, precisa entender que não existe nada dado, já que a experiência se realiza na partilha, no entendimento de um bem comum e local, o qual cria um certo efeito de pertencimento de qualquer pessoa ao coletivo. Nessa direção os autores afirmam que:

O comum porta o duplo sentido de partilha e pertencimento. Cada em desses sentidos indica um procedimento ou atividade sena qual a produção do comum não se efetiva. O comum é aquilo que partilhamos e em que tomamos parte, pertencemos, nos engajamos. (Kastrup; Barros, 2014, p. 21).

Consequentemente, esse comum traz a ideia de “partilha sensível” (Rancière, 2005) que diz respeito a sensibilidade do olhar para as evidências, para os recortes que definem lugares, pessoas, atividades, partes comuns e exclusivas desenvolvidas nas ações partilhadas. Somente com essa atitude é que o pesquisador garante a participação dos sujeitos e a inclusão de seus conhecimentos como um aspecto transformador realidade investigada.

3

DADOS DE PESQUISA



Dados de uma pesquisa refere-se a uma coleção de informações, obtidas no contexto e fora dele. Uma definição mais detalhada sobre dados de pesquisa inclui tipos de dados que se combinam para serem as informações produzidas, compreendendo números, palavras, imagens, vídeo, áudio e conceitos, entre outros. Depois que os dados são coletados ou produzidos, normalmente são colocados em um formato para que possam ser analisados. Esse formato pode ser uma planilha, blocos de notas ou software de análise, com o propósito de aumentar a facilidade de análise de dados.

Os dados podem ser numéricos ou não numéricos. Os dados não numéricos referem-se às observações, entrevistas, grupos focais, narrativas, declarações que podem ser recodificados em quadros, tabelas, gráficos, entre outros para facilitar a análise. Tidos como dados qualitativos têm uma maior variedade de fontes que geralmente são categorizados como verbais e não verbais.

Os dados são verbais se a maior parte do que está sendo analisado forem palavras ou textos. As fontes de dados verbais incluem itens como diários pessoais, cartas, relatórios da mídia, entrevistas, notas de campo, entre outros. Dentro do grupo de entrevistas, os dados podem vir de entrevistas em profundidade, entrevistas não estruturadas, entrevistas semiestruturadas, entrevistas estruturadas, questionários contendo comentários abertos substanciais, grupos focais e assim por diante.

Já as fontes de dados não verbais incluem itens como mapas conceituais, diagramas, fotos, vídeos, filmes, arte, anúncios impressos, entre outros documentos e fontes. Cada tipo de dado e como foi coletado tem diferentes pontos fortes e fracos em relação às questões de pesquisa e técnicas de análise. Por exemplo, observações não participantes de vídeos coletados por câmeras de vigilância permitem que o pesquisador colete dados sem influência no campo, mas há problemas com a ética dessas observações. Entretanto, observações participantes permitem ao pesquisador ter conhecimento do que acontece ao redor ou no entorno, no momento dessa observação.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA



A análise dos dados é uma parte essencial e substancial na pesquisa e constitui o trampolim entre os dados produzidos, o referencial teórico e os resultados alcançados, pois faz a ligação das descobertas e os conceitos existentes, acrescentando um conhecimento novo para a área em questão. Existem variadas maneiras de análise de dados que compreendem desde a transcrição de narrativas até notas de campo, conversas e dados visuais, sejam fotografias, filmes ou quaisquer outras imagens. O pesquisador deve familiarizar-se com os dados produzidos e analisá-los simultaneamente, discutindo cada um com o referencial teórico abordado na pesquisa. Cabe ressaltar que um conhecimento amplo sobre a literatura existente a respeito do assunto provoca *insights*, auxiliando o pesquisador em suas análises.

Qualquer análise dos dados envolve codificação ou categorização a qual reflete os hábitos analíticos pessoais do pesquisador e os princípios

gerais que fluem de determinadas metodologias de pesquisa qualitativa e perspectivas bases teóricas. É nessa codificação do texto escrito ou falado que o pesquisador captura ocorrências empíricas e conceituais. A codificação pode ser realizada em níveis sucessivos de análise. Assim sendo, o pesquisador indica as bases empíricas que estão relacionadas à questão e vai delimitando para um conceito superior. Nessa lógica, o pesquisador não para na mera descrição dos dados, mas alcança uma varredura do texto, após o processo de familiarização com as instâncias empíricas.

3.2 ANÁLISE DE VÍDEOS



A utilização de vídeos na pesquisa é mais uma possibilidade de aplicação de quaisquer tipos de vídeo que não sejam documentários. Para Loizos (2002, p. 137-138) existem três razões para utilizar vídeos em pesquisas: 1) “oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais - concretos, materiais”; 2) “pode empregar, como dados primários, informação visual que não necessita ser nem em forma de palavras escritas, nem em forma de números” e 3) “o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados, muitas vezes, dependem de elementos visuais”.

Diante do exposto, a utilização de vídeos é uma das possibilidades para analisar uma realidade. Apesar de haver a passagem do tridimensional para o bidimensional com a produção dos vídeos, ainda, podemos fazer visualizações como se lá estivéssemos. Podemos afirmar que continuamos utilizando os olhos para compreender a realidade

pesquisada. É o que Loizos (2002, p. 138) chama “de uso de um método de pesquisa visual”. O vídeo produzido pelo pesquisador ou por terceiros [devidamente treinado] possibilita o registro de atividades complexas, as quais não podem ser rememoradas e descritas pelo observador, após algum espaço de tempo. Loizos afirma que:

O pesquisador deverá então dar conta de diversas tarefas: exame sistemático do corpus de pesquisa; criação de um sistema de anotações em que fique claro porque certas ações ou sequências de ações devam ser categorizadas de um modo específico; e finalmente, o processamento analítico da informação colhida. (Loizos, 2002, p. 149).

Vale ressaltar que o pesquisador deve estabelecer os conceitos básicos para realizar a análise dos vídeos. Consequentemente, caberá ao pesquisador, mediante o referencial teórico, estabelecer como fará a análise ou, ainda, após a elaboração do vídeo, baseado em fundamentações empíricas emitidas pelos participantes, criar os conceitos necessários à pesquisa. Após essas escolhas, o pesquisador vai selecionar sequências de ações que sirvam para a análise e observar as regularidades entre essas sequências.

3.3 ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO (AC) E DA FALA



Em quase todas as pesquisas fazemos utilização de rodas de conversa, entrevistas e captação de áudios como mais um dos recursos para armazenar dados e resguardar aquilo que o participante enuncia, sem perdas quando fizermos as transcrições. Em vídeos estamos interessadas em resguardar o contexto em que estes diálogos ocorreram, permitindo-nos analisá-los também, além de fazer a análise da conversação (AC) e da fala. O pesquisador deve

ficar atento as pessoas que estão compartilhando o mesmo ambiente, os trejeitos de realização da conversa e da fala, os silêncios ou ruídos emitidos ou não, o manejo em que o participante desenvolve certa atividade, seja manual, seja profissional, absorvendo o máximo possível o mundo real em que se desenvolvem essas conversas e falas.

Myers (2002, p. 271-272) alerta-nos de que:

As interações de pesquisa são planejadas, em sua maioria, para serem padronizadas e reduzidas, seguindo o mesmo roteiro da entrevista, do questionário ou do protocolo experimental, em cada caso, de tal modo que o pesquisador e as circunstâncias da interação podem ser deixados de lado. Mas grande número de pesquisadores nos lembra que até mesmo esses encontros cuidadosamente planejados, são formas complexas de interação social.

Nessa ótica, o pesquisador tem em mente que referenciais os participantes estão levando em consideração quando respondem a certos instrumentos de pesquisa. Focar que tipo de interação social se passa ao redor, percebendo os mínimos detalhes do desenvolvimento de certas atividades cotidianas é de suma importância para o pesquisador entender as inter-relações existentes na comunidade investigada.

Além das conversas e falas direcionadas por entrevistas, rodas de conversas e outros, existe a conversação espontânea, ou seja, aquela que não sofreu interferência alguma do pesquisador, mas que o participante lhe apresenta. Para Castilho (2002, p. 230) esse tipo de conversação é aquela em que a “conversa que não sofreu qualquer tipo de planejamento (temático ou linguístico) e, que ocorreu na ausência de observadores, não participantes da atividade da fala”. É aquele participante não programado que entra na conversa por compreender

ou entender melhor de um determinado tema referente a comunidade pesquisada.

Rodrigues (1999, p. 18) afirma que:

A conversação é um evento de fala especial: corresponde a uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção para uma tarefa comum, que é a de trocar idéias sobre determinado assunto. Conversação natural, que ocorre espontaneamente no dia-a-dia, dá-se face a face, presentes os dois falantes, ao mesmo tempo, num mesmo espaço.

Nessas conversações sistematizadas, os participantes estão conscientes de que estão sendo gravados, aspecto que pode interferir nas respostas enunciadas, mas na conversação espontânea isso não acontece, já que o participante entra na conversa por conta própria.

O que entra em foco na análise da conversação (AC) ou da fala é o tópico conversacional, ou seja, aquilo acerca do tema que está presente na conversa. Pontes, Souza e Barbosa (2005, p. 237) afirmam que:

A Análise da Conversação (AC) é uma abordagem discursiva que busca entender como a linguagem é estruturada para favorecer a conversação (Hutchby, 1998). Seu conceito fundamental é o conceito de interação. Portanto, para a AC a realidade social é constantemente fabricada pelos atores sociais em suas interações.

Portanto, devemos atentar-nos para os conhecimentos linguísticos utilizado pelo participante, mas também, para os paralinguísticos¹ e socioculturais que se evidenciam na fala, já que nas transcrições reproduzimos um material empírico.

¹ Conhecimentos paralinguísticos são os aspectos não verbais que acompanham a fala.

3.3.1 TRANSCRIÇÕES DA CONVERSAÇÃO E DA FALA



Em quase todas as pesquisas fazemos utilização de transcrições de conversação ou fala. É quase impossível não as ter, em se tratando de uma pesquisa empírica. Marcuschi (2003, p. 9) alerta-nos:

Não existe a melhor transcrição. Todas são mais ou menos boas. O essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém. De um modo geral, a transcrição deve ser limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados.

Diante disso, evidencia-se que devemos garantir um sistema ortográfico padrão. Para isso, o pesquisador deve ater-se ao que ouve e transcrever literalmente como o participante enunciou². Surgem dúvidas quando transcrevemos. Como grafar³ e grifar⁴ palavras que fogem a norma culta ou que têm pronúncias diversas? A escuta atenta responde-nos: grafamos como foi falado pelo participante, ou seja, estamos estabelecendo certos parâmetros idênticos para todas as transcrições das pessoas que têm a língua falada com regionalismos iguais, como se símbolos fossem. É importante estabelecer um codinome ou uma sigla para cada participante, podendo ser as iniciais do nome ou à escolha do participante. É importante, também, quando

² Optamos, em nossas pesquisas, manter a fala literal em respeito ao participante que se dispôs a auxiliar-nos, contribuindo para a produção dos resultados de pesquisa. Entendemos que alguns pesquisadores optem por “fazer limpeza” na transcrição da fala, aspecto que compromete tanto o interesse do participante quanto a própria pesquisa. Ressaltamos, ainda, que não existem erros na língua falada, apenas regionalismos. Portanto, ao transcrever optamos por manter a enunciação conforme foi realizada. Ressaltamos, mais ainda, que cabe ao pesquisador, e unicamente a ele, fazer sua opção e que esta siga toda a lógica de sua investigação. Cabe, ainda, enfatizar que ao “limpar” ou “modificar” a enunciação dos participantes de pesquisa estamos adentrando por procedimentos e posturas coloniais, aspecto que não condiz com nossa postura decolonial.

³ Grafar é a maneira de redigir ou escrever a linguagem oral.

⁴ Grifar é dar destaque àquilo que grafamos e que não faz referência a norma culta da língua portuguesa.

forem vários participantes denominados por profissões ou atuações, manter uma sequência lógica, numerando cada participante.

Exemplo: Vamos transcrever vários docentes, então pode-se colocar: D1; D2, D3 etc. ou P1; P2; P3 etc.

Marcuschi (2003) indica-nos alguns símbolos ou sinais que são propostos mais frequentemente:

- a) **falas simultâneas**: quando dois falantes iniciam ao mesmo tempo a fala, utiliza-se colchetes duplos [[, alocando uma fala acima e outra abaixo nos colchetes.

Exemplo: [[sobre isso eu ...
 tíve um momento ...

- b) **Sobreposição de vozes**: quando, a partir de um dado momento, ocorre simultaneidade nas falas de dois falantes, utiliza-se colchete simples [. Segue a mesma lógica anterior, partindo de onde começou a sobreposição de falas.

- c) **Sobreposições localizadas**: quando ocorre simultaneidade em um determinado ponto entre dois falantes, utiliza-se um colchete abrindo e outro fechando [] e segue as mesmas lógicas anteriores.

Exemplo: [eu dizia...
 ah sim...

- d) **Pausas**: quando o falante fica em silêncio, utiliza-se (+). Se for a pausa for longa o pesquisador deve cronometrar e colocar o tempo de pausa entre os parênteses.

- e) **Truncamentos bruscos**: quando o falante corta a fala inesperadamente ou quando é cortado repentinamente, utiliza-se uma barra: /

- f) **Ênfase**: quando o falante enfatiza uma palavra que quer reforçar, deve-se escrever essa palavra em MAIÚSCULAS.

- g) **Comentários do pesquisador**: quando o pesquisador, no momento da transcrição, quer evidenciar algum fato do momento da entrevista, deve-se utilizar duplo parênteses (()). Esses comentários são recursos utilizados pelo pesquisador para colocar: ((risos)); ((tosses)); ((gestos)); ((expressões faciais)) etc.

- h) **Alongamento de vogal:** quando o falante enfatiza alguma palavra, utiliza-se dois pontos :. Exemplo: euuuuu? Usa-se eu::.
- i) **Silabação:** quando o falante enuncia as sílabas separadamente de uma palavra para melhor compreensão do que foi pronunciado, utiliza-se hífens - - - indicando a silabação.
- j) **Repetições:** quando o falante utiliza o artifício de “gaguejar” enquanto pensar no que vai falar, utiliza-se replicar a letra ou sílaba que foi repetida.
- k) **Transcrição parcial ou eliminação:** quando o pesquisador não entende o que foi falado pelo participante ou quando ele opta por suprimir um intervalo de fala do participante por não ser importante para a pesquisa, ou seja, o participante enunciou algo fora da questão proposta. Nesses casos, utiliza-se reticências para o primeiro caso e reticências entre barras /.../ para o segundo caso.

Com essas proposições podemos fazer nossas transcrições com um pouco mais de segurança. É importante salientar que o pesquisador deve ater-se ao que é falado e não colocar palavras na boca do falante.

3.4 ANÁLISE DO DISCURSO (AD)



Em quase todas as pesquisas fazemos utilização de discursos proferidos por diferentes pessoas. Para Foucault (2007, p. 10) “o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que; pelo que se luta, o poder pelo qual queremos nos apoderar.” Vemos assim, que o discurso descortina o futuro escondido que, ao ser pronunciado, obtêm-se a sabedoria que muitos não detêm e que poucos detêm. Há, por assim dizer, a questão entre o verdadeiro e o falso, entre a loucura e sanidade, que nos move em busca da veracidade proferida por certas pessoas.

Gregolin (1995, p. 16) ressalta-nos que:

O nível discursivo é o patamar mais superficial do percurso gerativo do sentido, o mais próximo da manifestação textual. As estruturas narrativas convertem-se em discurso quando assumidas pelo sujeito da enunciação: ele faz uma série de "escolhas", de pessoa, de espaço, de tempo e de figuras, contando a história a partir de um determinado "ponto de vista". A narrativa é, assim, "enriquecida" com essas opções do sujeito da enunciação.

Há, portanto, uma espacialização e uma temporalização inerente ao discurso de cada sujeito envolvido, que estabelecem relação entre quem enuncia e as marcas espalhadas ao longo do texto enunciado. “Essas marcas conduzem o leitor a perceber a orientação argumentativa e as relações entre o texto e o contexto em que foi produzido.” (Gregolin, 1995, p. 17). Como podemos perceber, quem enuncia estabelece uma ligação entre o tempo vivido e o espaço ocupado por ele, aspectos que não podem ficar de fora quando analisamos um discurso.

Temos que nos atentar para as condições de formação do enunciado e a articulação da discursividade que engendra o texto enunciado. Nesse processo há uma relação linguística e ideológica. Os mecanismos do domínio do pensamento colocam em jogo relações entre exterioridade/anterioridade e a evocação que apoia a tomada de decisão para o discurso enunciado pelo sujeito. Há um sentido passado por determinadas enunciações que mascaram a verdade, devido a formação ideológica assumida pelo enunciador.

Para Pêcheux (1995, p. 160, grifos do original) “[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas”. Portanto, uma mesma palavra,

expressão, proposição e outros podem ter significados diferentes a depender do tempo e espaço em que foi enunciado e pelo qual constitui-se sócio-histórico.

Maingueneau (2008, p. 15) entende discurso como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas.” Incorpora, ainda, o tempo como linguístico e histórico, afirmando que as unidades de discurso constituem sistemas de significantes enunciados. Transformar o discurso de uma língua falada em um texto trata-se de apreender a formação discursiva entendida como um sistema de restrições semânticas e a superfície discursiva percebida como um conjunto de enunciados produzidos de acordo com um sistema de existência (Maingueneau, 2008).

Assim, na análise do discurso deve haver uma interpretação interdiscursiva com certas regularidades pertinentes ao espaço e ao tempo do sujeito que enuncia. Para Maingueneau (2008, p. 21) todo discurso “é finito, na medida em que repousa sobre partilhas iniciais, mas essas partilhas não tomariam forma sobre um espaço semântico indiferenciado”, o que permite ao pesquisador conferir um estatuto interior de caráter mais explícito ao conteúdo expresso no discurso. O pesquisador deve considerar a hipertextualidade em que um texto se une a outro, enxertando-o sem ser somente comentários, portanto há um princípio dialógico constitutivo da interação enunciativa.

3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO (AC)



Para Bardin (2011, p. 9, grifo do original) a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos

metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a <discursos> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” Com isso, há um constante interesse em inferir, em interpretar tanto a objetividade quanto a subjetividade, contidas em cada texto, em cada instrumento, em cada documento, desvendando o que está latente, equilibrando o diverso e a unidade.

A análise de conteúdo implica um exaustivo e paciente trabalho de interpretar dados. De acordo com Bardin (2011) a análise de conteúdo tem como objetivos: ultrapassar a incerteza e enriquecer a leitura, descobrindo conteúdos e estruturas que confirmam o que procuramos em cada instrumento. Há o desejo de ir além das aparências em um constante confronto entre a verificação e a interpretação, ambas prudentes e intensas. Assim, a AC deve ser aplicada, ou deveria, a todas as maneiras de comunicação, possuindo duas funções: “heurística” e “administração de provas” (Bardin, 2011, p. 30) e estas podem coexistir de maneira complementar.

Bardin (2011, p. 31) ressalta-nos que a AC por ser uma técnica “adequada ao domínio e objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento.” Caminhando nessa lógica, a AC “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p. 31). O tratamento dado as informações contidas nas comunicações ou mensagens direcionam para uma análise dos significados e dos significantes. Consequentemente, ao fragmentá-las o pesquisador delimita unidades de codificação, variando sua análise entre similitudes, ambiguidades ou discrepâncias.

Unidade de codificação é entendida como a palavra ou a frase, bem delimitadas no corte. Quando há ambiguidades é importante definir as

unidades de contexto que possibilita a compreensão da significação dos itens em seu contexto, ou realizar análise categorial, definida como mais abrangente e que permite fazer análises segundo a presença ou ausência de determinados itens de sentido. Nesta, a interpretação está sujeitada às categorias, que nós, assim como Bardin (2011, p. 37), entendemos como “espécies de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem.” Esse tipo de análise vai depender dos critérios de classificação estabelecidos pelo pesquisador. Há que se ter bastante cuidado nessas escolhas.

Realizar a AC é inferir conhecimentos por meio de procedimentos sistematizados e objetivos para a descrição do conteúdo contido em diferentes comunicações ou mensagens. O pesquisador está preocupado com a palavra, aspecto individual da linguagem, tomando em consideração as significações, ou seja, o conteúdo, funcionando como unidades de significações simples (Bardin, 2011). Ressalta-se que podemos, por meio da análise de conteúdo, realizar quantificações, partindo de um material qualitativo. É necessário codificar os dados dos textos, transformando-os em categorias suscetíveis de representar o conteúdo.

4

A PESQUISA EM TEMPOS EMERGENCIAIS



Enfrentamos em 2020, momentos difíceis na pesquisa científica com a explosão da pandemia da Covid-19 ou Coronavírus. Não se pode pensar que após a pandemia tudo desaparecerá como um passe de mágica. É óbvio que não! Talvez continuemos a utilizar alguns recursos e técnicas que serão expostos aqui. Tudo é uma questão de tempo e espaço. É conhecido por todos que grandes choques mundiais promovem mudanças nas ciências, ou seja, as grandes guerras, a pandemia da gripe espanhola são exemplos dessas transformações, tanto no meio político, econômico, educacional e de saúde, quanto em áreas de conhecimento como a física, a química, a medicina, a bélica etc.

Como percebemos não é de agora que existem guinadas para as ciências, muitas vezes, que alavancam outras áreas de conhecimento em um dado momento histórico. Portanto, é evidente que a Covid-19 vai deixar sua marca em nós e na ciência como um todo. À medida que as pesquisas avançaram para eliminar o coronavírus do planeta, houve certo beneficiamento para os pesquisadores no que diz respeito aos avanços e retrocessos contidos na necessidade de evitar mortes e demandas hospitalares. Vale ressaltar que os limites impostos às pesquisas nos levam a pensar em adaptações de métodos e técnicas para o ambiente virtual, principalmente quando pesquisamos com grupos vulneráveis com indígenas, quilombolas, camponeses etc.

Podemos, ainda, destacar que o acesso aos documentos, que sejam específicos e que não estão disponíveis online, ficaram prejudicados devido ao isolamento social. Além disso, pesquisas que exigem entrada em campo ficaram totalmente à deriva e sem condições de prosseguimento. Entretanto, Duffy (2020) lança algumas orientações para os pesquisadores. Segundo a autora, o mais importante foi a preservação da saúde física e mental, mantendo afastamento social e todos os procedimentos de proteção. Manter uma rotina diária e, ao mesmo tempo, ser flexível é importante nesse momento. Construir redes e arrumar colaboradores para a pesquisa são essenciais, bem como dialogar com os orientadores constantemente e utilizar o tempo disponível para aprender algo novo, seja para a pesquisa, seja pessoal ou profissional (Duffy, 2020). O importante é manter a mente em funcionamento e direcionada à pesquisa.

4.1 ETNOGRAFIA DIGITAL



A etnografia supõe pesquisa em campo e prática para concretizar o conhecimento que se define pela antropologia social. Consequentemente, a etnografia exige observação participante, lançando compreensão ao conhecimento contextualizado pelas visões, valores e práticas locais por meio do ponto de vista nativo. Já a etnografia digital envolve as consequências da presença digital na pesquisa e a redefinição de conceitos centrais. Para Pink, Horst, Postill, Hjorth, Lewis e Tacchi (2016) quando a etnografia se torna digital, parte do contato direto e sustentado pelo humano faz-se digitalizado, ou seja, equivale a assistir o que acontece, a ouvir o que é dito, entretanto, isso

é feito mediado pelo ambiente virtual. Nessa ótica, a escrita da observação *in locus* é substituída pelo vídeo.

Diante disso, Pink *et al* (2016) delimitam cinco princípios-chave para a etnografia digital: multiplicidade, não centralização digital, abertura, reflexividade e não ortodoxia. Segundo os autores, a multiplicidade compreende mais de uma maneira de envolver-se com o digital e esse envolvimento vai depender dos participantes ou dos recursos que esses participantes disponham, ou seja, se há disponibilidade de internet de banda larga e acesso de wi-fi ou não, se utilizam smartphones, se têm acesso ao WhatsApp, se possuem redes sociais como Facebook, se utilizam Skype, Meet ou outro serviço de videoconferência, entre outros (Pink *et al*, 2016). Saber sobre esses recursos permitem uma colaboração síncrona, na qual o pesquisador pode observar reações, perceber os silêncios e os ruídos.

A não centralização digital envolve não pôr o foco nas mídias digitais, ou seja, quando estamos pesquisando indiretamente, esses recursos são o pano de fundo da pesquisa. As mídias fazem parte de nossa vida, portanto, temos que focar nos domínios que esses recursos nos disponibilizam para obter os dados de pesquisa. São novas formas de copresença ou de estar juntos no mesmo tempo, mas em locais disjuntos (Pink *et al*, 2016). Nessa lógica, os métodos de pesquisa etnográfica digital precedem o uso das mídias, já que deve ser pensado para alcançar os objetivos de pesquisa e aquilo que é possível realizar virtualmente. A atividade principal é coletar os dados e obter os resultados de pesquisa e o secundário é qual o canal que será utilizado para que tal fato ocorra.

Sobre a abertura, os autores (Pink *et al*, 2016) afirmam que a etnografia digital é um evento aberto, ou seja, é entendido como um lugar aberto em que coisas acontecem e são reunidas. Assim sendo, os autores entendem que a etnografia não é um método de pesquisa limitado, tampouco uma unidade de atividade ou uma técnica com começo ou fim. Em vez disso, a etnografia digital é entendida como processual. A etnografia digital, realizada nas interseções entre disciplinas acadêmicas e parceiros externos, torna-se um projeto de pesquisa aberto e flexível, que pode ser moldado em relação às questões de pesquisa particulares, bem como aos contextos institucionais em que ela está relacionada e as maneiras pelas quais os participantes da pesquisa se envolvem (Pink *et al*, 2016).

Pink *et al* (2016) trazem a reflexividade para a etnografia digital como um aporte em que ser reflexivo é definido como as maneiras pelas quais produzimos conhecimento por meio de nossos encontros com outras pessoas e coisas. É uma abordagem que vai além da simples ideia preconceituosa que se envolve a subjetividade e a natureza explicativa da escrita etnográfica como uma via positiva e criativa para produzir conhecimento ou saber sobre outras pessoas, suas vidas, experiências e ambientes. A prática reflexiva também é considerada uma prática ética na medida em que permite aos pesquisadores reconhecer as formas colaborativas pelas quais o conhecimento é feito no processo etnográfico (Pink *et al*, 2016).

A não ortodoxia nos leva a prestar atenção às formas de comunicação, reconhecendo as maneiras de conhecer o mundo do outro por meio de fotografias, documentos digitalizados, vídeos e outros, evocando sentimentos, relacionamentos, materialidades, atividades e

configurações dessas coisas que fazem parte do contexto da pesquisa (Pink *et al*, 2016). Essas abordagens heterodoxas para a disseminação de métodos permitem novas formas de continuidade entre trabalho de campo da etnografia, colaborações e diálogos contínuos com os participantes da pesquisa e uma certa aproximação das temporalidades e locais dos processos de pesquisa, análise e divulgação.

A aproximação com o mundo sociocultural dos participantes, mesmo que por meio digital, evoca experiências que nos permitem, caminhar pelos sentimentos; práticas; objetos; relacionamentos; mundos sociais; localidades compartilhadas e eventos. Todos esses conceitos já fazem parte das ciências sociais e da pesquisa em humanidades há muito tempo e, na verdade, permanecem no centro das pesquisas acadêmicas. Assim, uma série de ferramentas metodológicas foram adaptadas para a pesquisa virtual ou digital ou online.

Cabe ressaltar que na pesquisa em meio digital podemos apreender a afetividade passada pelos traços faciais e corporais, percebendo os sujeitos como aqueles que estão em seu ambiente natural, os quais nos permite observá-los em atividades culturais, laborais, cotidianas e comunitárias. Estamos caminhando para uma nova era. Uma era em que estando em um local, somos levadas a observar outros locais, mesmo que não sejam em momentos síncronos, mas que nos impulsionam ao desvendamento do conhecimento da humanidade.

4.2 NETNOGRAFIA



A netnografia é uma adaptação surgida, também, da etnografia. Está baseada em comunicações mediadas por computador ou dados baseados em rede, sejam virtuais, sejam

textuais para chegar a uma compreensão etnográfica de um fenômeno social ou cultural. De acordo com Jong (2016) houve uma adaptação dos procedimentos etnográficos comuns de observação participante a um contexto online onde a interação social ocorre.

Da mesma maneira que a etnografia, a netnografia é natural, imersiva, descritiva, adaptável e utiliza múltiplos métodos. Por meio de observação e participação cultural imersiva, a netnografia oferece aos pesquisadores a oportunidade de se concentrar em novas áreas da vida social e de explorar como as comunidades e culturas são produzidas por meio da mediação virtual, quer seja por computador, quer seja por smartphone ou notebook em que as comunicações ocorrem (Jong, 2016). É um meio de pesquisar comunidades online da mesma maneira que ocorreria face a face. A netnografia é criada para atuar em comunidades online, permitindo o desenvolvimento de uma compreensão da cultura online e construção de significado dos processos, bem como fornecendo um método discreto para explorar questões sensíveis.

A observação e a participação não são realizadas *in locus*, mas acontecem por meio de videoconferências e entrevistas virtuais por intermédio do Skype, Meet ou outros recursos para promover reunião virtual. Também, há a possibilidade de realizar grupo focal, só que cada participante estará em um local, mas unidos no mesmo tempo, podendo ouvir e intervir para a construção dos dados, intermediados pelo pesquisador. Tomamos como ponto forte ou principal da netnografia, a capacidade de conduzir o trabalho de campo a partir de um determinado local em que o pesquisador esteja. Além disso, há facilidade para coletar uma variedade de dados pela capacidade de conectar grupos

comunitários geograficamente dispersos, desde que tenham acesso à internet e os aparatos eletrônicos necessários.

4.3 CIBER ETNOGRAFIA



A ciber etnografia possibilita observar, como se transmite para meio digital, as questões e fenômenos que se dão fora dele. Entendemos que o mundo virtual adentrou nossas casas e tomou para si o cotidiano dos pesquisadores. A impossibilidade de ir ao local de pesquisa, perpetrou outros meios para conseguir obter os dados necessários para alcançar os resultados de pesquisas. Devido a isso, há a construção de uma copresença do trabalho de campo, ou seja, pode haver mediação de terceiros para a obtenção dos dados. Nessa ótica, a ciber etnografia suscitou novas questões epistemológicas e ontológicas para a Antropologia.

Para Lewgoy (2009) a internet traz para o debate as questões antropológicas sobre o estatuto ontológico e as possibilidades de obter um conhecimento sobre e nela praticados, levando ao velho dilema antropológico da inovação cultural. O autor afirma que:

O ciberespaço e a internet são também criados e recriados por atores de redes sociotécnicas, cuja criação exerce uma agência como estrutura, linguagem e conjuntos de normas legítimas para a realização de inúmeras interações macrosociais e interindividuais em ambientes online, criando novas condições virtuais da existência material, moral e simbólica dos seres humanos. (Lewgoy, 2009, p. 192)

Nessa perspectiva, o pesquisador deve refletir sobre o que é etnograficamente relevante à pesquisa, desvelando relações, socialidades, identidades e práticas culturais realizadas e afirmadas pelo grupo sociocultural pesquisado.

A emergência virtual e a necessidade de uma internet de qualidade são aspectos essenciais na pesquisa realizada online. Buscamos novas maneiras de socialização, já que o ser humano precisa dessa inter-relação social e pessoal para construir e transformar os conhecimentos em um grupo sociocultural na realidade em que vive. Diante disso, tomamos o conceito de virtualização trazido por Lévi (2011) em que afirma ser a passagem do atual para o virtual, que dá possibilidades de definir uma problemática relacionada ao participante, mutando-a, em direção a essa problemática para redefinir a resposta, ou seja, “permite visualizar-se a passagem para um outro momento no qual a internet e o ciberespaço passam a ser produtores de metáforas e conceitos que dimensionam as convenções culturais” (Lewgoy, 2009, p. 193). O que temos que pôr em xeque nas pesquisas virtualizadas é a não “desterritorialização” dos participantes, ou seja, mesmo que estejamos “não presentes” *in locus*, eles estarão.

Nessa ótica, nos aproximamos da realidade pesquisada e podemos observar a lógica que envolve as atividades desenvolvidas pelos participantes. Iremos focar o ciberespaço como um espaço aberto de comunicação (Lévi, 2010), interativo e realizado à distância, mas que contém o caráter de manter contato direto, em tempo real, com os participantes de uma pesquisa para a realização de entrevistas virtuais ou grupo focal. Contudo, a observação não participante (Angrosino, 2009), realizada por intermédio de vídeos, pode ser um recurso para observarmos o cotidiano desses participantes, sem estarmos presencialmente no local da pesquisa.

Entretanto, não haverá interação nos cenários “naturalmente” coletivos (Angrosino, 2009) desses participantes, aspecto essencial para

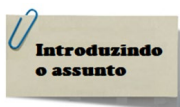
a pesquisa etnográfica. Todavia, ao incluir comunidades virtuais, seja em épocas emergenciais, seja em épocas ditas normais, abre-se espaço para a realização de vídeos elaborados com atividades cotidianas, efetivados pelo colaborador da pesquisa, o qual pertença a esse grupo sociocultural. Para tal feito, basta o pesquisador direcionar o olhar do colaborador para aquilo que necessita observar. Assim sendo, podemos dizer que a etnografia digital é um recurso e um caminho para observarmos esses cenários.

Cabe ressaltar que o pesquisador colocará uma lente nos olhos do colaborador em direção ao objeto de estudo e, conseqüentemente, observará aquilo que ele está coletando do cenário natural de investigação. A realidade observada terá a condicional de olhar pelos olhos do outro. É nesse panorama que entra a observação não participante abordada por Angrosino (2009). A observação não participante é uma técnica não intrusiva em que os participantes “não sabem que estão sendo observados” (Angrosino, 2009, p. 57). Conseqüentemente, podemos observar atividades coletadas por meio de vídeos em que “não é necessário se explicar nem obter permissão das pessoas assim observadas” (Angrosino, 2009, p. 57).

Diante do exposto, é importante entender que a permissão do comitê de ética da instituição, ainda se faz necessária e, os termos de consentimento de pesquisa também. A observação se faz não presencial, quando da realização das filmagens, apesar dos participantes já saberem de antemão a respeito da pesquisa. O que queremos trazer é que o pesquisador, ao assistir essas gravações, estará em observação não

participante, realizando estudos praxêmicos¹ e cinésicos². As relações pessoais, sociais, espaciais e públicas desenvolvidas, nesse recorte, apresentam certos aspectos de uma linguagem corporal e afetiva que dizem muito desses participantes e de seus pertencimentos a realidade estudada.

4.4 CIBER PRAXIOGRAFIA



A praxiografia ou teoria da prática dedica-se ao estudo da prática como a menor unidade de análise, convergindo para a ideia de estudar organizações, comunidades, profissões, formulação de políticas ou interação com o Estado como um campo de prática. Nessa lógica, a praxiografia considera as práticas sociais que estão materialmente ancoradas em corpos e artefatos e são, igualmente, dependentes do conhecimento implícito como a menor unidade de análise anterior (Bueger, 2014).

A ciber praxiografia possibilita observar as práticas realizadas por grupos socioculturais, as quais foram disponibilizadas em vídeos. Cada pesquisador terá que fazer suas escolhas na realização das pesquisas, bem como o contexto das práticas que pretende estudar. Portanto, a ciber praxiografia deve ser adaptada aos problemas e às práticas em

¹ Proxêmica é um termo criado por Edward T. Hall, em 1963, que se refere ao uso espacial e que tem a ver com a organização dos limites de distâncias nas relações humanas. Todo ser humano sente necessidade de ter seu próprio espaço (Fast, 1999), isto é, o uso que o ser humano faz do espaço está apoiado na capacidade de lidar com as outras pessoas e de senti-las próximas ou distantes. Podemos dizer que são necessidades territoriais (Fast, 1999).

² O termo cinésica tem a ver com a comunicação não verbal que abrange as expressões gestuais, faciais, os movimentos no espaço. É linguagem corporal que leva em consideração as diferenças ambientais e culturais (Fast, 1999). Está associado aos aspetos paralinguísticos, tais como movimentos dos olhos, da cabeça, expressão facial, contato visual e posturas.

questão, o que requer misturar e combinar técnicas e instrumentos diferentes para obter respostas adequadas ao material estudado.

Assim como a praxiografia, o foco central da ciber praxiografia é que os aspectos social, cultural e político são baseados, principalmente e em última instância, no conhecimento e no significado implícitos. Sabemos que em toda prática está envolvida uma atividade que incorpora um conhecimento tácito ou implícito, objetos ou artefatos e o próprio corpo da pessoa em ação. Portanto, a prática é a combinação das formas de atividades corporais e mentais, agindo sobre os artefatos e seu uso e utilização de um conhecimento implícito ou tácito que organiza a prática e dá um significado a ela (ueger, 2014).

Levando esse argumento para a ciber praxiografia, o pesquisador pode agir e desenvolver a pesquisa observando a prática em si ou parte dessa prática, ou seja, observar os artefatos ou o conhecimento implícito ou a pessoa ou, ainda, misturando dois ou mais desses aspectos. É obvio que o pesquisador busca o conhecimento e este pode ser organizado na forma de narrativas a respeito dessa prática, seja na construção de um artefato, seja no desenvolvimento de um conhecimento implícito a esse artefato. Portanto, é evidente que a realização de entrevistas online é um recurso profícuo, bem como a realização de grupo focal para a promoção de debate ou para comparar similitudes ou divergências de opiniões.

A praxiografia reconstrói os significados envolvidos na prática. Da mesma maneira a ciber praxiografia deve atuar sobre os significados, isto é, a observação das gravações recai sobre os significados que são atribuídos pelos participantes ao realizarem uma prática cotidiana. Portanto, a análise dos dados coletados enfatiza os três elementos

constitutivos da prática, ou seja, conhecimento implícito, movimentos corporais e artefato. Como podemos inferir, as narrativas são um recurso constante à medida que se analisa as falas a respeito da prática e os significados atribuídos aos artefatos e mentefatos constituídos dessas práticas, tal qual a própria execução de um artefato, no seu passo a passo que envolve a prática pessoal e profissional de cada participante.

Em momentos emergenciais, como o vivido na pandemia da Covid-19, algumas modificações foram realizadas para a continuação das pesquisas. Atuar em ambiente virtual passou a ser um recurso importante para coletar os dados. Diante de tamanha efervescência acadêmica, não se pode estagnar, tampouco deixar de fazer pesquisa. Há que se atuar nas entrelinhas que nos dá possibilidades de continuação, ou seja, adaptar técnicas e instrumentos já utilizados para o ambiente virtual. Algumas possibilidades já existem, outras iremos construir a partir das necessidades que nos são impostas. Se não podemos estar presencialmente *in locus*, que possamos observar a realidade por meio de vídeos, gravações e fotos. O importante é treinar o olhar de quem vai colaborar para obter os momentos essenciais à pesquisa. Se não podemos fazer rodas de conversas, que façamos entrevistas individual ou em grupo, via plataformas de reunião, como Meet, Skype etc. Os questionários podem ser aplicados por meio do *Google Forms*, *SurveyMonKey* ou, ainda, podem ser disponibilizados diretamente ao participante por e-mail, Whatsapp ou uma rede social.

O que se transforma é a maneira de atuar do pesquisador e o tipo de observação que complementa a pesquisa. Se não podemos observar diretamente no local pesquisado, que possamos realizar a observação não participante, mas que nossos olhos consigam captar os significados

daquilo que buscamos. Não haverá diário de campo, mas haverá transcrições de gravações das narrativas sobre o tema da pesquisa, tal qual, cadernos de anotações a respeito dos vídeos assistidos, fotos coletadas de redes sociais, documentos disponibilizados online ou escaneados por terceiros. Nessa lógica, caminhará a pesquisa daqui por diante. Não precisamos voltar ao ponto inicial deixado por causa da pandemia, mas podemos recomeçar com novas oportunidades de fazer muito mais pela pesquisa, ou seja, direcionar-nos-emos para a pesquisa em rede.

Unificar pesquisadores e pesquisadoras e problematizar caminhos metodológicos corroboram o compromisso com a produção do conhecimento em profundidade. Produzir conhecimento por meio das relações horizontalizadas faz-nos assumir que devemos “pesquisar com” para a construção de um olhar compartilhado sobre a investigação. É o que Furtado, Fegadolli, Chioro, Nakano, Silva, Paula, Souza e Nasser (2020) adotam como “usuário-guia”, ou seja, a construção ou produção dos dados é feita por narrativas do colaborador.

De acordo com Furtado *et al.* (2020, p. 12)

A metodologia do usuário-guia, a ser identificado durante a realização dos demais procedimentos nos territórios, permitirá que os pesquisadores sejam guiados por um dos moradores do território, que ele seja o guia. Assim, a partir das perguntas iniciais da pesquisa, será possível aprofundar e construir outras que contribuirão na definição do caminho a ser percorrido.

Por intermédio desse colaborador, o pesquisador vai olhar a realidade atravessada pelo olhar do outro. Estar *in lócus* ou nos territórios de pesquisa pelo viés do olho, mas um outro olhar, pertencente a realidade escolhida, faz-se mais relevante, já que esse

colaborador pactua com o desenvolvimento da pesquisa, ampliando a capacidade de caminhar no entre-lugar (Bhabha, 2001) ou na fronteira constituindo-se como espaço intersticial, onde significantes e significados se encontram e produzem novos sentidos. É o *lócus* da enunciação de quem pode fazê-la, havendo assim, interpretação a respeito da própria história e da cultura.

4.5 CAMINHOS DA PESQUISA “TIPO” ETNOGRÁFICA PARA O FUTURO



A pesquisa “tipo” etnográfica, antropológicamente abordando, tende a buscar uma visão global da vida humana, a qual interage com suas partes, sejam elas biológicas, socioculturais, geopolíticas, históricas e outras. Temos que colocar em evidência que trabalhar o todo por suas partes leva-nos a caminhar por diferenças sutis sobre as quais não podemos focar no nosso ponto de vista, mas naquilo que nos é apresentado. Há, por assim dizer, uma *pluversidade*³ que se apresenta e com a qual narraremos os acontecimentos e eventos de uma dada realidade.

Os pesquisadores, que atuam por vieses antropológicos, terão que caminhar pela compreensão sutil das diferenças entre aquilo que foi trazido ao seu conhecimento pelo olhar de um nativo da realidade em que pesquisa e a absorção racional e afetiva daquilo que está percebendo nas atividades que são desenvolvidas pelos membros da realidade. Geertz (2001, p. 68) afirma-nos que essa compreensão mais sutil das

³ Entendemos *pluversidade* como um espaço para criar conhecimentos científicos advindos dos povos subjugados e invisibilizados, os quais estão impulsionando a identidade ao visibilizar os próprios conhecimentos em diálogo com outros conhecimentos, dentro das instituições superiores de ensino. “Espaço comunitário-acadêmico de aprendizagem por meio do diálogo do conhecimento e da ciência dos diversos paradigmas civilizacionais em igualdade de condições (Tinkunakuy), ou seja, com equidade epistêmica com o objetivo supremo de alcançar a Sabedoria” (Sarango, 2015, s.p., tradução nossa).

diferenças, possibilita que nossos “textos talvez se tornem mais sagazes, ainda que menos espetaculares”. Portanto, há um olhar distanciado do campo, mas, ao mesmo tempo, vivenciado pelos vídeos que foram disponibilizados pelo usuário-guia, nativo da realidade pesquisada.

Não podemos dizer que não estamos fazendo pesquisa “tipo” etnográfica por não conseguir ir *in lócus*. Entretanto, local é algo relativo a depender do ponto de vista de como vamos distingui-lo. A incapacidade de ir *in lócus* dá possibilidades de enxergar nas entrelinhas, nas fronteiras, nos entrelugares, espaços em que os universais não estão em voga, mas como ter outra posição frente àquilo que pesquisamos. Podemos afirmar que cada texto é um em um dado momento histórico e que continuamos a observar, participar, interpretar e fazer observação, só que não participante, mas que nos é revelada em vídeos realizados por um nativo de uma dada realidade.

4.5.1 INSTRUMENTOS PARA O FUTURO DA PESQUISA “TIPO” ETNOGRÁFICA



Como já mencionamos a pesquisa “tipo” etnográfica utiliza diferentes instrumentos para a coleta ou produção dos dados. É relevante afirmar que a utilização de questionários permanece do mesmo modo, sofrendo modificação somente pelo meio a ser realizado, que pode ser o *Google Forms* ou outro. É evidente que as respostas são sigilosas e que cada participante não tem acesso a resposta do outro, pois esses tipos de formulários mantêm as respostas resguardadas, com acesso somente a quem elaborou o questionário. É óbvio que todas as respostas são armazenadas em posse do pesquisador, as quais devem ser guardadas por algum tempo. Se o

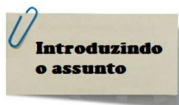
pesquisador preferir pode enviar os questionários via WhatsApp ou por e-mail.

Cabe ressaltar que a utilização do *Google Forms* abre possibilidades de mais pessoas participarem da pesquisa, se assim for preferível à pesquisa. Entretanto, se a pesquisa for realizada com participantes de comunidades tradicionais, pode ser que esse método seja um empecilho, já que eles podem não ter acesso a internet de qualidade. Para esses tipos de participantes é mais lógico realizar entrevista, pois o pesquisador pode sanar dificuldades de entendimento ou realizar novas perguntas para que haja maior percepção daquilo que o pesquisador busca em sua pesquisa.

A entrevista é realizada individualmente e gravada para que o pesquisador consiga armazenar os dados coletados. Deve ser realizada da mesma forma que a entrevista comum, com elaboração de roteiro e ser flexível para poder abrir possibilidade de outras perguntas, quando se fizerem necessárias. Há opção de realização de grupo focal, em que o pesquisador faz reunião pelo *Google Meet* ou outro meio com várias pessoas, as quais foram escolhidas para exporem suas experiências sobre determinado tema. Essas reuniões também são gravadas para consultas posteriores. O pesquisador participa como mediador para que os participantes interajam uns com os outros.

5

MULTIPAPER: ALTERNATIVA PARA TESES E DISSERTAÇÕES



Em quase todas as pesquisas que fazemos, utilizamos o modelo tradicional ou monográfico de abordagem para apresentação dos resultados. Para Duke e Beck (1999) o modelo tradicional é embasado em um trabalho que apresenta introdução, revisão da literatura, metodologia com descrição dos métodos e procedimentos utilizados, apresentação dos resultados e considerações finais. Já para Mutti e Klüber (2018, p. 3) o monográfico ou tradicional “[...] caracteriza-se por um texto extenso, constituído de capítulos estruturados [...]”, o qual segue a mesma estruturação proposta por Duck e Beck (1999). Podemos dizer que essa lógica é mais confortável e segura para termos certeza de trabalho acadêmico científico aceito pela academia. Podemos, ainda, afirmar que no modelo tradicional se faz necessário a redação de um texto que descreva os caminhos desenvolvidos para alcançar os resultados de pesquisa, o que envolve o detalhamento de algumas etapas, como já citado pelos autores acima.

Em contrapartida, o que nos oferece o modelo multipaper? O formato multipaper propõe romper com a lógica tradicional de apresentação dos trabalhos acadêmicos. Inicialmente, o trabalho em formato multipaper foi criado para aqueles docentes que tinham publicação, mas não tinham o doutorado, entendendo que a publicabilidade é um dos requisitos para que trabalhos em nível de doutorado sejam julgados, segundo Badley (2009). Podemos, ainda, dizer

que o conceito de publicabilidade tem sido associado à tradição alemã de apresentação de um PhD e no Reino Unido desde o final dos anos de 1960.

Badley (2009, p. 332, trad. livre nossa) toma como definição padrão para multipaper uma tese que “consiste total ou predominantemente em artigos arbitrados¹ e publicados em periódicos ou livros que já são de domínio público”. Temos que ter em mente que não basta ter trabalhos publicados, mas que estes devem ser contribuições significativas para a área ou tema em estudo. Além disso, deve possibilitar ao acadêmico ou docente prosseguir seus estudos nessa mesma área ou tema propostos nos multipaper. Santana (2011, p. 29) em sua dissertação, fazendo citação de Duke e Beck (1999), afirma que o método multipaper “é uma alternativa para a apresentação de um trabalho de dissertação, que visa fornecer experiência para o pesquisador nos processos de edição, aceleração da socialização dos resultados de pesquisa e auxílio na construção de programas de investigação”, o que torna válido a publicação da pesquisa parcial ou total antes mesmo de seu término ou defesa.

5.1 COMO ORGANIZAR DISSERTAÇÕES E TESES EM FORMATO MULTIPAPER:



Em primeiro lugar, cabe ao pesquisador de posse de resultados parciais de pesquisa submeter artigos em revistas nacionais ou internacionais, as quais tenham qualis certificado

¹ Artigo arbitrado significa que houve um julgamento ou uma avaliação, sob ponto de vista de uma revisão por pares, ou revisão paritária, ou arbitragem, que o qualificou apropriado para publicação ou que contribuem para a qualidade da área ou tema a ser publicado.

pela CAPES² ou, ainda, escrever capítulos de livros. Ressalta-se que algumas instituições aceitam que estes artigos ou capítulos não estejam de fato publicados e que só após a defesa o sejam, assim sendo, mantêm-se a originalidade das produções.

A organização da dissertação ou tese no modelo multipaper segue três etapas distintas, caminhando na direção dos mesmos padrões do modelo tradicional. Na etapa inicial, contendo resumo, abstract, palavras-chave e introdução, todas as partes são abordadas da maneira geral, ou seja, vai abranger o tema geral de pesquisa, objetivo geral, justificativa e apresentação dos capítulos/artigos. A seguir, no corpo do texto, organiza-se os capítulos/artigos, contendo cada qual seu resumo, abstract, palavras-chave, introdução, referencial teórico, metodologia apresentando contexto, sujeitos e como realizou a recolha dos dados, análises e resultados, considerações finais e referências. Na parte final, apresenta-se as considerações finais do trabalho como um todo e as referências finais.

O que está em foco no formato multipaper é como organizar os artigos de maneira que tragam uma estrutura harmônica, sem deixar lacunas no material proposto para a dissertação ou tese. Cada parte ou cada capítulo/artigo pode ser tratado como uma unidade separada. Entretanto, deve-se ter o cuidado de garantir que a formatação seja consistente em todo o texto, ou seja, as partes são organizadas de forma lógica e aplicada como um todo. Por exemplo, todas as tabelas, quadros e figuras etc. devem ter números únicos em todo o corpo do texto. Tanto a introdução quanto as considerações finais devem fornecer uma visão

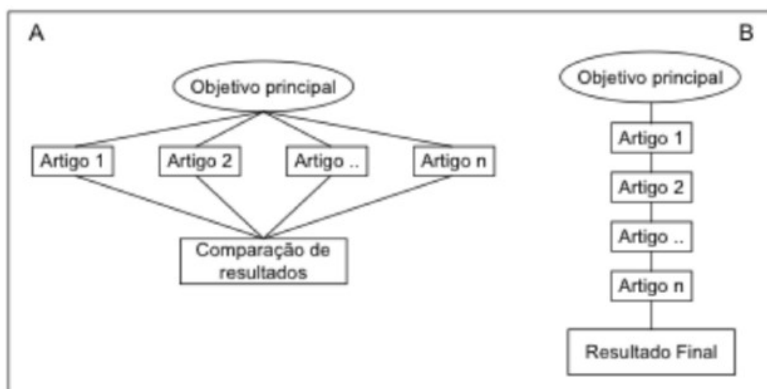
² Estamos focando trabalhos desenvolvidos no Brasil, lançando olhares para periódicos com qualis A ou B.

geral da pesquisa. A paginação deve ser consecutiva e utilizada em todo o documento.

Um problema que se apresenta para a dissertação ou tese em multipaper é a necessidade de autorização do editor para utilizar esses artigos e capítulos, caso o pesquisador utilize artigos ou capítulos já publicados. Entretanto é um problema fácil de resolver. Outro problema é que muitos profissionais “tradicionalistas” emitem críticas a esse tipo de dissertação e tese, afirmando que falta coesão e que não tem possibilidade de uma escrita contínua, centrada em uma única proposta. Esse problema, também, é fácil de resolver, desde que o pesquisador foque todos os capítulos/artigos em torno de um tema central, variando o ponto de vista e a abordagem de maneira que responda à pergunta inicial de pesquisa sobre esse tema. Assim sendo, o pesquisador vai estudar o tema central de pesquisa por diferentes vieses investigativos.

Frank (2013) afirma que existem duas opções que podem ser seguidas no modelo multipaper, a fim de evitar erros no percurso investigativo (Figura 3).

Figura 3 – Esquematisação das opções propostas por Frank (2013)



Fonte: Elaborado por Frank, 2013.

Na opção “A” a estrutura segue a utilização de artigos horizontais, focando em cada artigo o mesmo problema, mas por diferentes perspectivas. Na opção “B” a estrutura segue a utilização de artigos verticais ou sequenciais, obtendo resultados intermediários. Nessa opção, cada artigo tem um problema e objetivos específicos, os quais são baseados no resultado do artigo anterior, o que permite ao pesquisador direcionar a condução do resultado final de pesquisa.



UNIDADE II

DESENHANDO O

PROJETO DE

PESQUISA

6

PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA



O que trabalharemos neste livro sobre o projeto e a pesquisa propriamente dita será apresentado em etapas. Essa separação por etapas foi uma estratégia para melhor apresentar o vasto conteúdo que tínhamos para organizar. Assim, a primeira etapa da pesquisa aborda a escolha do tema, o problema de partida, os objetivos ou hipóteses ou questões norteadoras e a justificativa. Sabemos o quão importante é o detalhamento desse desenvolvimento para os pesquisadores ainda não experientes ou para aqueles que ainda vão iniciar na pesquisa.

Cabe esclarecer que evitaremos conceituações ou definições dos itens propostos, mas procuraremos esmiuçá-los em sua maneira de apresentar o projeto e a pesquisa. Somente serão apresentadas definição ou conceituação, aquelas que forem estritamente necessárias para o entendimento do leitor. Diante desse esclarecimento, cabe, ainda, alertar que uma pesquisa não é feita do dia para noite, ou seja, é um percurso que envolve dedicação, compromisso e muito trabalho. Entretanto, os resultados são enriquecedores para o pesquisador.

6.1 PRIMEIRO PASSO: OBJETO DE PESQUISA – TEMA



Esclarecer o tema de pesquisa é algo extremamente importante. É considerada a **primeira etapa** em um projeto de pesquisa. É a partir dessa decisão que podemos iniciar o plano de intenções (Mattos, 2020)

para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. O tempo gasto para a escolha do objeto de estudo não é em vão, já que o pesquisador tem possibilidade de ter um projeto de pesquisa bem-sucedido. Refinar as ideias é essencial para ter clareza a respeito do tema.

Não vamos entrar no mérito de conceituar tema, já que isso foi realizado no primeiro livro. Estamos interessadas em esclarecer sobre a escolha do tema. Quais atributos são necessários para que um tema seja considerado relevante? Existem três aspectos que tornam o tema relevante, a saber: aspectos pessoal, acadêmico e profissional. Pessoalmente, você deve sentir-se confortável com o tema escolhido, ou seja, ter um interesse genuíno sobre o objeto de pesquisa. Academicamente, você deve focar no orientador, ou seja, quais pesquisadores, dentro do programa de pós-graduação pretendido, são passíveis de serem orientadores de seu trabalho de pesquisa? Alinhe o seu interesse ao de algum pesquisador que também trata o tema pretendido. Profissionalmente, meça sua capacidade para desenvolver a pesquisa, oriente-se pelo acréscimo que trará o desenvolvimento da pesquisa e o interesse dos estudiosos na área de conhecimento.

6.1.1 COMO ESCOLHER UM TEMA DE PESQUISA?



A escolha de um tema envolve algumas variáveis, das quais o pesquisador precisa ter conhecimento.

Existem algumas técnicas para selecionar um tema. Saunders, Lewis e Thornhill (2007, p. 23) afirmam que para gerar ideias de pesquisa é necessário considerar “[...] aqueles que têm pensamento predominantemente racional e aqueles que envolvem pensamento mais criativo.” Nessa lógica, os autores estabelecem uma sequência de

hipóteses para realizar essa escolha. Os autores alegam, ainda, que ao usar técnicas criativas, o pesquisador garante um envolvimento tanto afetivo quanto cognitivo para com seu projeto de pesquisa.

Cabe ressaltar que não estamos afirmando que um pesquisador ao caminhar por um pensamento racional, não tenha criatividade para escolher seu tema de pesquisa. O que está em voga nessa discussão é que a escolha procede da razão, ou seja, é ponderado o que é lógico e prudente em se realizar na investigação. Ressaltamos, ainda, que o pensamento criativo também concebe com racionalidade o tema de pesquisa. Ambos se utilizam de uma aptidão intelectual, quer seja mais criativa, quer seja mais inovadora. O importante é a capacidade de produzir e descortinar novos conhecimentos.

6.1.1.1 PENSAMENTO RACIONAL



De acordo com Saunders, Lewis e Thornhill (2007), voltado para o pensamento racional, o pesquisador deve examinar seus pontos fortes ou olhar para títulos anteriormente trabalhados. Além disso, pesquisar a literatura é essencial para tomar uma decisão satisfatória. Escolher um tema voltado para o pensamento racional envolve escolhas a partir de alguma experiência ou vivência, seja do pesquisador, seja de outras pessoas. Essas experiências e vivências podem ser adquiridas com as próprias pessoas ou por meio dos trabalhos dessas ou de outras pessoas. Além de favorecer ao pesquisador explorar seus próprios interesses e criatividade.

a. Examinando pontos fortes

Geralmente os pontos fortes são derivados de áreas de conhecimento, das quais obteve-se resultados satisfatórios. Essas áreas podem ofertar alguns temas possíveis de serem pesquisados. Geralmente, esses pontos fortes direcionam-se para a área profissional ou acadêmica do pesquisador. Isso dará a oportunidade de mostrar claramente sua profundidade de conhecimento e seu entusiasmo.

Ex: Um pesquisador que seja da área de Educação e que tenha interesse sobre formação de professores. Existem *n* possibilidades de temas, mas apresentamos alguns como exemplo de como fazer (Figura 4), pois não queremos induzir temas, tampouco uma pesquisa pela qual não haja interesse.

Figura 4 – Esquematização para escolher o tema

Área	Subárea	Temas
Educação	Formação de professores	Práticas docentes
		Formação inicial
		Formação continuada
	Currículo	...
	...	

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

b. Verificando títulos de projetos anteriores

Um caminho possível é pesquisar títulos de projetos que pareçam interessantes ou que são atrativos para o pesquisador. Dessa maneira, o pesquisador pode despertar sua imaginação, capturando algo que tenha relação com sua própria ideia. O que importa nessa coleta é o fato de o

pesquisador encontrar um tema de interesse. Com base nesses títulos, selecionados e anotados, o pesquisador pode ter novas ideias na mesma área ou fornecer novos insights para áreas similares.

Ex₁: Um pesquisador que já pesquise sobre formação de professores e tenha algumas produções nessa área. Ele pode olhar alguns títulos e buscar definir outros. No exemplo (Figura 5), a pesquisadora abordou professores formadores (professores que formam os futuros professores), sua prática e sua formação como estratégia para modificar o que está instituído. Olhando esse título podemos direcionar nosso olhar para os futuros professores que estão sendo formados (os estudantes de licenciatura); sobre que práticas são essas que modificam o instituído; se é formação continuada ou inicial; são algumas possibilidades de pesquisa.

Figura 5 – Esquematização de delimitação do tema

Subárea	Títulos	Novos caminhos
Formação de professores	Formação e práticas decoloniais de professores formadores: contrariando o instituído ¹	Formação inicial dos licenciandos Práticas docentes inovadoras
		Formação continuada
	...	...

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Ex₂: Um pesquisador que ainda não tenha trabalhos publicados e que, ainda, não pesquise. Esse futuro pesquisador pode partir de alguma pesquisa já desenvolvida por outros pesquisadores, da qual ele se identifique ou tenha interesse. Segue a mesma estratégia anterior, só

que o título é da pesquisa de algum autor, o qual deve ser citado no quadro e, pode ou deve ser citado no futuro trabalho do novo pesquisador, pois torna-se relevante compreender o que o motivou no desenvolvimento da pesquisa.

OBS: Esse pode ser o percurso escolhido por um futuro pesquisador que deseje trabalhar com um pesquisador já experiente, ou seja, o futuro pesquisador vai observar no currículo de um pesquisador experiente o que ele já pesquisa e buscar algo atrativo (para os dois) que pode facilitar um trabalho futuro como esse pesquisador.

c. Debatendo com colegas e professores

Outra estratégia é reunir colegas e professores para debaterem a respeito de pontos com os quais eles tenham interesse. Isso permitirá que o pesquisador obtenha ideias sobre as áreas debatidas ou para áreas próximas. Faça anotação de todas as ideias que surgirem no momento da reunião para posteriormente optar por uma dessas ideias ou ter novas ideias. Nessa ideia de pesquisar temas, não cabe trazermos exemplos, pois é pessoal a escolha dos participantes que serão trazidos para o debate de ideias.

d. Pesquisando a literatura

Um caminho muito comum é pesquisar na literatura existente. Certamente o futuro pesquisador irá pesquisar na internet e terá acesso a muitos artigos de revistas científicas. Esses artigos contêm ideias

particulares de variados autores e são potencialmente recentes. O acesso aos relatórios de pesquisas desenvolvidas em mestrados e doutorados também são mais recomendados, podendo escolher o marco temporal mais atualizado para a pesquisa. Os livros, podem ser menos atualizados, mas são recomendados também, tendo em vistas que contêm uma boa visão da área pesquisada. Ressaltamos que a busca por publicações específicas só é possível quando o futuro pesquisador tem alguma ideia da área na qual deseja fazer sua pesquisa.

Essa estratégia também é pessoal, ou seja, que caminhos seguir, para elaborar a pesquisa na literatura existente, fica a critério do pesquisador. Vamos dar alguns caminhos, que se apresentam como possibilidades.

Ex₁: O pesquisador pode acessar a literatura existente, estabelecendo um marco temporal, ou seja, vai realizar a pesquisa dentro de um espaço de tempo estabelecido. Assim, vai olhar o passado das pesquisas com foco voltado para o presente.

Ex₂: O pesquisador pode acessar a literatura por palavras-chave, ou seja, pode começar por uma área e ir especificando até ter possibilidades variadas. Essas palavras-chave podem ser encontradas em monografias, dissertações e teses, bem como em artigos de periódicos.

Ex₃: Em livros, a pesquisa pode ser realizada por assunto. Cabe ressaltar que o pesquisador pode encontrar muitos ou poucos livros sobre o tema, mas também pode não encontrar livro algum. Quando não existir na literatura algo sobre o tema, o pesquisador pode optar por outro tema ou enfrentar o desafio de iniciar a literatura a respeito do tema. Há, ainda, especificação por autor ou por marco temporal ou local.

Ex.: O pesquisador pode optar por relatórios de instituições, tais como IBGE, IPHAN, INEP etc. ou de eventos ou de avaliações, tais como ENADE, IDEB, PISA etc.; documentários históricos sobre um certo período ou sobre personagens; livros de literatura; filmes de cinema, televisão ou de publicidade; mapas, cartas etc.

6.1.1.2 PENSAMENTO CRIATIVO



De acordo com Saunders, Lewis e Thornhill (2007), voltado para o pensamento criativo, o pesquisador deve explorar suas preferências pessoais, elaborando uma árvore de relevância. Deve, ainda, manter um caderno de bordo, no qual anota ideias e interesses, dentre os quais pode sair o tema de pesquisa. É interessante fazer um *brainstorming* que é uma tempestade de ideias que pode partir do meio acadêmico, pessoal ou profissional. Escolher um tema voltado para o pensamento criativo envolve as preferências, experiências e vivências do pesquisador. Um tema escolhido por meio do pensamento criativo tem muito mais relevância afetiva para o pesquisador.

a. Explorando preferências

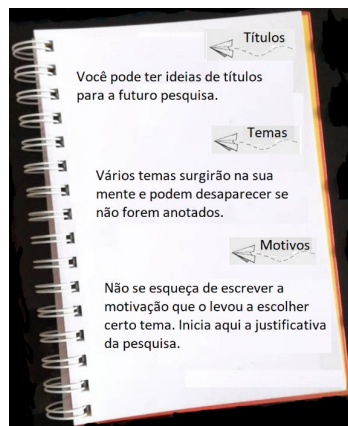
Assim como nos pontos fortes, o pesquisador vai focar em seus interesses. Assim sendo, o pesquisador caminha pelas áreas que despertam satisfação e o desejo em saber mais sobre essa área. Geralmente, o pesquisador já demonstra certo conhecimento e escolhe um tema referente a essa área, mas pode ocorrer que ele almeje ir para outra área de pesquisa que lhe chame mais atenção. Entretanto, deve

ficar atento e verificar se não é um interesse momentâneo e passageiro. O importante é ter segurança naquilo que pretende investigar. Cabe somente ao pesquisador explorar suas intenções e afinidades para com certos temas.

O pesquisador, algumas vezes, orienta-se por interesses de acontecimentos momentâneos, mas de extrema relevância. Podemos dar um exemplo da atualidade. Em inícios de 2020 a pandemia do coronavírus assolou o mundo, trazendo várias inquietações, tais como: o que fazer para impedir a propagação do vírus, como salvar as vidas das pessoas contaminadas, medidas de proteção durante a pandemia, uma vacina, o que provoca o óbito em alguns e em outros não, e por aí vai. Estas são inquietações momentâneas, mas que se tornaram imprescindível. Os pesquisadores do mundo que estão na área de saúde envolveram-se em rede, para juntos conseguirem melhores resultados e encontrarem uma vacina ou várias com características semelhantes.

b. Caderno de ideias e interesses

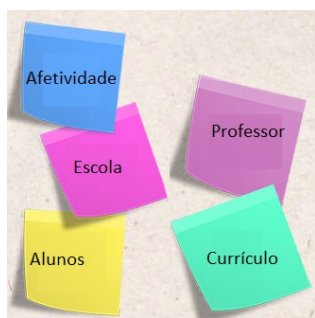
Uma das técnicas mais criativas usada por muitos pesquisadores é manter um caderno de ideias. Esse caderno deve acompanhar o pesquisador para que possa anotar quaisquer *insights* que tiver, em qualquer lugar, a qualquer momento. Tudo isso envolve simplesmente anotar quaisquer ideias de pesquisa



interessantes à medida que o pesquisador as pensa e, de igual importância, o que despertou seu pensamento. Assim, o pesquisador terá nesse caderno, os temas e uma possível justificativa para desenvolver a pesquisa sobre esse tema, tanto no presente quanto no futuro.

Esse diário acompanhará o pesquisador que a qualquer momento pode verificar possíveis caminhos para desenvolver outras pesquisas.

c. **Brainstorming**



A técnica de *brainstorming*, mais conhecida como tempestade mental ou chuva de ideias, é uma técnica em que o pesquisador vai explorar sua potencialidade criativa. O pesquisador pode reunir um grupo de pessoas ou elaborá-lo ele próprio. Ele vai anotar, o

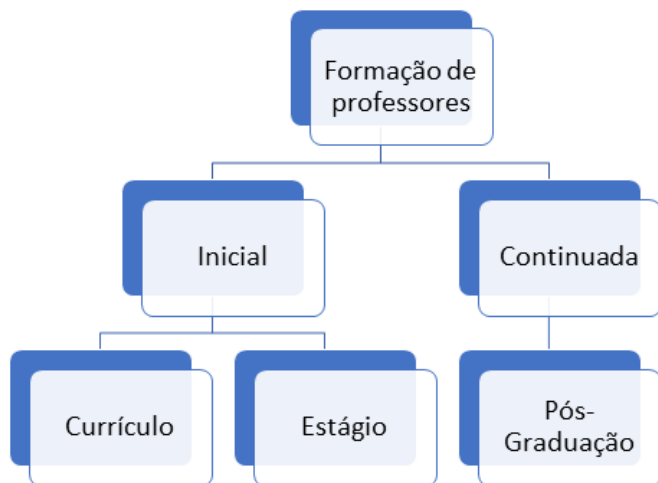
mais preciso, alguns temas com os quais tem interesse. Todas as ideias devem ser anotadas e devem ser analisadas as possibilidades de desenvolvimento. O pesquisador deve focar no porquê para desenvolver aquele tema. Ao final, de suas anotações, o pesquisador terá um rol de temas com as possíveis motivações para desenvolver a pesquisa.

O *brainstorming* estimula e explora a criatividade do pesquisador. Para que o processo criativo se desenvolva é necessário fluência de ideias. Consequentemente, o pesquisador vai escrever todas as ideias que surgirem a sua mente, sem descartar possibilidade alguma. Depois

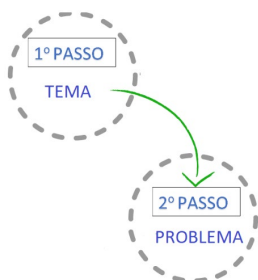
de escrever tantas palavras quantas forem possíveis, organize-as, estabelecendo prioridades.

d. **Árvore de relevâncias**

A árvore de relevâncias é um caminho útil na geração de temas de pesquisa. Podemos dizer que se assemelha ao mapa mental. Isso porque o pesquisador pode iniciá-lo por um conceito amplo e ir delimitando-o até obter temas mais específicos. Cada um desses temas formam um ramo separado do qual o pesquisador pode gerar subtemas mais detalhados. A cada subtema, novas ideias vão surgindo.



6.2 SEGUNDO PASSO: PROBLEMA DE PESQUISA



Após a delimitação do tema, o pesquisador está apto para elaborar a questão de partida de sua pesquisa. O que tem que estar na mente do pesquisador? Inicialmente, a pergunta ou problema de partida não pode ser tão facilmente respondida, tampouco muito difícil

de obter resposta. Por segundo, o pesquisador deve definir a pergunta o mais claro possível e suficientemente coerente com o tema investigado. Terceiro, o pesquisador não pode escrever um problema de pesquisa muito grande, tampouco muito pequeno. As perguntas extensas precisam de refinamento, já as muito pequenas exigem melhor definição, ambas precisam de adequação à investigação.

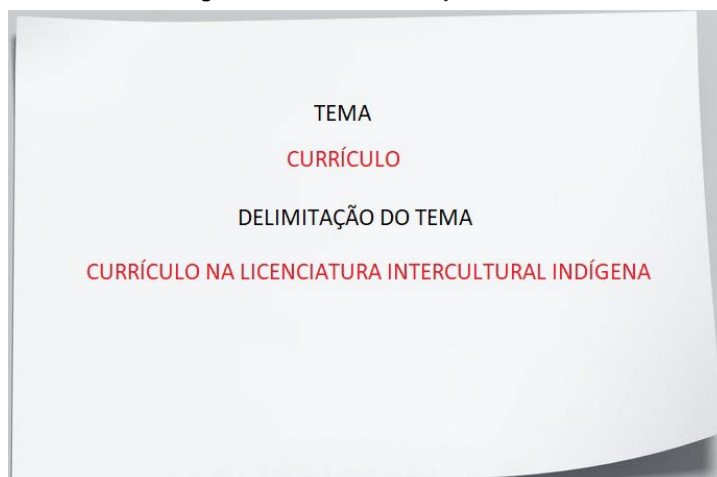
A pertinência do problema de pesquisa determina considerações finais relevantes e coerentes. Definir uma questão de investigação implica não partir do óbvio, ou seja, a pergunta já inicia quase respondida ou induz resposta de fácil alcance. Não que isso seja ruim, mas não é o melhor caminho, pois a facilidade pode conduzir-nos a alguns erros investigativos, na condução das análises dos dados e dos resultados os quais queremos alcançar. Outra cilada é caminhar por questões difíceis de serem respondidas, as quais podem nos levar a barreiras de acesso às informações, tal qual de participantes.

Nessa lógica, o pesquisador precisa evitar aqueles problemas de pesquisa que não levem a novos *insights*, ou seja, é um problema que por si só não evidencia novas possibilidades investigativas, no decorrer da pesquisa. A preocupação recai sobre até que ponto o pesquisador refinou a literatura existente ou até que ponto não está replicando algo

existente. A iluminação para obter uma pergunta relevante e eficaz é gerar algumas perguntas ao olhar o tema, mesmo que essas perguntas sejam generalistas ou específicas demasiadamente.

Para definir um problema de pesquisa é necessário olhar para o tema, focando a ideia inicial a respeito da pesquisa e ir dividindo em quantas perguntas foram necessárias para retirar ou desvelar as obscuridades que possam existir entre uma questão e outra pelo grau de proximidade. Assim, o pesquisador vai fragmentar o tema para tentar alcançar a essência dele. Quando abordamos a essência do tema, significa que esse partilhamento ou essa fragmentação não constitui esvaziamento do tema, mas sim, um ir em busca do ponto central, do argumento principal que é a característica importante do objeto de estudo.

A relevância do problema de pesquisa é constatada quando precisa de resposta; ajuda na compilação de informações; facilita propor explicações sobre as causas e consequências; contribui com análise e solução dos fatores inerentes ao tema. Sabemos que sempre estamos interrogando sobre os acontecimentos e as pessoas, mas essas interrogações são curiosidades ou, ainda, sobre as quais queremos ter maior entendimento. Já a pergunta de pesquisa é algo que desperta um porquê, ou seja, qual o motivo que gerou aquele problema, o qual queremos encontrar uma resposta. Observem o exemplo da figura 6.

Figura 6 – Escolha e delimitação do tema

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

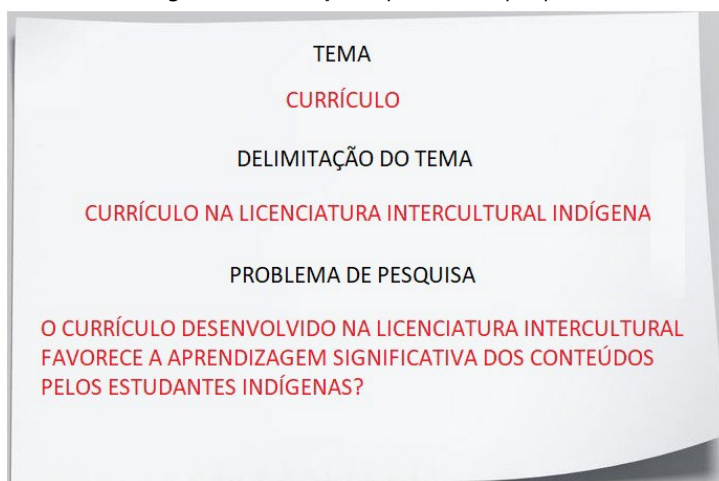
Foi eleito como tema central: currículo e ao delimitar o tema, temos nosso objeto de pesquisa: Currículo na licenciatura intercultural indígena. Para a elaboração do problema é necessário ter em mente o que queremos saber sobre esse objeto de pesquisa. Temos que pensar com certa precisão, viabilidade e obter um problema que ainda não tenha resposta. Assim, vamos estabelecer prioridades e para isso lançamos mão de todas as interrogações que surgirem. Olhando para essas perguntas, algumas precisarão ser redefinidas, outras serão descartadas e algumas outras poderão auxiliar-nos na construção da pergunta inicial ou problema de pesquisa. O pesquisador, à medida que for evidenciando aquilo que deve focar, já começa a estabelecer a relevância de sua questão.

O pesquisador pode querer trabalhar na área de currículo e vai focar aspectos inerentes a essa área, ou seja, teorias sobre currículo, tipos de currículos desenvolvido na licenciatura intercultural etc. Pode, ainda, trabalhar com ensino e aprendizagem, focando materiais e

recursos, como o currículo é posto em prática pelo professor formador, como o currículo é visto pelos estudantes etc. Delimitado isso, o pesquisador elege seu problema de pesquisa (Figura 7).

Sabemos que essas escolhas envolvem estabelecer metas de investigação e caminhos a serem percorridos. Consequentemente, o pesquisador envolve-se cada vez mais com o objeto de pesquisa e com os resultados que quer alcançar com a pesquisa. Nessa ótica, ter foco é um aspecto essencial para quem inicia seu percurso investigativo, estabelecendo um tema e um problema a ser açando em sua pesquisa.

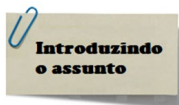
Figura 7 – Formulação do problema de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

O interesse do pesquisador teve como foco os estudantes na busca de investigar de que maneira eles aprendem e como aprendem. Portanto, o currículo será apropriado pelo pesquisador por meio da visão dos estudantes. Ressaltamos, ainda, quando o tema e a problemática estão bem definidos, conseguimos estabelecer as categorias teóricas que estão envolvidas na investigação.

6.2.1 CATEGORIAS TEÓRICAS



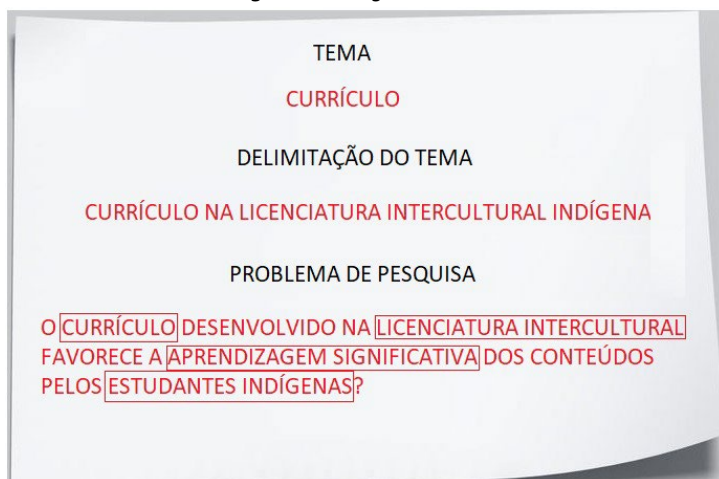
O que são **categorias teóricas**? Primeiro vamos explicar o que é categoria. É lógico que entendemos que cada um tem uma visão do que seja categoria, mas devemos deixar evidente para aqueles que, ainda, não possuem esse entendimento definido para a pesquisa científica. Categoria é uma palavra de origem grega e latina, ao mesmo tempo, e significa atributo. Mais precisamente, categorias são agrupamentos de informações que se assemelham, ou seja, têm identidades comuns. São as especificidades. Assim sendo, as categorias teóricas são conceitos que têm proximidades com o tema de pesquisa, ou seja, são temas ou assuntos que convergem para o tema central da pesquisa.

Afirmamos que as categorias teóricas são determinadas a posteriori da escolha do tema e do levantamento exploratório inicial. A delimitação do tema de pesquisa implica em critérios com os quais elegemos o tema central, mas alguns outros temas ficam circunvizinhos ao eleito. Oliveira (2007, p. 93) nos dá a ideia de que categoria “está relacionada à classificação”, induzindo uma ordenação a qual envolve uma sistematização estabelecida pelo pesquisador. A autora afirma, ainda, que categoria é um “agrupamento de elementos” (Oliveira, 2007, p. 93) que mediante um tema são convergentes e inerentes a este.

Tomando por base o objeto de pesquisa e o problema a ser respondido, podemos criar as categorias teóricas. O pesquisador vai pensar em quais categorias pretende desenvolver para responder o problema de pesquisa. É lógico que ao fazer o levantamento exploratório, ele já se deparou com algumas delas, mas a ênfase agora é sobre a questão a ser respondida. Nessa lógica, ele vai responder a

seguinte questão: o que tenho que aprofundar para conseguir responder meu problema? Podemos afirmar que o problema já estabelece algumas dessas categorias quando é bem definido. Se olharmos para o problema que estamos trazendo como exemplo (Figura 8), temos algumas categorias teóricas que não podem faltar no desenvolvimento do referencial teórico. Essas categorias são partes essenciais do problema de pesquisa e sem elas algo vai ficar à deriva no desenvolvimento da pesquisa ou no processo investigativo que nos disponibilizamos a realizar. Dito isso, observe a figura 8 a seguir.

Figura 8 – Categorias teóricas

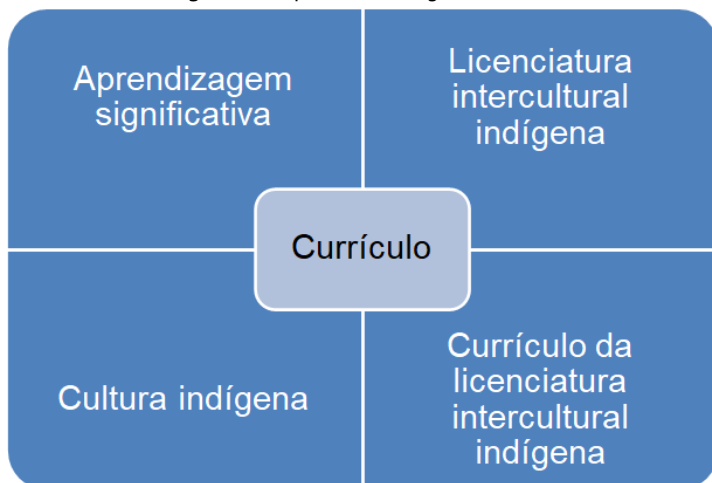


Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Como podemos constatar, as palavras que foram destacadas são categorias teóricas que fazem parte de nossa investigação. Isso significa que no referencial teórico teremos que abordar, pelo menos, esses assuntos convergentes ao tema de pesquisa. O pesquisador pode elaborar um esquema (Figura 9) com as categorias teóricas para que possa desenvolver a pesquisa a respeito do referencial teórico. É dessa

maneira que o pesquisador fará o afunilamento ou a delimitação daquilo que precisa pesquisar, ou seja, irá trazer os conceitos, os temas que gravitam ao redor do tema central de pesquisa.

Figura 9 – Esquema das categorias teóricas



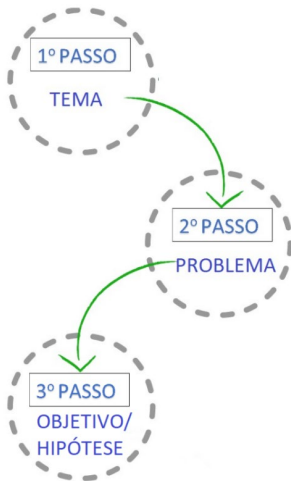
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Observe que o tema central faz parte das categorias teóricas e todas as outras convergem para ele. As categorias teóricas foram originárias do problema de pesquisa. Necessariamente, essas categorias constarão do referencial teórico da pesquisa. Entretanto, podem surgir outras. O caminhar da pesquisa pode nos indicar outras categorias. Mediante a escolha das categorias teóricas, o pesquisador está apto para elaborar os objetivos e/ou hipóteses de pesquisa.

Inúmeros são os caminhos para selecionar as categorias teóricas de um trabalho de pesquisa. Entretanto, o pesquisador deve atentar-se para aquilo que ele quer evidenciar em sua pesquisa, ou seja, o que é relevante conter na escrita que fundamentará toda a pesquisa. Portanto, um aspecto a pensar, são os autores de renome ou

reconhecidamente relevantes na área que são pertinentes ao tema escolhido, esses não podem ficar de fora. Com eles dialogaremos e discutiremos a respeito de nossas análises e resultados.

6.3 TERCEIRO PASSO: OBJETIVOS, HIPÓTESES E QUESTÕES NORTEADORAS



Uma questão bem elaborada permite a criação de um conjunto de objetivos, com os quais o pesquisador vai desenvolver a investigação. Os objetivos de pesquisa levam a uma maior especificidade sobre aquilo que a questão investigativa nos propõe e de que maneira iremos resolvê-la. Dessa maneira, elaborar objetivos de pesquisa requer um certo rigor, com uma linguagem formal e simples estabelecida

para a sua construção.

Na elaboração de um objetivo, segundo Saunders, Lewis e Thornhill (2007), o pesquisador deve levar em consideração, primeiramente, se é oportuno, ou seja, se haverá tempo hábil para alcançar o objetivo proposto. Segundo, o pesquisador vai observar as possibilidades de alcançá-lo, ou seja, mesmo tendo algumas restrições é possível alcançar o resultado esperado para o objetivo proposto. Terceiro, o pesquisador vai determinar se o objetivo é mensurável, ou seja, o que garantirá ou permitirá atingir o objetivo. Essa etapa é importante, pois nas considerações finais auxiliará a responder se alcançou ou não os objetivos propostos. Quarto, o pesquisador vai verificar a quantidade de objetivos específicos que vão ser precisos ou são necessários para

construir o percurso investigativo, ou seja, o que realmente o pesquisador pretende com cada objetivo de pesquisa.

Mediante a observação dessas considerações, o pesquisador vai definir um único objetivo geral e alguns específicos. Não há delimitação para o número de objetivos específicos, mas cabe ao pesquisador discernir sobre os caminhos os quais serão necessários para chegar ao final da pesquisa. É imprescindível dosar a quantidade de objetivos para que todos sejam alcançados em um tempo determinado para a pesquisa. Tanto a pergunta quanto os objetivos não podem deixar margens a dúvidas sobre o que exatamente o pesquisador pretende alcançar com o desenvolvimento da pesquisa.

6.3.1 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAR OBJETIVOS

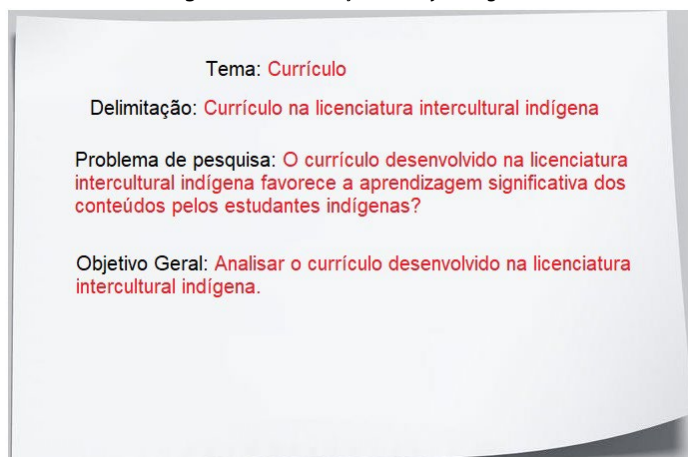


Como já abordamos, um objetivo segue algumas etapas com as quais o pesquisador direciona sua pesquisa. Assim sendo, o pesquisador verifica a oportunidade e a viabilidade de alcançar o objetivo proposto, apesar de que possam aparecer restrições ou barreiras quando está no desenvolvimento da pesquisa. Um exemplo, de uma das barreiras diz respeito aos participantes, pois somente eles podem desejar ou não participar de uma investigação. Algumas vezes, o pesquisador não tem acesso aos participantes, o que pode inviabilizar a pesquisa. Entretanto, pode haver outras pessoas que tenham acesso aos participantes e que se disponibilizam a contribuir com a pesquisa, mas é um procedimento que deve ser muito bem-organizado e ter maior rigorosidade quanto a recolha dos dados.

O pesquisador ao elaborar um objetivo deve estar atento para que ele seja mensurável. O que isso significa? Significa que o pesquisador estabelece a possibilidade de verificação e de determinação desse objetivo. Se formos para a etimologia da palavra, mensuração, ela é originária da palavra latina *mensurare* que significa medir. Assim sendo, vamos determinar a grandeza desse objetivo e em que medida pode ser alcançado, partindo da utilização de algum instrumento. Entretanto, o pesquisador precisa ficar atento, também, para a especificidade de cada objetivo, pois isso facilitará o seu alcance, bem como a produção de dados por meio da qual chegará à solução do problema de pesquisa.

Observadas as etapas: oportunidade, viabilidade, verificabilidade, mensurabilidade e especificidade, o objetivo torna-se relevante para o desenvolvimento da pesquisa, mas para que se reverta em um objetivo com certa especificidade há que ter certo rigor em sua elaboração. Para obter rigorosidade é necessário utilizar uma linguagem própria e formal. Nessa lógica, o objetivo é construído utilizando um único verbo no infinitivo (geralmente, seguimos a taxonomia de Bloom), em uma frase clara e precisa e focar nos fins teóricos e práticos que o pesquisador se propõe a alcançar (Salomon, 2004).

Para a elaboração do objetivo geral, o pesquisador tem que se perguntar: para que pretendo pesquisar? Assim, o pesquisador vai basear-se no problema de pesquisa e elaborar um único objetivo geral. Tendo em vista a problemática elaborada, o pesquisador foca o tema central que em nosso exemplo é currículo e em qual contexto, que é a licenciatura intercultural indígena. Para responder essa pergunta existe a necessidade de fazer uma análise a respeito de que currículo é praticado na licenciatura intercultural indígena (Figura 10).

Figura 10 – Elaboração do objetivo geral

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Já para a elaboração dos objetivos específicos, o pesquisador vai interrogar-se sobre o que fará para desenvolver a pesquisa? Desse modo, os objetivos específicos dizem respeito aos assuntos complementares à questão da pesquisa. Consequentemente, o pesquisador vai retornar às categorias teóricas, que são os conceitos convergentes com o tema central.



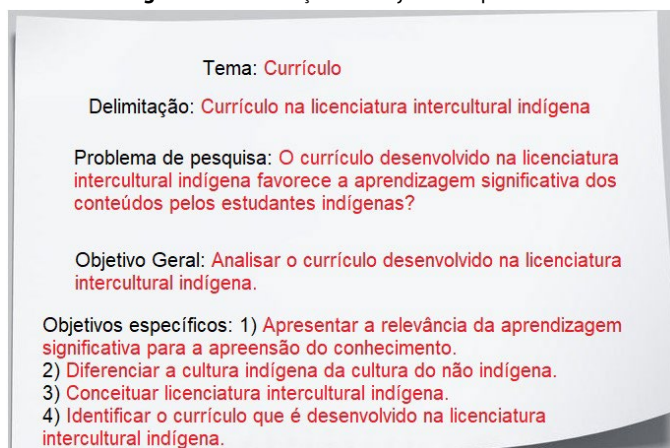
Focando nesses conceitos, o pesquisador vai elaborar um objetivo específico para a cada categoria teórica.

Aprendizagem significativa	Apresentar a relevância da aprendizagem significativa para a aquisição do conhecimento.
Cultura indígena	Diferenciar a cultura indígena da cultura do não indígena.
Licenciatura intercultural indígena	Conceituar licenciatura intercultural indígena.

Currículo da licenciatura intercultural indígena

Identificar o currículo que é desenvolvido na licenciatura intercultural indígena.

Figura 11 – Elaboração dos objetivos específicos



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Como podemos observar na figura 11 cada objetivo específico foi criado tendo em vista aquilo que o pesquisador precisa saber para responder o seu problema de pesquisa. Portanto, os objetivos específicos direcionam tanto o desenvolvimento de pesquisa quanto se encaminham para a construção do referencial teórico.

6.3.2 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAR HIPÓTESES

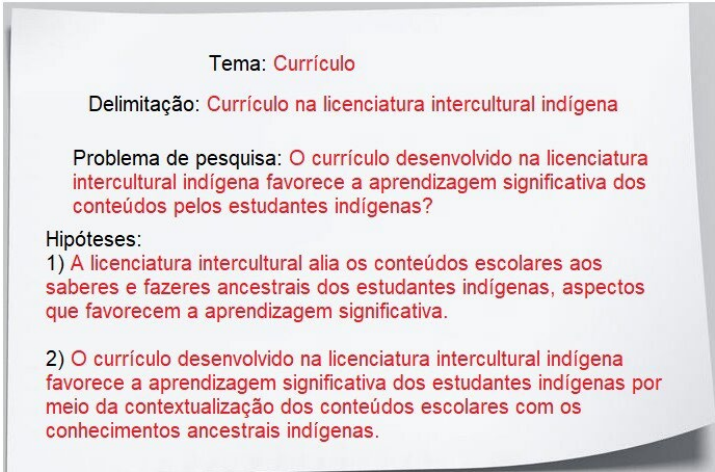
Introduzindo o assunto

A hipótese tem papel importante em uma pesquisa, já que permite ao pesquisador focalizar sua observação no que diz respeito a produção dos dados. Podemos assegurar que uma hipótese é uma suposição afirmativa, a respeito de possível solução para o problema de pesquisa, a qual é formulada pelo pesquisador. Podemos, ainda, ressaltar que a formulação da hipótese

depende dos *insights* que o pesquisador tem a respeito de possíveis soluções lógicas para a investigação, sobre as quais vai buscar comprovação ou refutação. Advertimos que, ao propor hipóteses, o pesquisador fica condicionado a ter que apresentar uma resposta para cada uma delas, seja afirmativa ou seja negativa.

Segundo Abbagnano (2007) hipótese é, em geral, um enunciado ou um conjunto de enunciados que só pode ser comprovado, examinado e verificado, por intermédio da produção de dados com participantes que a responda. Sua característica principal é a não garantia de verdade nem de possibilidade de verificação direta. De acordo com o autor, uma hipótese “[...] pode ser verdadeira, mas sua verdade só pode resultar da verificação de suas consequências” (Abbagnano, 2007, p. 500). O que significa que a hipótese estabeleça a definição de coisas existentes. Vamos olhar para o problema de pesquisa e fazer afirmações possíveis de serem respondidas e verificáveis (Figura 12).

Figura 12 – Elaboração das hipóteses

A imagem mostra um documento digitalizado com o seguinte conteúdo: Tema: Currículo; Delimitação: Currículo na licenciatura intercultural indígena; Problema de pesquisa: O currículo desenvolvido na licenciatura intercultural indígena favorece a aprendizagem significativa dos conteúdos pelos estudantes indígenas?; Hipóteses: 1) A licenciatura intercultural alia os conteúdos escolares aos saberes e fazeres ancestrais dos estudantes indígenas, aspectos que favorecem a aprendizagem significativa. 2) O currículo desenvolvido na licenciatura intercultural indígena favorece a aprendizagem significativa dos estudantes indígenas por meio da contextualização dos conteúdos escolares com os conhecimentos ancestrais indígenas.

Tema: **Currículo**

Delimitação: **Currículo na licenciatura intercultural indígena**

Problema de pesquisa: **O currículo desenvolvido na licenciatura intercultural indígena favorece a aprendizagem significativa dos conteúdos pelos estudantes indígenas?**

Hipóteses:

- 1) **A licenciatura intercultural alia os conteúdos escolares aos saberes e fazeres ancestrais dos estudantes indígenas, aspectos que favorecem a aprendizagem significativa.**
- 2) **O currículo desenvolvido na licenciatura intercultural indígena favorece a aprendizagem significativa dos estudantes indígenas por meio da contextualização dos conteúdos escolares com os conhecimentos ancestrais indígenas.**

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Constatamos que a existência das hipóteses é estabelecida pela busca de soluções plausíveis ao problema de pesquisa. A determinação de uma hipótese como premissa para alcançar respostas tem como base a comparação entre aquilo que é possível alcançar e aquilo que não alcançamos. O uso de hipóteses em pesquisa estabelece, para alguns estudiosos, a diferença entre o saber científico e o saber cotidiano. Abbagnano (2007, p. 501) afirma que “[...] a arte de descobrir as causas dos fenômenos, ou as hipóteses verdadeiras, é como a arte de decifrar, na qual muitas vezes uma conjectura engenhosa abrevia em muito o caminho”. Consequentemente, elaborar hipóteses que sejam verdadeiras é uma estratégia para encurtar percursos de investigação.

Devemos deixar evidente que nem todos os pesquisadores estabelecem hipóteses para a pesquisa, aspecto que não prejudica o desenvolvimento da investigação. É lógico que a escolha por um ou outro critério fica a cargo do pesquisador, mas, às vezes, um desses critérios é exigência da instituição a qual o pesquisador pretende concorrer a uma vaga. Que fique evidenciado que o pesquisador pode optar por utilizar um ou dois desses critérios em seu projeto, mas cabe a ele, no fechamento de investigação trazer embasamento para responder o alcance daquilo que se dispôs a investigar. Se optou por utilizar hipóteses, tem que comprová-las ou refutá-las; se preferiu objetivos tem que responder se conseguiu alcançá-los ou não. O que não pode acontecer é não mostrar ao leitor os caminhos seguidos e as respostas atingidas com o percurso investigativo que desenvolveu.

6.3.3 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAR QUESTÕES NORTEADORAS



Alguns pesquisadores preferem utilizar questões norteadoras para o desenvolvimento da pesquisa.

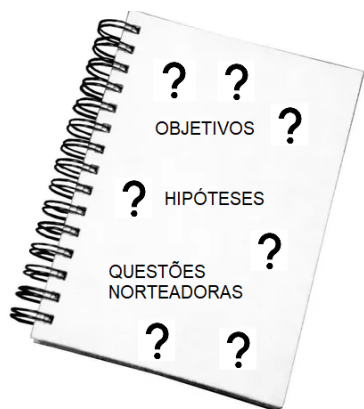
Essas questões norteadoras são elaboradas quando o pesquisador está pensando em interrogações sobre a pesquisa, ou mesmo, quando está elaborando o seu problema de pesquisa. Ao indagar-se sobre o que pretende responder, o pesquisador constrói algumas questões iniciais, as quais podem ser guardadas e que dão direção à investigação. Cabe ressaltar que não são quaisquer questões que serão revertidas em questões norteadoras, isso ocorre devido algumas questões não trazerem fundamento para a pesquisa ou, ainda, não se revelarem como uma questão que tenha potencial para direcionar a pesquisa.

Quando o pesquisador está realizando o estudo exploratório algumas questões já vão sendo levantadas, seja por falta de conhecimento, seja porque gerou uma dúvida ou dificuldade. O pesquisador deve anotar quaisquer interrogações que surgirem ao longo desse estudo. Essas indagações podem estar relacionadas ao tema central da pesquisa ou aos temas secundários os quais convergem para o principal.

As questões norteadoras podem ser reformuladas no decorrer da pesquisa, por isso são consideradas flexíveis. Afirmamos que existem n possibilidades para elaborar as questões norteadoras, mas cabe ao pesquisador discernir quais são as viáveis e pertinentes para a pesquisa. A cabeça de um pesquisador sempre contém inúmeras questões, sejam questões iniciais ou sejam aquelas estabelecidas durante o desenvolvimento da pesquisa. O questionamento durante a investigação

é propício e auxilia o pesquisador a sanar quaisquer falhas ou lacunas que possam surgir ou existir no decorrer da pesquisa.

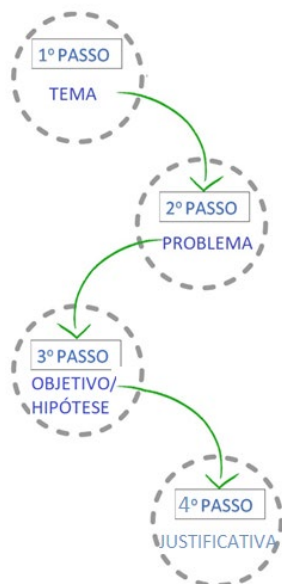
Nessa perspectiva, o pesquisador pode optar por desenvolver hipóteses e objetivos; hipóteses e questões norteadoras ou, talvez, os três juntos. Devemos ressaltar que a depender da opção do pesquisador, ele pode tornar o caminho mais fácil ou mais difícil. Entretanto, optando por quaisquer um ou mais terá que trazer respostas e resultados que confirmem ou refutem aquilo que caminhou durante a investigação. O que não pode ocorrer é que, por insegurança, o pesquisador não faça opções precisas, coerentes e factíveis, ou seja, que ele crie questões com as quais não consiga trazer respostas.



Exposto isso, cabe ressaltar que alguns autores consideram a necessidade de se elaborar hipóteses como uma estratégia para direcionar o olhar do pesquisador. Contudo, o estabelecimento de objetivos é algo que não pode faltar em uma pesquisa, isso porque entendemos que são os objetivos

que nortearão caminhos, dando possibilidades de o pesquisador refletir sobre o referencial teórico, a produção e a análise dos dados.

6.4 QUARTO PASSO: ELABORAÇÃO DA JUSTIFICATIVA DE PESQUISA



A justificativa de pesquisa é tão importante quanto a escolha do tema, já que vai apresentar as motivações do pesquisador, a relevância do tema, dando um panorama de como se encontra a pesquisa a respeito do tema. Além de dar indícios da contribuição que a pesquisa trará para a área de conhecimento. O pesquisador deve ficar atento para apresentar a importância, ou seja, porque fazer a investigação, argumentando de modo convincente sobre o acréscimo que

o desenvolvimento da pesquisa pode resultar.

Poucos autores abordam sobre a justificativa de uma pesquisa, mas nos embasamos em Marconi e Lakatos (2003), Furasté (2008), Gil (2002) para ratificar a necessidade de propor a justificativa de pesquisa. Ficamos subentendido que é fácil elaborar uma justificativa, mas sabemos que não é algo tão fácil assim, tampouco muito complicado. Expor motivações envolve a dimensão afetiva sobre nossos sentimentos para com o tema proposto. Alguns motivam-se por sua experiência acadêmica ou profissional. Outros pela convivência em algum grupo sociocultural. Alguns outros, por terem interesse em uma área de conhecimento específica. São várias as motivações que nos levam a percorrer uma investigação científica.

Mediante o exposto, ressaltamos que uma justificativa é o “abre-alas” de um trabalho acadêmico científico. É na justificativa que um

trabalho assume relevância, originalidade e viabilidade. Relevância diz respeito ao grau de importância para a área de conhecimento; originalidade faz referência ao grau de novidade da pesquisa, ou seja, ser uma pesquisa inédita, o que significa que o pesquisador pretende encontrar algo ou algum aspecto ainda não revelado por outros autores e que o pesquisador vai desenvolver; já viabilidade diz respeito a possibilidade de ser realizada, ou seja, ser exequível¹. Para desenvolver uma justificativa, que demonstre a habilidade do pesquisador para convencer o leitor, é necessário seguir alguns caminhos:

1. O pesquisador vai apresentar o impacto que a sua pesquisa gerará;
2. O pesquisador vai mostrar o que significa a ausência dessa pesquisa para a área de conhecimento;
3. O pesquisador vai apresentar a relevância social do problema;
4. O pesquisador deve ser claro e objetivo em suas explicações;
5. O pesquisador apresenta sua motivação para realizar a pesquisa;
6. O pesquisador vai apresentar a importância de alcançar os objetivos propostos para a pesquisa;
7. O pesquisador vai apresentar as contribuições que a pesquisa trará para modificar a realidade investigada;
8. O pesquisador deve usar o referencial teórico a seu favor, apresentando alguns autores que já trouxeram contribuições com os quais embasará o acréscimo que sua pesquisa trará para a área de conhecimento.

Escolhido o caminho e pensando a respeito, o que deve constar em uma justificativa? Existem alguns critérios que devem ser apropriados pelo pesquisador para elaborar a justificativa de pesquisa. Iniciamos

¹ É prática nossa a não utilização de palavras rebuscadas, mas a utilização da palavra “exequível” é devido a esta ser utilizada por alguns pesquisadores. Cabe ressaltar que exequível é o mesmo que executável, possível de ser feito.

pelo critério primeiro que seria os interesses do pesquisador. É muito mais justificável ter interesse na área e muito mais importante o pesquisador ter interesse por ser continuação de outra pesquisa. Entretanto, uma justificativa deve demonstrar ao leitor a contribuição e o valor teórico, ou seja, se haverá acréscimo para o conhecimento da área de pesquisa. Esse é o ponto primordial em uma justificativa.

A clareza abordada sobre as contribuições, direciona o pesquisador a mostrar as implicações práticas ou teóricas com as quais resultarão em relevância para a realidade pesquisada. Um outro critério seria justificar que o desenvolvimento da pesquisa seria pela ausência ou lacuna encontrada dentro do tema em questão, bem como apresentar como o fechamento dessa lacuna irá contribuir para a construção teórica na área. Consequentemente, o pesquisador vai demonstrar as possibilidades de sua pesquisa. É possível, também, ao pesquisador apresentar sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional para justificar suas escolhas e o desenvolvimento da pesquisa, mas atente-se para que não seja extensa demais, apesar de não haver uma quantidade especificada de páginas para sua escrita.

7

SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA



A segunda etapa de uma pesquisa está focada na construção do referencial teórico. Para escolher os aportes teóricos que embasarão os resultados encontrados, bem como as análises e discussões sobre os dados produzidos, é necessário haver evidências anteriores de sua consistência a respeito do tema escolhido ou do problema levantado. Podemos dizer que qualquer pesquisa começa com o levantamento teórico inicial, pelo qual o pesquisador evidencia suas expectativas e toma como referencial teórico para a investigação futura. Podemos, ainda, afirmar que é uma primeira etapa prática, ou seja, é o início da pesquisa.

Entendemos que qualquer pesquisa parte das anteriores, quer seja por intermédio de lacunas, quer seja por um novo problema evidente. O importante é ter o discernimento que a resposta à pergunta de partida é desconhecida, mas o referencial teórico não. Apesar de haver casos em que não há nada ou quase nada produzido a respeito de um tema, mas sempre encontramos alguma coisa, podemos caminhar por realizar algumas inferências por similitudes ou discrepâncias sobre um tema convergente. Criar teorias novas e conhecimentos novos é o crédito maior em pesquisa científica.

Outra atenção que se deve ter é perceber a quantidade de pesquisas já desenvolvidas a respeito do tema. Se houver muitas possibilidades, é possível haver poucas expectativas de construir conhecimento original, mas não é impossível, pois sempre há um caminho ou uma lacuna a ser

resolvida. O essencial é criar evidências para darmos uma resposta ao problema suscitado originalmente.

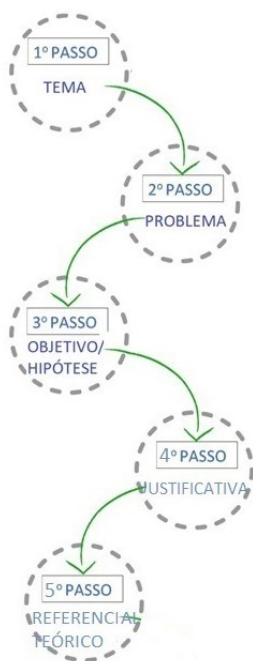
Portanto, cabe ao pesquisador escolher as teorias que nortearão a pesquisa e, ao mesmo tempo, gerarão tantas implicações quantas forem possíveis para alcançar os objetivos e responder à questão investigativa, pois possibilitará uma produção de dados consistente e coerente com aquilo que pretendemos investigar e trazer como respostas. O pesquisador precisa ser o mais sensível possível, ou seja, teorias apresentadas com precisão são facilmente consideradas melhores.

Assim, teorias mais consistentes, ou seja, que são utilizadas por um certo número de pesquisadores, podem ser consideradas com alta probabilidade de trazer resultados satisfatórios. Entretanto, a desconfiança é um recurso para identificar teorias e perceber suas possibilidades para alcançar respostas. Como já abordamos anteriormente, trazer os experientes, ditos os pesquisadores de renome ou relevantes da área de pesquisa, é de suma importância.

Vale pontuar que alguns autores reforçam nossas ideias e corroboram aquilo que estamos escrevendo a respeito do nosso ponto de vista, quando chegamos aos resultados da pesquisa. Alguns autores corroboram outros autores e potencializam as similitudes ou divergências de ideias, auxiliando-nos em nossas análises e discussões. Além disso, são eles os parceiros de escrita, companheiros de viagem, de criatividade e de entendimento a respeito do tema que desbravamos com nossa pesquisa.

7.1 QUINTO PASSO: ELABORAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

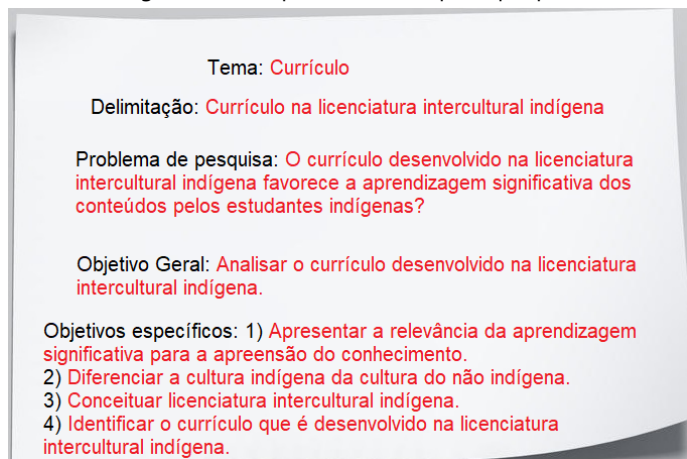
Para construir o referencial teórico vamos seguir as categorias teóricas, as quais nos deram base para elaborar os objetivos específicos.



Portanto, além de olhar para as categorias teóricas, o pesquisador vai focar cada objetivo e responder à pergunta: o que preciso saber sobre cada categoria? Assim, o pesquisador vai ter em mente o que é preciso para embasar alguns dados e fazer algumas análises e discussões.

É importante, antes de iniciar a elaboração do referencial teórico que o pesquisador construa um quadro com o qual ele se guiará para discernir sobre aquilo que deve conter o seu referencial teórico. Vamos voltar ao nosso exemplo para construir o quadro de referências (Figura 13).

Figura 13 – Exemplo desenvolvido para a pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O que vamos focar no exemplo elaborado para construir o referencial teórico? O foco recai sobre os objetivos específicos. Assim, nesse quadro irá constar o objetivo que estamos focando, o que pretendemos apresentar, possíveis autores e legislações, quando for o caso. Observe a figura 14.

Figura 14 – Elaboração do quadro de referências

Objetivo	O que vou pesquisar?	Autores/Leis
Conceituar licenciatura intercultural indígena.	História da licenciatura intercultural indígena; Legislação	Constituição federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96; Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena – RCNEI/98; Resolução CEB nº 3 de 1999; Prolind; Grupioni etc
Identificar o currículo que é desenvolvido na licenciatura intercultural indígena.	Áreas de atuação profissional: CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA (Física, Matemática, Química e Biologia); CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (Filosofia, Antropologia, Sociologia, História, Direito, Geografia e Arqueologia); CIÊNCIAS DA LINGUAGEM E CÓDIGOS (Língua Portuguesa, Língua Indígena, Literatura, Língua estrangeira, LIBRAS, Artes e Educação Física. Conteúdos abordados nas diferentes áreas;	

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Se olharmos o quadro de referências, vemos um objetivo específico, logo a seguir, as possibilidades que o pesquisador pode querer apresentar em seu referencial teórico e na coluna seguinte algumas legislações e alguns autores. Mas, como é feita essa construção? Primeiro, o pesquisador vai pegar cada objetivo específico e vai tentar colocar a maior quantidade possível do que aquele objetivo induz para o referencial teórico. No exemplo, temos o objetivo específico: Conceituar licenciatura intercultural indígena. O que o pesquisador precisa abordar para conceituar esse tipo de licenciatura?

É natural começar pela história, apresentar como, onde e quando surgiu, leis que possibilitaram o surgimento, transformações ao longo do tempo, leis que regem esse tipo de licenciatura, autores que já abordaram sobre a licenciatura intercultural indígena etc. Mediante essas possibilidades, o pesquisador vai ter condições de escrever seu texto sobre licenciatura intercultural indígena. No exemplo, começamos com a Constituição da República Federativa do Brasil, que é a carta magna do país. Logo a seguir, passamos para as legislações com as quais será desenvolvido o aporte teórico que mostrará os percursos da consolidação da licenciatura intercultural indígena, ou seja, devemos apresentar as leis que direcionaram estratégias para o desenvolvimento da licenciatura intercultural, bem como as transformações que ocorreram até chegar na atualidade. Posteriormente, o pesquisador vai trazer as leis que regem a elaboração do currículo nessa licenciatura – aspecto importante para o desenvolvimento da pesquisa, já que o foco é o currículo – e alguns autores.

Cabe lembrar que o pesquisador não vai, em um único tópico do referencial teórico, trazer tudo sobre o assunto abordado, mas vai poder apresentar os aspectos mais importantes. Tem que estar atento ao seu problema e ao objetivo geral da pesquisa. Portanto, nesta etapa da pesquisa, há duas questões de atenção para o pesquisador:

- 1) Não se deixar levar por numerosas leituras e esquecer sua questão de pesquisa.
- 2) Selecionar somente aquilo que interessa para solucionar a questão proposta.

O percurso que acabamos de descrever é feito para todos os objetivos específicos. Dessa maneira, será construído o quadro de referências, em que o pesquisador, de antemão, saberá como construir o referencial teórico. Cabe ressaltar

que pode haver outros conceitos, os quais não estão contemplados nos objetivos específicos, mas que podem ser importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Isso vai ficar a critério do pesquisador quando estiver elaborando seu quadro de referências. Entretanto, os objetivos induzem ou dão possibilidades de construí-lo.

Feito isso, o pesquisador terá o suporte para analisar e discutir os dados produzidos, bem como chegar aos resultados embasados em leis e autores. Queremos com isso, afirmar que não pode haver separação entre a teoria que compõe a pesquisa e a prática desenvolvida para produzir os dados, com os quais serão consolidados os resultados da pesquisa. Constatamos que o referencial teórico é o levantamento bibliográfico essencial para materializar a teoria, tendo como pano de fundo o tema da pesquisa e os conceitos que gravitam ao redor dele.

Nessa lógica, é o aporte teórico, o mais relevante possível que embasará os percursos seguintes na pesquisa. Vale esclarecer que esse enquadramento teórico vai estar em comum acordo com a produção teórica existente. O pesquisador não pode partir de achismos ou de sua opinião para escrever o referencial teórico. É um recorte temático que apresenta uma panorâmica do que já tem produzido sobre o tema.

7.2 ESCREVER SEM PLAGIAR: EIS A QUESTÃO!



Já apresentamos essa questão no primeiro livro (Mattos, 2020) e voltamos a ela por considerar ser um aspecto importante quando vamos realizar a escrita de um texto. Já ficou evidenciado que o pesquisador necessita de outros autores para dialogar com sua pesquisa, dando o embasamento teórico necessário e relevante para a análise, discussões e resultados apresentados. Diante

disso, cabe ao pesquisador, e exclusivamente a ele, fazer as devidas considerações para dialogar com os autores. Esses autores são os parceiros da escrita, portanto, devem ser referenciados corretamente.

Em Mattos (2020) já apresentamos maneiras de escrever sem plagiar e não vamos repeti-las, mas apresentar possibilidades de escrita. Antes, cabe ressaltar que o plágio pode levar a reclusão de dois a quatro anos e multa. Fica o alerta! O plágio é considerado crime de violação dos direitos autorais, ou seja, de propriedade intelectual de outrem. É considerado violação quando alguém reproduz integral ou parcialmente as ideias de outro. Devemos fazer um adendo sobre a internet, já que na *web*, – que significa rede – e na World Wide Web – *www*, – rede que conecta computadores de todo o mundo –, é um problema controlar os direitos autorais, tomando como entendimento que tudo pode ser considerado público, mas devemos **SEMPRE** referenciar o autor da produção.

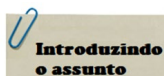
Podemos perfeitamente nos apropriarmos de textos de outros autores, pois são eles que embasam a nossa pesquisa. Entretanto, devemos citá-los, mesmo que seja apenas uma palavra a ser apropriada. Quanto à internet, sempre há o autor do texto, mesmo que o texto esteja em um blog ou outro site qualquer. Quando nos apropriamos de conteúdos escritos por instituições em seus sites, também devemos citá-los. Cita-se pelo nome da instituição e o ano. Se não houver o ano, podemos colocar o ano em que tivemos acesso ao texto ou verificar se existe o *copyright*, que aparece no início ou ao final do texto e vem acompanhado do símbolo ©.

Existem, ainda, na internet, possibilidades de acessar periódicos que, por mais motivos ainda, é necessário citar os autores e onde

encontram-se os textos. Geralmente, a revista já traz esse suporte para quem pesquisa, apresentando, volume, série, páginas etc. O pesquisador pode, ainda, acessar o banco de teses e dissertações da CAPES para fazer sua busca, seja ela de levantamento ou de referencial teórico, o importante é dar o devido reconhecimento ao autor que estamos apresentando. Ressaltamos que dessa maneira estamos contribuindo para que todos tenham a oportunidade de ter o devido reconhecimento na academia. Algo que o pesquisador também aspira.

O pesquisador deve caminhar pela ética científica e assumir a responsabilidade sobre aquilo que produz. Temos que pensar nas contribuições que o conhecimento científico traz para o enriquecimento ou para o empobrecimento de nossas vidas e se esse conhecimento gerará felicidade ou não (Santos, 2008). O autor nos alerta que temos que deixar de fazer distinção entre ciências sociais e ciências naturais, unificando-as e nessa síntese haverá linhas que convergem, o que permitirá desaparecer a distinção entre conhecimento científico e conhecimento vulgar, em que “a prática será o fazer e o dizer da filosofia da prática” (Santos, 2008, p. 20).

7.2.1 ÉTICA CIENTÍFICA: CAMINHOS QUE DIRECIONAM PRÁTICAS E DECISÕES CIENTÍFICAS



O que entendemos por ética científica? Se olharmos para a palavra ética, etimologicamente vem do grego *ethos* que quer dizer o modo de ser, o caráter. Já para o latim tem a ver com *mos* ou *more* significando costume, hábito. Ambas fazem alusão ao comportamento humano. Consequentemente, ética tem a ver com a maneira do ser humano comportar-se no meio em que vive. Por analogia, a ética científica é constituída por um conjunto de obrigações

morais que definem aquilo que é certo e errado, direitos e deveres nas práticas e decisões científicas.

Estamos abordando a ética profissional e pessoal que, aliadas a ética científica, primam pelo respeito a outros pesquisadores, garantem o progresso da ciência e beneficiam a humanidade com os resultados alcançados. Quando realizamos ou dispomo-nos a realizar uma pesquisa, ficamos implicadas com os caminhos éticos que percorremos. Nesse caminho e pensando na ética científica, Caldart (2000, p. 15) alerta-nos que “estamos todos sendo convocados a fazer algumas escolhas decisivas sobre como será o futuro da humanidade, de todos nós”. Assim sendo, cabe a nós, e somente a cada um de nós, realizar essas escolhas baseadas em princípios éticos.

Para Kremer (1982) a ética ou moral rege o estudo do certo e do errado na vida humana. De acordo com autora, a ética é normativa, tendo preocupação com um ideal do que deveria ser a conduta humana. A conduta ética tem a ver com a consciência sobre o certo e o errado. Utilizando-se de alguns autores, Rodrigues, Crespo e Miranda (2006, p. 34) tomam ética como a “Ciência da Conduta”. Nessa ótica, Kremer (1982, p. 163) aponta três questões éticas: a necessidade de “proteger as pessoas que são objetos de pesquisa”; a obrigação do pesquisador em “contribuir para o avanço da ciência” e, por fim, o pesquisador deve “preocupar-se com a questão da propriedade intelectual”.

De comum acordo com Kremer (1982), entendemos que a pesquisa tem como condição a criação de um conhecimento novo, condição essa que leva ao intelecto humano e como tal, toda criação intelectual é propriedade de quem a elaborou. Em uma pesquisa, a conduta humana necessita ser orientada por meio da conduta científica que traz um

conjunto de regras, pelas quais o pesquisador assume responsabilidade sobre aquilo que produz. A pesquisa com seres humanos tem muitas condições, as quais o pesquisador deve atender, caminhando pelos princípios éticos, a dignidade humana e os direitos humanos.

A Fiocruz (2020, s.p.) afirma que:

Uma pesquisa eticamente justificável precisa respeitar o participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida; precisa ponderar entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos, e garantindo que danos previsíveis serão evitados; precisa ter relevância social, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária; e, finalmente, precisa ser aprovada previamente por um comitê de ética em pesquisa (CEP).

Vemos a responsabilidade no desenvolvimento de uma pesquisa com seres humanos e o grau de compromisso assumido pelo pesquisador para que essa pesquisa tenha retorno para os participantes. Consequentemente, a ética científica tenta minimizar os problemas, prejuízos e a má conduta científica.

Os resultados encontrados foram desenvolvidos pelo fazer científico com caráter de mostrar, ou seja, comunicar a comunidade científica o novo conhecimento e para quem se destina. De acordo com Spink:

[...] o resultado é uma contribuição significativa à solidariedade humana e uma demonstração de que, sim, é possível articular a competência e o protagonismo das ciências e dos demais saberes de maneira democrática

para assumir a responsabilidade moral de atender os interesses coletivos (Spink, 2012, p. 41).

Diante do exposto, a ética científica atua como controladora do percurso investigativo, assumido por um comitê de ética que referendará ou refutará a pesquisa, a depender do que propõe o pesquisador. As exigências e recomendações emitidas por esse comitê permitem melhorar a pesquisa. A ciência deve ser transparente, portanto, fazer ciência passa pela transparência daquilo que nos propomos, bem como daquilo que vamos apresentar como resultados para a realidade investigada.

Isso posto, podemos dizer que existem dois tipos de escrever sem plagiar:

- 1) **Reprodução integral** de partes do texto de outrem, com as devidas referências. Vale esclarecer que a ABNT NBR 10.520 (Brasil, 2003) traz as normas para fazer esses tipos de citação, que podem ser curtas ou longas.
- 2) **Reprodução parafraseada**, ou seja, o pesquisador escreve o seu entendimento a respeito do texto lido, mas deve, da mesma maneira, referenciar o autor intelectual da ideia. Vale ressaltar que para parafrasear é necessário seguir a lógica do autor e não colocar palavras na boca dele. Ressaltamos, ainda, que, às vezes, o pesquisador pode compreender erroneamente a ideia do autor, assumindo uma versão não condizente com a ideia original do autor do texto pesquisado.

É necessário, ainda, deixar evidente a existência do autoplágio, ou seja, o autor não traz sua referência quando vai escrever outro texto. O autoplágio é permitido em até 30% do texto, mas devemos ter atenção para referenciar a nós mesmos, evitando assim uma produção que é cópia de outra produção, o que não é permitido tanto pela CAPES quanto

pelos periódicos conceituados. No ímpeto de “impulsionar” seus currículos, alguns pesquisadores desenvolvem aquilo que chamamos “síndrome do autoplágio”, duplicando ou reutilizando os próprios escritos, sem acréscimo algum, o que viola os aspectos de inovação e originalidade em pesquisa e desabona a ética científica. Evite prejuízos, escreva com moderação, cite-se e cite os autores com os quais são feitos os diálogos investigativos.

8

TERCEIRA ETAPA DA PESQUISA



A metodologia da pesquisa traz todos os aspectos relativos à recolha, produção, análise e discussão dos dados, ou seja, é o percurso a ser seguido no contexto investigativo. O pesquisador deve optar por uma abordagem metodológica – quantitativa, qualitativa ou mista – e um tipo de pesquisa – participante, estudo de caso, pesquisa-ação, bibliográfica, documental, etnográfica etc. – que direcionará a produção dos dados. Essas escolhas são de suma importância e talvez o pesquisador já tenha em mente esses aportes teóricos que dão base à metodologia da pesquisa.

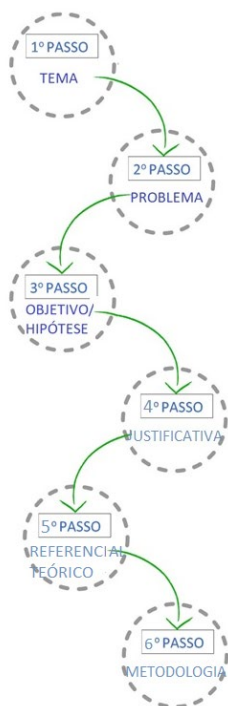
Além disso, vai contextualizar o local e os sujeitos de pesquisa, ou seja, onde e com quem será recolhido os dados da pesquisa. É parte integrante da metodologia a indicação dos instrumentos, ou seja, com que ou como o pesquisador produzirá os dados de pesquisa. Após a produção dos dados, o pesquisador vai apresentar, no corpo da metodologia, de que maneira irá analisar e discutir os dados, aliando-os ao referencial teórico desenvolvido. Após a análise e discussão dos dados, o pesquisador vai apresentá-los da melhor maneira possível, evidenciando possibilidades para alcançar os resultados de pesquisa. Se for projeto de pesquisa, a metodologia trará o cronograma e o orçamento para o desenvolvimento da pesquisa.

Podemos afirmar que são pelas escolhas metodológicas que uma pesquisa se diferencia da outra. O rigor metodológico evidenciado pelo pesquisador contempla a preocupação com a fidedignidade das

informações obtidas, bem como com a veracidade que essas informações conterão. É na metodologia que se evidenciará a dimensão prática da pesquisa, a qual terá como foco o problema e os objetivos a serem alcançados.

Recaímos, novamente, sobre a questão ética do fazer científico, ou seja, o pesquisador não pode produzir dados sem ter contato com os sujeitos de pesquisa, a não ser que a pesquisa seja bibliográfica ou documental, tampouco pode evidenciar opiniões suas ou achismos a respeito daquilo que ele entende como verdade. A validação dos dados e, conseqüentemente, dos resultados perpassa a veracidade e fidedignidade na obtenção desses dados.

8.1 SEXTO PASSO: METODOLOGIA DA PESQUISA



Como podemos perceber, a metodologia é um aspecto crucial em uma pesquisa. É nessa etapa que o pesquisador apresentará o percurso prático de sua investigação, tal qual a maneira como desenvolverá esse percurso. É óbvio que na elaboração da metodologia o pesquisador já tem em mente onde e com quem irá construir os dados investigativos. Entretanto, não são só esses aspectos que compõem a metodologia.

Firmada a abordagem metodológica, o pesquisador vai ater-se para o tipo de pesquisa que será realizada, bem como para os instrumentos que são condizentes com essa abordagem e o tipo de pesquisa. Se o pesquisador

optar por uma abordagem metodológica qualitativa vai caminhar por tipos de pesquisas que o levem a uma produção de dados mais subjetivos ou que abarquem ideias, crenças, valores e concepções dos participantes. Se for para a abordagem metodológica quantitativa, o pesquisador tem como foco dados estatísticos que envolvam quantificar, enumerar, classificar, entre outros aspectos matemáticos e estatísticos de investigação.

Escolhida a abordagem metodológica, o pesquisador tenderá a optar por um tipo de pesquisa que produza dados de acordo com aquilo que pretende apresentar. A abordagem qualitativa tem como tipos de pesquisa principais, aquelas que se voltam para a compreensão dos participantes a respeito do problema evidenciado pelo pesquisador, percebendo os fatos e fenômenos à luz de narrativas, experiências e vivências. Já a abordagem quantitativa recai sobre os dados que podem ser quantificados, apontando preferências, comportamentos, entre outros a respeito dos participantes. Vamos conversar um pouco mais sobre essas abordagens metodológicas.

8.1.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS



Desenvolver um projeto ou uma pesquisa envolve um plano a ser seguido, o qual abrange descrições detalhadas e o percurso destinado à investigação. Dentre as decisões a serem tomadas pelo pesquisador está o desenho da pesquisa, ou seja, os caminhos que direcionarão as análises, discussões e resultados da investigação. Informar essas decisões demonstra a visão que o pesquisador tem a respeito de como vai criar possibilidades para

desenvolver a pesquisa, bem como o que ele pretende com o estudo proposto.

O importante é esclarecer que essas abordagens metodológicas – qualitativa e quantitativa – não são opostas. Afirmamos que cada uma representa diferentes fins para uma pesquisa. Afirmamos, ainda, que a abordagem metodológica mista ou quali-quanti reside no meio dessa representação, já que incorpora tanto elementos da pesquisa com abordagem metodológica qualitativa quanto quantitativa. Podemos afirmar, ainda, que a distinção, entre as pesquisas de abordagem qualitativa e quantitativa, está focada em palavras como subjetivo/objetivo, categorias/números etc. que compõem o *corpus* teórico, representativo de cada abordagem.

Uma maneira de distinguir mais adequadamente essas abordagens, ou seja, de perceber as gradações diferenciais entre elas é observar os pressupostos filosóficos, os tipos de estratégias e os métodos adotados para a condução da produção e análises dos dados. Podemos observar, também, a evolução histórica entre elas, em que a abordagem quantitativa predominou do final do século XIX até meados do século XX. A partir da segunda metade do século XX houve interesse para pesquisas com abordagem metodológica qualitativa, bem como as pesquisas mistas.

Trazemos Creswell (2009) com definições para esclarecer um pouco essas abordagens. Para o autor, a pesquisa que utiliza a abordagem qualitativa visa a exploração e compreensão do significado e do sentido que indivíduos ou grupos socioculturais atribuem a um problema social ou humano. Sobre a pesquisa que faz uso da abordagem quantitativa, Creswell (2009) afirma que é um meio para testar teorias objetivas para

examinar a relação entre as variáveis. Já para a abordagem mista, o autor assegura ser uma abordagem que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa (Creswell, 2009). O que percebemos com essas distinções conceituais? Cada abordagem metodológica envolve categorias que as marcam. Nessa lógica, a abordagem qualitativa é inerente a uma visão subjetiva sobre os fatos, a quantitativa envolve variáveis e a mista faz a combinação entre elas.

Dentre as vantagens, quando utilizamos a abordagem metodológica quantitativa, apontamos a visão de uma investigação que pode lidar com muitos casos, fornecendo uma ampla visão da situação. Nessa ótica, os resultados encontrados podem ser generalizados, a partir da comparação entre diferentes fontes de dados. Contamos, ainda, com a utilização de métodos de análise padronizados e estabelecidos, além do que o pesquisador pode contar com outros pesquisadores para gerar descobertas avaliadas por outros.

Sobre as desvantagens de utilizar a abordagem quantitativa, assume-se a necessidade da requisição de casos suficientes para que os métodos estatísticos sejam usados, o que pode mascarar diferenças e ignorar aquilo que não pode ser enumerado. Geralmente, parte do conhecimento prévio da situação, negligenciando o aprofundamento teórico em prol de escalonar os dados. Geralmente, não explicam o porquê nem o como as situações acontecem. Também, não há ecos em um nível afetivo sobre a situação explorada. Não utilizam as modificações que possam ocorrer no desenvolvimento da pesquisa.

A abordagem qualitativa traz como vantagens a utilização de um número pequeno ou médio de participantes, aprofundando as análises para casos únicos, trazendo similitudes, diferenças e uma imagem geral

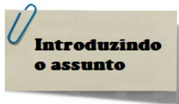
da situação. Está aberta as modificações que se fizerem necessárias ao longo do desenvolvimento da investigação, lidando com mudanças inesperadas ou negativas a respeito da situação analisada. Nessa lógica, pode fornecer explicações para essas mudanças, tal qual gerar histórias que podem apelar a um nível afetivo, tanto da situação quanto dos participantes.

As desvantagens da utilização da abordagem qualitativa são a não utilização de muitos casos ao mesmo tempo, não oferecendo uma visão geral a respeito da situação investigada. Assim sendo, as descobertas são específicas ao contexto investigado e, muitas vezes, são vistas como suspeitas por envolver a subjetividade tanto do pesquisador quanto dos participantes. Entretanto, ao permitir comparação entre diferentes fontes de dados, viabiliza a credibilidade dos resultados. Temos, ainda, como desvantagem a não generalização dos resultados encontrados, pois toda a investigação direciona-se para um estudo específico. Apesar de que esses resultados podem ser utilizados por outros investigadores para consolidar os resultados encontrados em outras pesquisas.

Diante do exposto, podemos afirmar que a abordagem qualitativa e quantitativa pode ser misturada ou mescladas para que o pesquisador aproveite as vantagens de ambas, bem como possa compensar as desvantagens. Surge assim, a abordagem mista de pesquisa. Para apropriarmos-nos dessa abordagem, utilizamos frequentemente a triangulação para examinar dados sobre diferentes pontos de vista. A triangulação é projetada para melhorar a qualidade das informações e tornar as análises mais confiáveis. Podemos utilizar, ainda, a análise cruzada, ou seja, fazer uso de dados quantitativos para validar os dados qualitativos produzidos. Dessa maneira, o pesquisador utiliza

interpretações ou análises, as quais envolvam tabelas ou gráficos para fornecer explicações para dados qualitativos ou, ainda, discutir as implicações deles.

8.1.2 CONTEXTO



Para contextualizar o local, o pesquisador pode trazer imagens, as quais pode ser fotografada *in lócus* ou apropriada em internet ou, ainda, ser da posse de algum participante. Todas devem conter a fonte. Quando se tratar de outra região, a qual o pesquisador não pertença ou da qual a comunidade acadêmica não pertença ou não conheça, é válido apresentar o mapa com a localização do contexto pesquisado. É importante apresentar a história da comunidade que se investiga. Fatos como mitos, lendas e crenças também constituem essa apresentação, desde que seja suporte para caracterizar o local.

Nessa perspectiva, o pesquisador vai fazer uma descrição detalhada do local, possibilitando ao leitor localizar-se ou situar-se, fazendo mentalmente a construção do contexto como se lá estivesse. O foco desse tópico é apresentar onde foi desenvolvida a pesquisa. Pode conter, também, os motivos pelos quais o pesquisador escolheu o local. Ressaltamos que o pesquisador deve trazer o necessário para caracterizar o contexto. Portanto, não cabe “floreá-lo”, ou seja, trazer juízo de valor a respeito da localidade escolhida, mesmo que o contexto apresente qualidades. Não cabe ao pesquisador fazer julgamentos, nem para o bem, nem para o mal. O pesquisador deve ater-se ao que conseguir sobre o contexto.

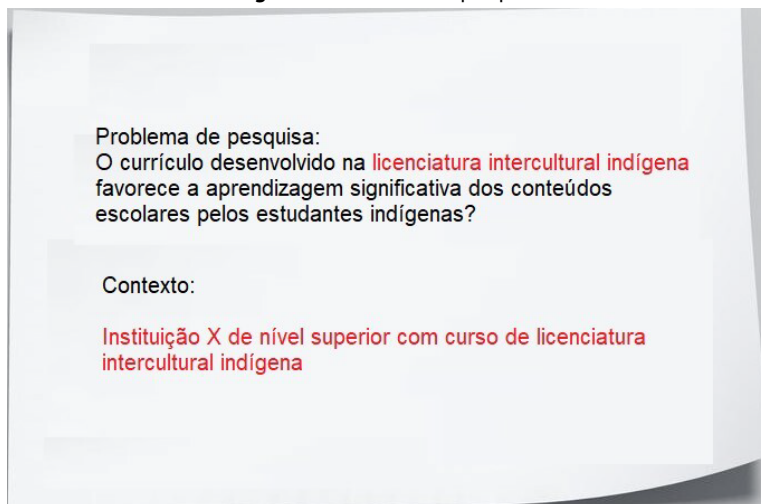
Entendemos que o contexto não representa somente o espaço físico e geográfico no qual os participantes estão inseridos, mas contém os atributos identificados por esses participantes. Portanto, entendemos o contexto como um espaço geopolítico – por ter influência das relações de poder da sociedade e, sociocultural – devido haver congruência entre os fatores sociais e culturais que determinam a identidade desse grupo. É nesse contexto que o pesquisador tomará parte por algum tempo. Cabe ao pesquisador ser o mais fidedigno ao caracterizar o contexto e, ao mesmo tempo, respeitar os princípios organizadores contidos nesse contexto.

Diante disso, o pesquisador não pode impregnar-se tão somente pelo primeiro contato, deve evidenciar as características, sejam reportadas pelos participantes, sejam coletadas em documentos existentes, salientando o estilo de vida da população, os valores socioculturais e alguns critérios demográficos evidentes, bem como os tipos de organizações desenvolvidos pelos membros do contexto escolhido. Segundo Ruiz Bolívar (2008) existe a realidade objetiva que é externa ao sujeito que pode ser conhecida dos sujeitos de pesquisa. Entretanto, existe a realidade percebida que não é completamente conhecida pelo sujeito, mas ambas se aliam para formar a realidade construída que é aquela como resultado das ações sociais e culturais advinda da mente humana, tendo a possibilidade de ser conhecida pelo grupo sociocultural envolvido. Há, ainda, uma realidade criada entendida como aquela em que a realidade não existe em sua plenitude, mas que contém algumas características criada por sujeitos da realidade.

Voltando ao nosso exemplo, olhando somente para o problema de pesquisa já evidenciamos o contexto. Se queremos investigar sobre o

currículo na licenciatura intercultural indígena, logicamente o nosso contexto será uma instituição de nível superior e que tenha curso de licenciatura intercultural indígena (Figura 15).

Figura 15 – Contexto de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Definida a instituição temos que caracterizá-la, tal qual trazer sua história e de implantação do curso de licenciatura intercultural indígena.

8.1.3 SUJEITOS OU PARTICIPANTES

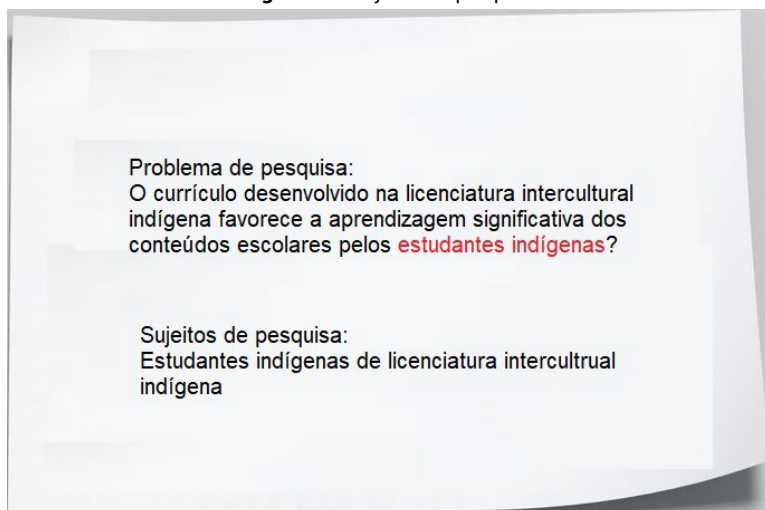


Vamos começar pela noção de sujeito. A palavra sujeito é originária do latim, significando jogado para debaixo. Sujeito é uma pessoa que tem características próprias e que realiza ações, entendido como contraposto a objeto. Para Abbagnano (2007) sujeito tem duas distinções, a primeira diz respeito a pessoa que atribuímos qualidades ou determinações e a segunda é entendida como o eu, tomado com princípio determinante do mundo do conhecimento

e da ação. Já participante é aquele que toma parte em algo ou alguma coisa e a participação é ativa. Consequentemente, participante é a pessoa que interage na comunidade e dialoga com os outros membros do grupo sociocultural na busca de soluções para a realidade. Nessa lógica, podemos nomear de sujeito ou participante todo aquele que toma parte em uma pesquisa científica.

Para a caracterização dos sujeitos não há necessidades de imagens, a não ser que seja estritamente necessária para evidenciar os participantes. Para contextualizar os sujeitos é pertinente viabilizar todos os esclarecimentos no que tange a cultura da comunidade envolvida e da qual os participantes fazem parte. Olhando para nosso exemplo, focando ainda no problema de pesquisa, temos como sujeitos os estudantes indígenas (Figura 16).

Figura 16 – Sujeitos de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

É lógico que nossos sujeitos poderiam ser os docentes ou os gestores ou os dois ou, ainda, todos os envolvidos na instituição escolar, mas no nosso exemplo estamos com foco na visão dos estudantes indígenas.

8.1.3.1 ESCOLHENDO OS SUJEITOS



A escolha dos sujeitos é feita, geralmente, pelo pesquisador. Podemos afirmar, ainda, que a escolha é feita, algumas vezes, pela facilidade de acesso aos sujeitos ou por indicação de terceiros. Quando o pesquisador escolhe os sujeitos significa que são pessoas que mais contribuições darão e acrescentará dados importantes para chegar aos resultados. Quando a indicação é feita por terceiros há, por assim dizer, uma intencionalidade por parte do pesquisador. Existe uma técnica conhecida como Snowball (Bailey, 1994) conhecida como bola de neve em que o pesquisador escolhe somente o primeiro participante. Os participantes restantes são indicados pelos próprios participantes, ou seja, o primeiro participante indica o segundo, o segundo indica o terceiro, o terceiro indica o quarto e assim por diante.

Na técnica snowball a seleção dos sujeitos é realizada por indicação do participante, ou seja, toda vez que o pesquisador termina uma entrevista, ele pede ao participante para indicar um outro informante, e assim sucessivamente, até que todos que detenham conhecimento acerca do assunto sejam incluídos.

8.1.3.2 NOVAMENTE ... ABORDANDO A ÉTICA NA PESQUISA



Como já iniciamos a tratar sobre a ética no capítulo 7, entendemos que abordar a questão da ética na

pesquisa envolve pensarmos a produção científica enquanto uma prática para apresentar os conhecimentos gerados e difundidos pela humanidade no seu percurso histórico. Iniciamos nosso diálogo com Boaventura de Sousa Santos (1989) quando nos alerta para as crises existentes no interior da produção científica e, nos faz refletir sobre o que é epistemologia enquanto uma ciência ou teoria filosófica que trata do conhecimento. Portanto, temos que construir uma consciência científica que aposte na verdade como resultante da prática científica.

Santos (1989, p. 32, grifos do autor) ressalta que:

Por mais precárias que sejam as condições de racionalidade [...] não se deve desistir de as maximizar e, para isso, é preciso *recuperar* as construções epistemológicas que apontam e apostam nesse sentido, por mais que o desejo de fortalecer as condições de racionalidade lhe faça esquecer a precariedade, por mais idealistas que sejam as imagens da ciência que projetam. Mas, por outro lado, deve *suspeitar-se* de uma epistemologia que centrifuga a reflexão sobre as condições sociais de produção e de distribuição (as consequências sociais) do conhecimento científico.

Diante disso, o pesquisador deve estar atento a não desenvolver uma pesquisa que foque a ciência como uma prática para si mesma, e sim, como uma constatação da realidade investigada. Há, portanto, que se fazer certas rupturas para que o pesquisador não caia na armadilha de sua própria opinião ser tomada como verdade a ser alcançada em um processo investigativo. É, ainda, Santos (1989) que nos alerta que o pesquisador deve fugir da confusão proveniente de familiaridade com o universo sobre o qual pesquisa e, a partir dessa visão, verificar somente aquilo que pretende ver. Assim sendo, a ruptura epistemológica professada pelo pesquisador é a primeira a ser focada nessas rupturas.

As opiniões divergentes ou convergentes são maneiras de construir conhecimentos. Bachelard (2005, p. 17) afirma que “no fundo, o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização”. Mediante esse excerto podemos constatar que aquilo que cremos, pode ofuscar o que queremos construir como conhecimento científico. Consequentemente, se a produção científica legitima opiniões é por motivos diferentes daqueles pelos quais a opinião foi emitida. Daí a necessidade de formular problemas de pesquisa, isto é, para que não interpretemos o problema como queríamos que fosse.

Santos (2008) alega que as questões elaboradas com perguntas simples e a urgência de dar respostas é, de tal forma, também simples. O autor afirma que “uma pergunta elementar é uma pergunta que atinge o magma mais profundo da nossa perplexidade individual e colectiva com a transparência técnica de uma fisga” (SANTOS, 2008, p. 18). A partir de uma pergunta simples, retornamos ao conhecimento dito vulgar ou do senso comum, com os quais todos convivemos, criamos e usamos em nossas práticas cotidianas, mas que a ciência teima em não os ver, tampouco trazê-los para a convivência científica.

Para Morin (2005) a partir do momento em que houve a disjunção entre subjetividade humana e objetividade do saber, a prática científica que produz conhecimento pelos cientistas, causou cegueira com relação a própria ciência. A isso Morin (2005, p. 128) chama de “ignorância da ecologia da ação”, significando que a ação humana quando é iniciada escapa das mãos de quem inicia, interagindo com a sociedade e desviando-se do objetivo inicial. Ainda, segundo o autor, para que haja

responsabilidade científica é necessário haver um sujeito consciente que retome o percurso investigativo, o que corrobora Santos (2008) quando aborda a consciência científica.

Como percebido, essa primeira ruptura passa pelo entendimento, do pesquisador, sobre o que significa construir o conhecimento científico ou fazer ciência. Bachelard (2005, p. 18) afirma-nos que “para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta” e, se a pergunta já tem resposta, não há necessidade de pesquisa. O autor continua em sua explanação, afirmando que “um obstáculo epistemológico se incrusta no conhecimento não questionado” (Bachelard, 2005, p. 19). Dessa maneira, o pesquisador tem tendência a valorizar as suas ideias e a cabeça bem-feita precisa ser refeita para escapar ao narcisismo intelectual.

Uma segunda ruptura seria escapar a ideia de conhecimento geral. Considerar a produção científica como grandes generalidades confunde e bloqueia ideias. Para Bachelard (2005, p. 71) “[...] essa forma geral bem constituída pode enterrar o pensamento”, desestimula novos pensamentos. Portanto, para construir conhecimentos novos torna-se necessário criar zonas de perturbações, com as quais o pesquisador vai romper as generalidades e alcançar respostas mais interessantes. É um engano científico a atração pelo universal.

Um obstáculo ao conhecimento científico que deve ser rompido são os hábitos verbais. Alguns pesquisadores optam por descrições longas com inúmeros detalhes que cansam a leitura, mas que eles consideram necessários para dar o devido esclarecimento para aquilo que não vemos. Historicamente, tais explicações são plausíveis, mas prejudicam o entendimento do texto, reforçando a tendência de o leitor completar

por si o entendimento do que leu. Há, ainda, o perigo da utilização de metáforas, as quais para o pesquisador podem ser familiares, mas para aqueles que leem não. Diante disso, o pesquisador precisa ser o mais evidente possível, utilizando uma escrita coerente e coesa, evitando divagações e rebuscamentos desnecessários.

Santos (1989) alerta-nos sobre a necessidade de haver um novo equilíbrio entre a adaptação e a criatividade, permitindo ao pesquisador caminhar pela práxis, entendendo os benefícios entre o que pode fazer e o que lhe é permitido ser feito. Nas ciências sociais, os fenômenos sociais são de natureza subjetivos, historicamente condicionados e culturalmente determinados. Assim sendo, o pesquisador “[...] não pode libertar-se, no acto de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista” (Santos, 2008, p. 36). Pesquisar com seres humanos envolve diferentes subjetividades. Santos (2008, p. 38) afirma que:

O comportamento humano, ao contrário dos fenómenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objectiváveis, uma vez que o mesmo acto externo pode corresponder a sentidos de acção muito diferentes.

Entender os fenômenos sociais e as ações praticadas, por intermédio dos sujeitos envolvidos, supõe método investigativo qualitativo e critérios epistemológicos que visem a construção de conhecimentos intersubjetivos, descritivos e compreensivos. Ao utilizar seres humanos complexos bioantropológicos e socioculturais, entendemos que caminhamos por espaços antagônicos e, ao mesmo tempo, equivalentes. Nós, como pesquisadoras e pesquisadores temos que desconfiar da ética da normalidade, já que cada ser humano é

específico e plural, evitando assim, o problema ético que é um problema de conflito de valores.



8.1.3.3 ÉTICA COM OS SERES HUMANOS NA PESQUISA

Entendemos que o rigor científico deve ser delineado em todos os aspectos, os quais envolvem a pesquisa.

A participação de seres humanos faz parte desses aspectos, o que compreende conflitos entre os benefícios para a sociedade envolvida e os prejuízos, os quais os sujeitos poderão ser submetidos para a produção dos dados pelo pesquisador. Nessa ótica, há que se estabelecer orientações éticas precisas e coerentes com às exigências de que os pesquisadores informem os procedimentos éticos adotados no desenvolvimento da pesquisa. Para isso, o pesquisador elabora alguns documentos para o consentimento e a aprovação tanto pelo comitê de ética quanto pelos sujeitos envolvidos.

A resolução 196/1996 (Brasil, 1996) fundamenta o comitê de ética, bem como os documentos necessários para pesquisa com seres humanos. Essa resolução foi ratificada pela resolução 466/2012 (Brasil, 2012) na regulamentação da pesquisa com seres humanos e na definição de alguns termos. Nessa resolução é entendido como protocolo um conjunto de documentos com informações necessárias aos participantes da pesquisa. Contém, ainda, os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos.

Nessa lógica, cabe ressaltar que o pesquisador deve elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Figura 17) para que todos os participantes da pesquisa autorizem a divulgação dos dados produzidos por eles. O TCLE é um documento elaborado pelo

pesquisador, o qual será submetido ao comitê de ética para seu registro. Faz parte do protocolo e da pesquisa que é desenvolvida com ética. É, ainda, de certa maneira, um meio de proteção legal e moral para o pesquisador, já que é a manifestação de concordância do sujeito de pesquisa em participar da pesquisa.

Figura 17 – Modelo de TCLE – início

TERMO DE COSSNETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Colocar nome da instituição a qual pertence
Colcar o programa que pertence

Título do Projeto:

Pesquisador (a):
Pesquisador (a) responsável: Professor (a) Orientador (a)

Este documento que você está lendo é chamado Termo de Cossentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

O pesquisador declara que garantirá o cumprimento das condições contidas neste Termo de Cossentimento Livre e Esclarecido.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Após essa parte inicial, o pesquisador começa a esclarecer os objetivos, a justificativa, os procedimentos metodológicos, os quais o participante estará envolvido, bem como apresentar como ele participará da produção dos dados de pesquisa. Deve, ainda, informar aos participantes como eles serão acompanhados e quem os acompanhará. Além disso, é necessário constar o tempo que a pesquisa durará, pois o participante pode não poder participar o tempo todo ou, ainda, o pesquisador pode elaborar etapas ou períodos de participação

(Figura 18). O pesquisador também deve demonstrar o interesse em desenvolver a pesquisa com aqueles participantes e com a comunidade, a qual eles fazem parte.

Figura 18 – Modelo de TCLE – alguns parâmetros

Natureza e objetivos de estudo:

(Abordar a natureza da pesquisa e apresentar o objetivo geral)

O(s) Objetivo(s) específico(s) deste estudo é (são):

Justificativa:

Procedimentos do estudo: (Metodologia da Pesquisa)

(Abordar como será utilizado os instrumentos e outros recursos que se fizerem necessários).

Forma de Acompanhamento e assistência:

Você será acompanhado pelo pesquisador durante todo o período da pesquisa, e será assistido, pelo menos, antes, durante e depois da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Um item importante é esclarecer os benefícios e possíveis prejuízos que possam ocorrer, bem como as cautelas tomadas, o sigilo e o direito a recusa (Figura 19). Devemos ter tudo esclarecido para que o participante se sinta à vontade para aceitar ou recusar participar da pesquisa.

Figura 19 – Modelo de TCLE – parâmetros finais**Riscos e Benefícios:**

Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, não há ocorrência de constrangimentos em responder alguma pergunta, invasão de privacidade, desconforto em responder as questões sensíveis como atos ilegais ou violência ou outros riscos não previsíveis.

Caso você sinta-se constrangido em responder alguma pergunta, você não precisará respondê-la. O participante terá direito à indenização, por meio das vias judiciais, diante de eventuais danos comprovadamente decorrentes da pesquisa.

Sua participação poderá judar a ... (Acréscitar quais os acréscimos que a pesquisa trará para a realidade em questão).

Providências e Cautelas:

Serão tomadas providências e cautelas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar algum dano, como garantir local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, estar atento a sinais de desconforto do participante, garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo:

Sua participação é voluntária. Portanto, você não é obrigado a participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Após leitura e as devidas explicações que se fizerem necessárias, o participante, o pesquisador e o orientador assinam o documento (Figura 20). Vale ressaltar que deve constar e-mail, telefone do orientador ou do pesquisador para que os participantes possam entrar em contato, caso seja necessário.

Figura 20 – Modelo de TCLE – fechamento e assinaturas

Confidencialidade:
Os dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e o material e as suas informações (fitas, entrevistas etc.) ficarão guardadas sob a responsabilidade dos mesmos.
Os resultados deste trabalho de pesquisa poderão ser utilizados apenas academicamente em encontros, aulas, livros ou revistas científicas.

Eu, _____ RG _____,
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Cidade, __ de _____ de _____.

(Participante)

(Orientador (a))

(Pesquisador (a))

Se persistir alguma dúvida, entre em contato com o (a) Coordenador (a) da pesquisa:
Nome do orientador(a): _____
Telefone (Do Orientado (a)) DDD número _____
E-mail: (Do Orientado (a)) _____

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Esse modelo de TCLE deve ser elaborado para os responsáveis, quando houver participação de menores, com algumas modificações, ou seja, onde houver o nome do participante estará o do responsável. Há, um outro documento conhecido como Termo de Assentimento que é assinado por menores de 18 anos. O termo de assentimento livre e esclarecido - TALE é parecido ao TCLE, com modificações, as quais são tratadas sobre a pesquisa mais especificamente para o entendimento do menor. O menor assina esse documento, mas sua participação tem que ser consentida pelo responsável. Esses três documentos são semelhantes, mas não são iguais. Portanto, não se deve utilizar um único documento para diferentes participantes. Não se esqueçam que

cada instituição pode ter o modelo já pré-elaborado para a utilização do pesquisador.

Existem, ainda, a carta de anuência (Figura 21) que é documento que será assinado por aquela pessoa que autorizará a entrada no contexto de pesquisa. Assim, a carta de anuência é uma declaração assinada por um gestor ou outra autoridade local, consentindo a entrada do pesquisador, bem como concordando com o desenvolvimento da pesquisa.

Figura 21 – Modelo de carta de anuência

COLOCAR AQUI TMBRE DA INSTITUIÇÃO
(Ou utilizar papel timbrado)
CARTA DE ANUÊNCIA
(Elaborada de acordo com a Resolução 466/2012 - CNS/CONEP)

Aceito os pesquisadores _____ e o
_____ (orientador (a)), sob a responsabilidade do
pesquisador principal _____, do Programa de
Pós-Graduação em _____ da _____
a realizarem pesquisa intitulada _____
sob a orientação do (da) Professor (a) _____.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência
para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

1. O cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/2012 - CNS/CONEP.
2. A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
3. Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
4. No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Local, ____ de ____ de ____.

(Assinatura e carimbo do responsável)

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Todos esses documentos devem conter informações essenciais sobre a pesquisa que ele participará, apresentando o título da pesquisa, nome do pesquisador e orientador, os objetivos, justificativas, os

procedimentos metodológicos com os quais eles participarão, os benefícios e as garantias que não haverá possíveis prejuízos para o participante e que haverá sigilo sobre a identificação do participante. O pesquisador deverá evitar utilizar termos técnicos, somente quando for estritamente necessário e com os devidos esclarecimentos a respeito do termo.

8.1.4 INSTRUMENTOS



A técnica é um termo que designa tanto os instrumentos quanto os procedimentos de pesquisa.

Os instrumentos são os recursos ou as ferramentas que o pesquisador vai utilizar para produzir os dados de pesquisa. Portanto, os instrumentos são os meios para alcançar o resultado investigativo. Já os procedimentos são as maneiras de recolha dos dados e como utilizamos cada instrumento para a sua aplicação.

Os instrumentos variam de acordo com a abordagem metodológica escolhida pelo pesquisador. Instrumentos voltados para a abordagem quantitativa vão incidir sobre índices numéricos, já para abordagem qualitativa vão sobressair os dados descritivos e narrativos. Como observamos, os instrumentos estão relacionados a opção do tipo de abordagem metodológica escolhida pelo pesquisador.

De acordo com Colton e Covert (2007) um instrumento é um mecanismo para medir fatos e fenômenos, usado para reunir e registrar informações de terceiros, as quais serão utilizadas para análise, tomada de decisão e, por fim, chegar à compreensão do fato e do fenômeno por intermédio da divulgação dos resultados. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 163) “as pesquisas qualitativas são

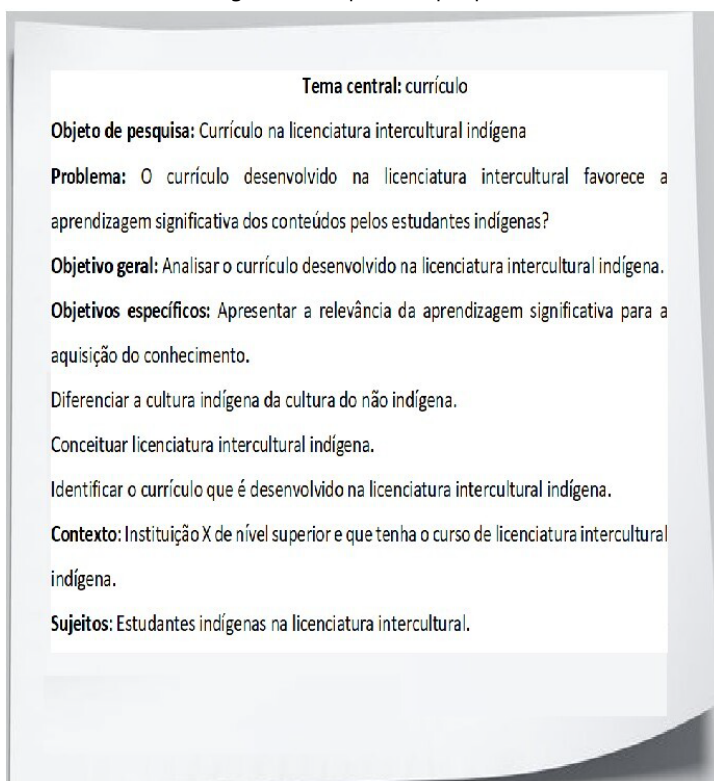
caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados”, significando que o pesquisador vai percorrer alguns encaminhamentos instrumentais para recolher e produzir os dados de pesquisa.

8.1.4.1 CATEGORIAS EMPÍRICAS



Para a indicação e/ou construção dos instrumentos é necessário ao pesquisador ter em foco as **categorias empíricas**. O que são categorias empíricas? Podemos dizer que as categorias empíricas são resultantes dos objetivos específicos para a coleta de dados com os participantes, no local de pesquisa. Consequentemente, “[...] as categorias empíricas emergem da pesquisa de campo” (Oliveira, 2007, p. 97) e o pesquisador só pode realizar sua criação após a definição do quadro teórico de pesquisa. Vamos observar as categorias teóricas elaboradas, pois estas já são um indicativo para chegar às categorias empíricas, ou seja, o que tem nos objetivos que temos que saber. Voltando ao nosso exemplo, temos um esquema de pesquisa (Figura 22).

Figura 22 – Esquema de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Vamos, inicialmente, trazer as categorias teóricas e escolher um objetivo específico qualquer, dentre os elaborados. Optamos pelo **objetivo específico**: Identificar o currículo que é desenvolvido na licenciatura intercultural indígena, focando no tema que é currículo (Figura 23). O pesquisador interroga-se sobre o que ele vai precisar saber a respeito desse currículo e que é importante para alcançar a solução do problema proposto.

Figura 23 – Categorias empíricas

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Mediante as necessidades do pesquisador, ele vai construir um quadro com as categorias referentes a cada objetivo específico (Figura 24). Esse quadro é um guia tanto para elaboração dos itens ou questões contidas nos instrumentos quanto para dar possibilidades quando for realizar as análises sobre as respostas obtidas.

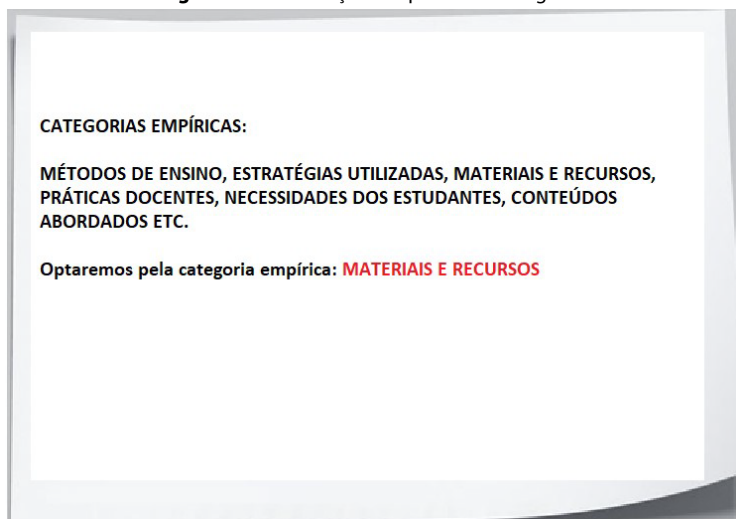
Figura 24 – Elaboração do quadro de categorias

Categorias Teóricas	Objetivo Específico	Categorias empíricas
Currículo da licenciatura intercultural indígena	Identificar o currículo que é desenvolvido na licenciatura intercultural indígena.	Métodos de ensino
		Estratégias utilizadas
		Materiais e recursos
		Práticas docentes
		Necessidades dos estudantes
		Conteúdos abordados
		Etc.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

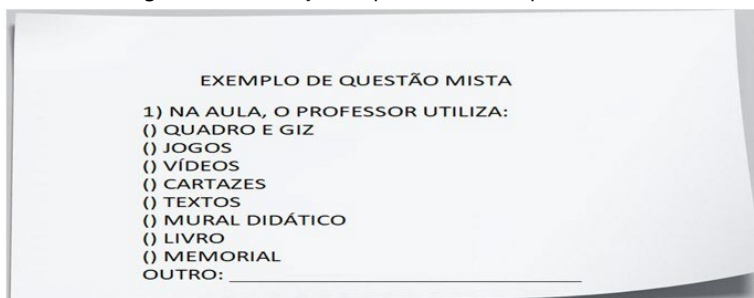
Esse quadro será continuado mais adiante. Podemos afirmar que cada categoria empírica se constitui em um item do instrumento de pesquisa. Como exemplo, vamos criar uma questão de questionário. Vamos, ainda, optar por uma categoria empírica qualquer (Figura 25).

Figura 25 – Elaboração do quadro de categorias



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Optamos por utilizar um item sobre materiais e recursos. Assim, como exemplo, vamos construir uma questão mista (Figura 26) de questionário, que envolve parte do item fechada e a outra, aberta, dando possibilidade ao participante de acrescentar outros materiais e recursos que o professor utiliza, os quais não estejam listados no item. Cabe ressaltar que a lista construída pelo pesquisador induz o participante em sua resposta, mas pode, também, auxiliá-lo na compreensão do que seja material e recurso utilizados em sala de aula.

Figura 26 – Elaboração de questão mista de questionárioA imagem mostra um exemplo de uma questão mista de questionário. O texto é o seguinte:

EXEMPLO DE QUESTÃO MISTA

1) NA AULA, O PROFESSOR UTILIZA:

- () QUADRO E GIZ
- () JOGOS
- () VÍDEOS
- () CARTAZES
- () TEXTOS
- () MURAL DIDÁTICO
- () LIVRO
- () MEMORIAL

OUTRO: _____

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

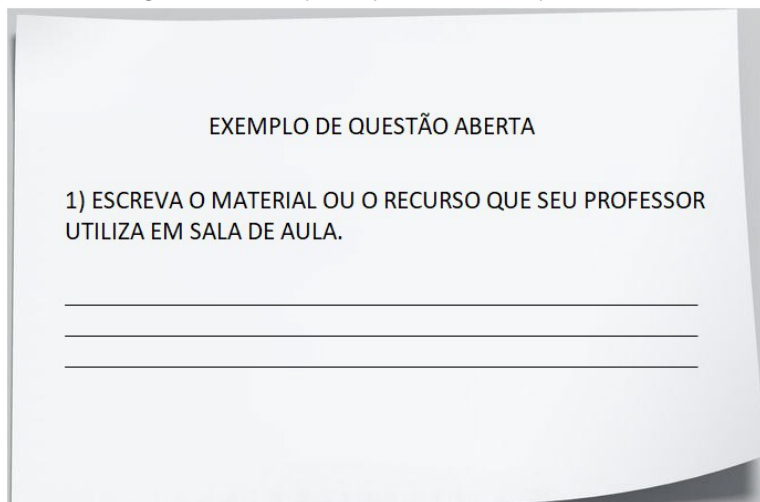
Com essa questão o pesquisador vai identificar o que o docente utiliza em sua aula, reportando-se aos materiais e recursos que obteve em resposta a questão proposta. É lógico que poderia ser somente uma questão aberta, não induzindo o participante para algum tipo de material ou recurso. Entretanto, essa decisão vai caber ao pesquisador, pois somente ele vai compreender o que é necessário obter como resposta. Ressaltamos que o pesquisador deu oportunidade ao participante de colocar outros materiais e recursos, quando criou um item para ele acrescentar outras possibilidades, as quais não foram contempladas pelo pesquisador.

Sempre que possível, em um questionário, o pesquisador deve deixar espaço para o participante colocar outras respostas. Dessa forma, pode utilizar expressões como: outro ou outros, justifique, explique, contribua, conte etc. Abrindo espaço para essa possibilidade, o pesquisador permite ao participante contribuir com a pesquisa e, ao mesmo tempo, sentir-se protagonista dos resultados que serão encontrados. Essa estratégia é uma maneira de produzir mais dados e, também, dar certa autonomia ao participante. Essa autonomia pode afetar diretamente o participante, pois ele pode sentir-se como parte

importante da pesquisa, em que sua resposta tem certo peso para as análises.

Devemos ressaltar que as questões abertas (Figura 27), sem indução alguma de possibilidades para o participante, pode dificultar a resposta, devido ao não entendimento do que o pesquisador quer saber, cabendo, assim, maior explicação por parte dele. Outro dificultador é na hora da análise, mas é algo que o pesquisador vai saber resolver, mais adiante daremos possibilidades de análise.

Figura 27 – Elaboração de questão aberta de questionário

A imagem mostra um exemplo de uma questão aberta de questionário. No topo, o texto "EXEMPLO DE QUESTÃO ABERTA" está centralizado. Abaixo dele, a pergunta "1) ESCREVA O MATERIAL OU O RECURSO QUE SEU PROFESSOR UTILIZA EM SALA DE AULA." também está centralizada. Na base da questão, há três linhas horizontais paralelas para a resposta.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

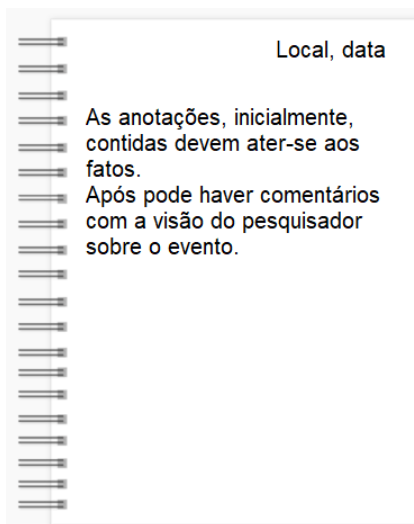
Existem várias possibilidades de instrumentos a serem utilizados em uma pesquisa. Quando estamos utilizando a abordagem metodológica qualitativa é imprescindível ter como instrumentos essenciais a observação e o diário de campo. Podemos, ainda, considerar como instrumentos relevantes em uma pesquisa de abordagem

qualitativa, o questionário, a entrevista, o memorial, as rodas de conversa, as técnicas projetivas etc.

8.1.4.2 DIÁRIO DE CAMPO



O diário de campo é uma ferramenta de pesquisa que permite sistematizar as experiências vivenciadas pelo pesquisador, realizadas em suas observações *in lócus*. Podemos assegurar que essas anotações podem complementar a análise dos dados para a obtenção dos resultados. Podemos, ainda, ressaltar que as anotações contidas em um diário de campo são informais. De acordo com Falkembach (1987, p. 21) um diário de campo “consiste num instrumento de anotações - um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexão - para uso individual do investigador no seu dia-a-dia¹, tendo ele o papel formal de educador, investigador, ou não”. Consequentemente, não implica somente em anotar eventos e acontecimentos, sugere que deva haver comentários, os quais o pesquisador já se coloca após anotação do evento.



O diário de campo é um recurso de pesquisa no qual o pesquisador faz anotações em tempo real. Para Alaszewski (2006) o diário de campo

¹ Apesar de na nova ortografia a expressão dia a dia não ser mais escrita com hífen, optamos por deixar escrita do jeito que se encontra no texto original do autor.

é um documento no qual o pesquisador faz apontamentos regulares de maneira pessoal. Para o autor há quatro características básicas de um diário de campo: regularidade, pessoalidade, contemporaneidade e maneira de registro da informação. Na regularidade, Alaszewski (2006) afirma que o diário deve ser organizado sequencialmente, com registros regulares e datados ao longo de um período. As anotações que constarão no diário de campo podem ser estabelecidas em intervalos de tempo fixos, ou seja, o pesquisador pode anotar a cada dia ou vincular as anotações à eventos específicos.

No que diz respeito a pessoalidade, Alaszewski (2006) aborda a ética do pesquisador sobre o controle das anotações realizadas, não permitindo que caiam em outras mãos ou, ainda, o pesquisador assume uma aceitação tácita de que outras pessoas acessem o diário, pessoas estas, participantes da pesquisa. A contemporaneidade está relacionada as entradas, as quais são feitas no momento ou próximo o suficiente do momento em que os eventos ou atividades ocorrem para que o registro não seja distorcido por problemas de recuperação (Alaszewski, 2006).

Sobre o registro ou a maneira como o pesquisador faz as anotações no diário de campo, Alaszewski (2006) ressalta que a escrita deve conter aquilo que o pesquisador considera relevante e importante, quando o episódio ocorre. Assim sendo, essas anotações podem incluir eventos, atividades, interações, impressões e sentimentos. O registro geralmente assume a forma de um documento escrito estruturado no tempo. Os comentários e percepções do pesquisador podem ser escritos após a anotação do fato.

8.1.4.3 OBSERVAÇÃO



A observação realizada em uma pesquisa caracteriza-se como a interação entre pesquisador e sujeitos no contexto de pesquisa, em que o pesquisador vai recolhendo e produzindo os dados de maneira discreta. Nas observações estão envolvidos os sentimentos e percepções do pesquisador. Para Wilkinson e Birmingham (2003) o pesquisador está interessado nas pessoas e nas maneiras como elas agem, interpretam e entendem o mundo ao seu redor. Afirmamos que a maneira como as pessoas veem e entendem o que está ao seu redor desempenha um certo papel na maneira como comportam-se, agem e interagem com os outros.

Nessa ótica, a observação é uma ferramenta de utilidade extrema para o pesquisador. Ela permite que o pesquisador entenda melhor o que acontece em situações complexas do mundo real. Observar é muito mais do que apenas ver o que acontece. Observar envolve olhar com foco e sistemática. Wilkinson e Birmingham (2003) afirmam que olhar é uma das habilidades da observação. Segundos os autores, a observação inclui outras habilidades, tais como ouvir, participar, contribuir, perseguir, questionar, comunicar, interagir, compartilhar, reprimir, recuar, negociar, cronometrar, registrar, descrever, dentre outras.

Antes de iniciar a viagem observacional o pesquisador precisa interrogar-se se está preparado para realizá-la, ou seja, se tem capacidade para além de ver o fato, olhar através dele e direcionar-se para as entrelinhas do evento. Se tem condições de explorar os sentimentos, de descrever o fato e, após, fazer os comentários necessários, sem tomar partido por um ou outro sujeito que está envolvido no evento. Desse modo, o pesquisador precisa considerar

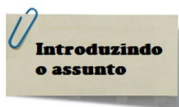
alguns aspectos para constatar se realmente deve utilizar a observação na pesquisa.

Segundo Wilkinson e Birmingham (2003) o pesquisador deve considerar para o uso da observação alguns aspectos a seguir:

- a) as maneiras como as pessoas se comportam e interagem umas com as outras em um ambiente social são importantes para sua pesquisa.
- b) você está interessado em pesquisar contextos sociais e o que acontece neles.
- c) a melhor maneira de pesquisar o que você quer saber deve ser experimentado por si mesmo.
- d) o contexto dos eventos que você está pesquisando é importante.
- e) os registros serão complementos úteis para outros instrumentos de pesquisa.
- f) é uma abordagem flexível para pesquisa.

Podemos constatar que a observação se faz um instrumento relevante para a pesquisa, estando sempre aliada ao uso do diário de campo.

8.1.4.4 QUESTIONÁRIO



O questionário pode ser classificado como o instrumento preferido dos pesquisadores. Por que isso ocorre? Podemos inferir por ser um instrumento eficaz para coletar dados quando pesquisamos diferentes pessoas, além do que pode ser estruturado e gerenciado pelo pesquisador. Outros aspectos para a utilização de questionário em pesquisas são a praticidade, a simplicidade e a eficiência das produções dos dados e disponibilização deles. Entretanto, o pesquisador deve considerar o baixo retorno quando os questionários são entregues aos participantes para serem buscados algum tempo depois. Deve considerar, ainda, que mesmo que

haja devolutiva total, alguns desses questionários podem regressar em branco. Estes são os riscos que o pesquisador deve estar preparado para correr quando utiliza questionário na pesquisa.

Wilkinson e Birmingham (2003) acreditam que os questionários podem ser projetados e usados para coletar grandes quantidades de dados de uma variedade de entrevistados. Os autores afirmam que os questionários podem ser rapidamente analisados depois de concluídos. “Um questionário eficaz é aquele que permite a transmissão de informações ou dados úteis e precisos do respondente ao pesquisador”² (Wilkinson; Birmingham, 2003, p. 8). E como isso ocorre? O pesquisador precisa apresentar as questões ou itens do questionário de maneira precisa, concisa e coerente para que o participante consiga interpretar, articulando suas ideias às respostas pedidas e as transmita de maneira efetiva ao pesquisador.

Um questionário pode apresentar uma gama de perguntas, sendo orientado por variados assuntos. Entretanto, optar por um questionário longo, pode significar, inicialmente, a desistência do participante. O pesquisador precisa dosar as perguntas de maneira que consiga o máximo de respostas. Os questionários, em sua maioria, são compostos por uma sequência variada de questões como meio para abordar o tema. As mais frequentes são as perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha ou de classificação. Muitos questionários, elaborados por pesquisadores, utilizam perguntas fechadas do tipo dicotômicas, ou seja, o pesquisador vai obter respostas do tipo sim/não; certo/errado; concordo/discordo; dentre outras maneiras dicotômicas. Essas

² No original: “An effective questionnaire is one that enables the transmission of useful and accurate information or data from the respondent to the researcher”.

perguntas são válidas, mas o pesquisador precisa atentar-se para respostas desse tipo, pois pode não resultar em análises mais elaboradas.

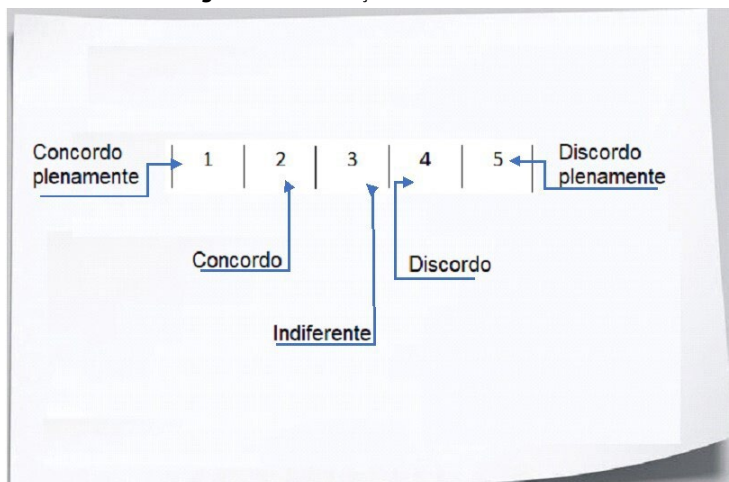
Sobre as questões de múltipla escolha, o pesquisador vai predefinir uma série de respostas, as quais considera passíveis e possíveis de obter resultados satisfatórios para a pesquisa. No entanto, o pesquisador precisa ficar atento para os prós e contras desse tipo de questão. Uma vantagem facilitadora ocorre na hora da análise, em que o pesquisador já tem, basicamente, suas categorias de análises e com as quais vai poder chegar aos resultados de pesquisa. Como desvantagem temos a necessidade de uma maior reflexão sobre aquilo que o pesquisador quer obter como resposta, pois predefinindo opções já direciona as respostas. Outra desvantagem diz respeito a cercear a ideia do participante. Consequentemente, há a necessidade de um projeto piloto, com o qual o pesquisador vai observar se há ou não um direcionamento de respostas e se as respostas obtidas são suficientes para realizar a análise e chegar aos resultados de pesquisa.

Já as questões do tipo abertas não impõem restrições referentes ao cerceamento das ideias dos participantes, possibilitando quaisquer tipos de respostas. Uma desvantagem é a dificuldade em estabelecer uma linha de análise nesse tipo de questão. O pesquisador ao permitir qualquer tipo de resposta, opta por realizar a análise de cada uma das respostas individualmente, codificando ou categorizando algumas ideias-chave, as quais possam revelar o significado da resposta. Essas categorias podem ser pré-estabelecidas, em que o pesquisador assume receber algumas respostas dos participantes. O pesquisador pode, ainda, após obter as respostas, fazer a categorização a partir das

respostas obtidas. A vantagem desse tipo de questão é buscar compreender a subjetividade contida nas entrelinhas das respostas.

Existem, ainda, questões do tipo escalar, ou seja, o pesquisador constrói uma escala que pode variar de um aspecto muito negativo, chegando ao outro extremo, em um aspecto muito positivo, passando por algumas outras categorias intermediárias. Para Wilkinson e Birmingham (2003) existem várias maneiras de dimensionar as respostas. Segundo esses autores, uma das abordagens mais populares é a escala de Likert que foi publicada em 1932. Esta escala, como muitas outras, mede atitudes para definir afirmações colocadas pelo questionário. A escala de Likert tem equilíbrio entre os itens apresentados, como observado na Figura 28, que é apenas um exemplo de como elaborar essa escala, já que existem outras opções para estabelecer como padrão de respostas.

Figura 28 – Elaboração de Escala de Likert



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Uma das desvantagens de utilizar escalas em pesquisas é que o pesquisador só poderá analisar o grau de concordância ou discordância do participante em relação às perguntas, não sabendo os motivos que o participante tem para concordar ou discordar sobre algum tema. Geralmente, este tipo de questão é utilizado para pesquisa de opinião a respeito de algum produto ou alguma personalidade ou, ainda, pode ser um recurso para verificar o grau de aceitação ou rejeição de representantes de instituições e políticos em épocas de eleições.

8.1.4.5 ENTREVISTA



Outro instrumento muito utilizado pelos pesquisadores é a entrevista. Frequentemente uma entrevista está associada a uma conversa entre pesquisador e participante. Entretanto, uma entrevista vai além, pois não se trata de uma conversa informal ou casual. Em uma entrevista o pesquisador vai obter informações mais detalhadas sobre um tema. Wilkinson e Birmingham (2003) afirmam que a entrevista exige mais recursos, inclusive exige que o pesquisador extraia as informações dos participantes individualmente. Para esses autores, as entrevistas podem durar mais de uma hora e produzir grandes quantidades de dados, já que as entrevistas dão ao pesquisador uma visão mais ampla do significado e da importância do que está acontecendo sobre o assunto abordado, bem como a compreensão do participante sobre ele.

Wilkinson e Birmingham (2003) acreditam que existem alguns passos a serem seguidos para a condução de uma entrevista, a saber: rascunhar a entrevista; fazer um teste piloto com as perguntas para verificar a validade delas; selecionar os entrevistados; conduzir as

entrevistas e analisar os dados da entrevista. Existem três tipos de entrevistas: a) não estruturada que tem uma abordagem flexível, sendo orientada pelo interesse do participante, o que pode ocasionar o desvio do tema; b) semiestruturada há menos flexibilidade, com perguntas pré-determinadas, mas dando possibilidades ao participante de trazer outros focos sobre o tema e; c) estruturada em que o pesquisador assume o controle da entrevista com todas as perguntas pré-determinadas.

Ressaltamos que o pesquisador pode preparar um roteiro de entrevista, em uma progressão lógica, no qual elabora uma lista de questões-chave, as quais cobrirão questões importantes para a pesquisa e que não podem ser esquecidas. A elaboração de questões-chave dá possibilidades de que sejam realizadas a todos os participantes as mesmas questões. Estabelecer esse padrão em uma entrevista é importante para fazer comparações, estabelecer similitudes e divergências de opiniões entre os participantes.

Wilkinson e Birmingham (2003) sugerem que o pesquisador deve utilizar a técnica do afunilamento para a sequenciação dos tópicos de uma entrevista. Segundo esses autores, usando a técnica de afunilamento, as perguntas passarão de perguntas de abertura gerais para perguntas mais específicas e focadas, dando abertura ao participante de organizar logicamente suas ideias a respeito do assunto abordado.

8.1.4.6 MEMORIAL DESCRITIVO



Pense no que seja um memorial. Geralmente, o memorial descritivo é elaborado para propostas de empregos, entradas em instituições de ensino de pós-graduação, entre outros. Nesse memorial, quem o escreve, relata experiências

acadêmicas, profissionais e pessoais. Assim analisado, o memorial descritivo é considerado uma narrativa autobiográfica escrita, na qual o participante vai descrever suas vivências sobre um determinado tema, sobre o qual o pesquisador convidou-o a fazer a autonarrativa. Nessa lógica, cada participante, individualmente, vai relatar suas experiências e vivências e desses relatos o pesquisador vai retirar aquilo que é importante para a pesquisa.

Passeggi, Nascimento e Oliveira (2016, p. 113) afirmam que “as narrativas na primeira pessoa constituem, há quase um século, fontes privilegiadas no campo epistêmico da pesquisa qualitativa interpretativista”. Segundo as autoras, a utilização da narrativa autobiográfica é assumida pela legitimidade dos sujeitos em serem capazes de descrever sua própria história e refletir sobre ela. Passeggi, Nascimento e Oliveira (2016, p. 114) trazem o conceito de “reflexividade autobiográfica como uma disposição humana para refletir sobre si e as experiências vividas”. Dessa maneira, é possível compreender os sentidos atribuídos por cada participante.

A pesquisa efetivada em uma realidade implica a investigação de subjetividades tanto pessoal quanto social. Implica, ainda, a apreensão das crenças, valores, ideias, o conhecimento empírico de cada participante. A exploração dos sentidos e dos significados atribuídos em cada ação por cada participante, permite-nos alcançar aqueles atribuídos socialmente. É com esse olhar que as narrativas autobiográficas se interpõem em uma pesquisa, ou seja, é compreender a experiência humana, desenvolvida em certa realidade, apreendida pela versão do próprio autor das ações passadas, revisitadas em descrições de fatos que ficaram em sua memória.

Lindón (1999, p. 298) resalta que “[...] cuando un narrador nos cuenta fragmentos de su vida, de sus experiencias, estamos accediendo a una narrativa sobre ciertos procesos y relaciones sociales puestos en juego en una vida concreta, que nos invitan a interpretarla en varios planos”. O que significa que o pesquisador realiza um processo interpretativo sobre o relato do participante. Cabe ressaltar que no memorial descritivo, o pesquisador não tem acesso a interpretação de escuta, isto é, não tem acesso aos sentimentos passados a respeito do fato, mas geralmente o participante coloca em sua escrita alguns traços característicos que podem dar pistas desses sentimentos. Cabe, portanto, ao pesquisador ler nas entrelinhas de um memorial para desvelar resquícios afetivos que foram rememorados desses eventos.

O memorial descritivo, como narrativa de escritas rememoradas e interpretadas, elaborado pelo próprio praticante da ação envolve relatos experienciais, o que se conjectura que em “[...] uma história pressupõe que o narrador dá sua própria estrutura à sua narração, constrói um fio peculiar³” (Lindón, 1999, p. 298, tradução livre nossa). Consequentemente, o pesquisador precisa ficar atento a estrutura narrativa elaborada pelo participante para descrever o evento. A estrutura narrativa é a essência da intenção descritiva elaborada pelo participante, como um fio condutor que traz descrições consideradas significativas e que ele se reconheça nelas.

Diante disso, recorreremos a Lindón (1999) quando afirma que a estrutura narrativa apresentada pelo participante é uma tradução íntima para o compartilhamento das experiências vividas por ele, de

³ No texto original: “un relato supone que el narrador le da una estructura propia a su narración, construye una hilación peculiar”.

maneira que o pesquisador possa compreendê-las. A linguagem escrita utilizada já traduz intimamente a transformação ocorrida como estratégia de melhor dar a entender suas ideias. Esse discurso construído não modifica o evento, mas permite ao pesquisador ascender ao contexto e ao próprio evento no momento ocorrido. Portanto, o memorial descritivo traz saberes compartilhados, evidenciados em sua trajetória de ocorrência.

Uma das vantagens do memorial descritivo é que o pesquisador pode contactar o participante por meios de recursos tecnológicos, via internet, já que não há a necessidade de estar face a face com ele. Impõe-se, entretanto, que tanto pesquisador quanto participante já mantenham contato ou que tenha sido feito o contato inicial. Outra vantagem é a possibilidade de acrescentar mais participantes à pesquisa e realizar comparações entre as narrativas descritivas, seja por similitudes, seja por divergências, no que diz respeito a um mesmo evento ou assunto. Um ponto que cabe ser destacado é quanto a proteção desse material. Nessa ótica, o pesquisador como proprietário desses memoriais deve mantê-los afastados de pessoas que não fizeram parte da pesquisa, como recurso para resguardar o sigilo dos participantes e de suas narrativas.

8.1.4.7 RODA DE CONVERSA



Iniciamos trazendo Paulo Freire porque ele utilizava a roda em seu trabalho, a qual ele denominava de círculo de cultura. Quando pensamos em roda de conversa o que vem à mente é a circularidade que se impõe nesse tipo de instrumento. A circularidade confere à roda de conversa um espaço de trocas, de

subjetividades socializadas, tal qual, de coletividade construída pelos participantes. Pensar a forma circular remete-nos para a estratégia de direcionar o olhar de todos para um ponto central, estabelecido como um ponto de conexão entre todos. Além disso, no círculo todos assumem a mesma posição de destaque, estabelecendo contato que pode ser de estranhamento ou de pertencimento ao grupo que foi constituído por meio da roda de conversa.

Oriolo (2015 apud Silva, 2016) afirma que o círculo ou a roda de conversa faz parte de manifestações culturais de determinados grupos socioculturais. Para a autora, tanto a forma circular quanto a roda de conversa são entendidas como um recurso para transmissão de saberes e fazeres passados de geração em geração, como “[...] rememoração da história de comunidades e grupos para a apropriação e ressignificação da cultura. Essa forma circular representa, muitas vezes, a essência de um trabalho coletivo que se efetiva por meio de comunidades” (Oriolo, 2015 apud Silva, 2016, p. 46). Exposto isso, constatamos que a roda de conversa é uma estratégia utilizada há bastante tempo no decorrer da formação da humanidade nos grupos socioculturais originários.

Na roda de conversa reunimos certo grupo de pessoas, no qual essas pessoas têm conhecimento sobre um determinado assunto ou evento. Para Pinheiro (2020, p. 4) “a utilização de rodas de conversa é estabelecida sob o propósito de dar voz aos sujeitos, visando possibilitar sua participação efetiva no processo, à medida que lhes são facultadas falas dialógicas pelas quais se espera o aporte de seus saberes”. Esse entendimento corrobora Mattos (2020, p. 218) quando afirma que “dar voz a cada participante e perceber-se ouvido, promove a construção da autonomia, desenvolve o pensamento lógico e favorece o discurso”.

Consequentemente, o pesquisador quando opta por realizar uma roda de conversa está focando no conhecimento que cada participante pode contribuir para a análise e discussões elaboradas na escrita da pesquisa.

Moura e Lima (2014, p. 99) trazem para o debate sobre a roda e as narrativas contidas ou intermediadas, o entendimento de que “a roda de conversa é, no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão”. A roda de conversa permite ao pesquisador, ao mesmo tempo, partilhar conhecimentos e registrá-los descritivamente. Permite, ainda, desenvolver reflexões sobre as interações e os estranhamentos entre os pares.

Obviamente que em uma roda de conversa o pesquisador assume postura de ser participante também, já que deve colocar-se junto com os demais. Essa atitude pode favorecer a troca entre todos. É oportuno afirmar que estabelecendo essa estratégia o pesquisador passa a ser visto como um participante também, o que pode facilitar maior apreensão de relatos. Não queremos dizer com isso que o pesquisador deva interferir nas narrativas que são expostas pelos participantes. Cabe ao pesquisador se colocar como um mediador e interferir quando as narrativas fugirem ao foco do que ele precisa coletar. Sua participação será mais de ouvinte que narrador.

8.1.4.8 TÉCNICA PROJETIVA



São poucos os instrumentos de base psicológica que dão suporte para produzir dados em pesquisas. A técnica projetiva é um desses instrumentos e é conhecida como técnica

de motivação. As técnicas projetivas são utilizadas como uma maneira indireta de coletar os dados necessários à pesquisa, para revelar sentimentos, crenças, atitudes e motivações. Nessa lógica, as técnicas projetivas auxiliam os participantes a exporem perspectivas internas de maneira confortável, ou seja, sem que os participantes percebam essa exposição.

As técnicas projetivas envolvem estímulos ou situações com os quais o participante projeta sua opinião a respeito. Entendemos que as técnicas projetivas são um recurso para revelar os pensamentos e sentimentos mais íntimos de uma pessoa, os quais encontram-se no inconsciente. Também são usadas para descobrir os modos característicos da pessoa, suas percepções e comportamentos perante o mundo. Baseado na exposição de um estímulo, o participante exterioriza suas concepções, sentimentos e crenças. Nesses tipos de testes não existem respostas certas ou erradas.

Dentre as técnicas projetivas, que são utilizadas em pesquisas, encontramos o Teste de Associação Livre de Palavras – TALP. O TALP envolve escrever ou falar a primeira palavra que vier à cabeça em resposta a uma série de palavras enunciadas pelo pesquisador. Janczura *et al* (2016, p. 2) define TALP como “a associação livre de palavras, que se caracteriza experimentalmente em solicitar ao indivíduo que produza a primeira palavra (ou várias) que lhe vem à mente diante de uma pista”, ou seja, quando uma palavra é mencionada ou ouvida, sua representação é rememorada e ativada.

Outro instrumento utilizado em pesquisas é o Teste de Frases Incompletas – TFI. O TFI é composto por frases iniciadas, as quais o participante vai completar com as ideias que lhe vier à mente. O TFI

permite ao participante pôr à mostra conteúdos vinculados à situação em investigação. Assim, o TFI pode ser classificado como um teste projetivo, o qual facilita a compreensão da dinâmica realizada pelo participante para o processo de escolha das respostas. Há, ainda, outro instrumento utilizado em pesquisa que é Teste com histórias incompletas – THI, que segue a mesma lógica do TFI.

Saindo dos testes escritos, temos ainda, os testes que buscam imagens ou figuras para conseguir coletar certos posicionamentos dos participantes. Nesse rol temos o teste dos borrões de tinta em que o participante vai narrar o que vê em cada borrão representado nas telas. É um teste utilizado por pesquisadores da área de psicologia, pois envolve conhecer a personalidade do participante. Há, ainda, o teste com expressão facial, em que o participante escolhe uma expressão, após ouvir alguma palavra ou expressão. Sete emoções são representadas, a saber: alegria, tristeza, raiva, aversão, medo, surpresa e desprezo. Ressaltamos que são utilizados por pesquisadores da área de psicologia.

Se o pesquisador estiver pesquisando sobre a aprendizagem dos estudantes, existe um teste chamado “par educativo” em que o participante vai trazer à tona o vínculo estabelecido entre ele, o professor e o conhecimento. É um teste simples em que o pesquisador deixa uma folha, lápis e borracha disponível ao participante e pede que desenhe duas pessoas: uma que ensina e a outra que aprende. Ao final do desenho, o participante deve dar um título, colocar nomes nas figuras e idade e relatar o que acontece. Nesse tipo de teste podem ser estabelecidos vínculos: a) com os objetos de aprendizagem, b) com quem ensina e c) de quem aprendem consigo mesmo. Nesse teste, o pesquisador deve ficar atento aos detalhes contidos no desenho e no relato.

8.1.4.9 GRUPO FOCAL



Introduzindo o assunto

A técnica de grupo focal é utilizada há muito tempo. De acordo com Gatti (2005, p. 8) “a utilização do grupo focal, como meio de pesquisa, tem que estar integrada ao corpo geral de pesquisa e a seus objetivos, com atenção às teorizações existentes e às pretendidas”. Um instrumento para levantamento de dados precisa ser criterioso e condizente com as finalidades que o pesquisador pretende com o desenvolvimento da pesquisa.

Desse modo, o grupo focal envolve uma quantidade de pessoas escolhidas pelo pesquisador, as quais vão debater sobre o tema da pesquisa, partindo cada participante de suas experiências. Vale ressaltar que a condução de um grupo focal exige do pesquisador a não diretividade, ou seja, o pesquisador deve eximir-se de fazer afirmações ou negações sobre o que se fala, muito menos emitir sua opinião a respeito. Cabe ao pesquisador intermediar o processo de conduzir as narrativas para que não haja fugas a respeito do tema proposto. As trocas estabelecidas em um grupo fazem parte da captura de sentimentos, crenças, reações e atitudes em relação ao tema proposto.

Uma vantagem da realização de grupo focal em pesquisas é produzir uma maior quantidade de informações em um espaço de tempo menor, desde que o pesquisador elabore um roteiro para conduzir as narrativas sobre o tema. Gatti (2005, p. 11) afirma que:

A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão das ideias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros.

Nessa lógica, o pesquisador precisa facilitar a interação entre os participantes do grupo focal, estabelecendo um diálogo cordial em que cada um aborde seu ponto de vista, narre suas experiências e expectativas e que perceba que seu relato é parte da contribuição ao desenvolvimento de pesquisa.

8.1.4.10 CARTAS PEDAGÓGICAS



Vamos trazer um instrumento que atualmente está sendo utilizado em pesquisas, Paulo Freire gostava de utilizar como narrativas de experiências, que são as cartas pedagógicas. Escrever uma carta é algo que parece simples, certo? Tem sempre as saudações iniciais, o texto e as despedidas finais. É como um e-mail quando olhamos para os meios digitais. Entretanto, uma carta pedagógica tem a intenção de produzir conhecimento ou dados para uma pesquisa. Utiliza a dialogicidade em que, quem escreve, vai promover um diálogo com quem vai ler a carta. De acordo com Dickmann (2020, p. 38) “a estrutura de uma carta pedagógica é mais maleável, [...]”, dando possibilidades a que mais pessoas sejam impulsionadas a escrever sobre suas experiências e vivências, aprendizagens e conhecimentos.

Dickmann (2020) explora dez características da carta pedagógica. Segundo o autor, a primeira característica é o ponto de partida, ou seja, escrevemos o que vivemos e de onde vivemos, expressando nossa vida. A segunda característica é o objetivo, ou seja, devemos pensar a intenção sobre o que escrevemos para que possamos estimular nossas ideias a respeito do tema. A terceira característica é entender por que a carta que escrevemos é pedagógica. Para Dickmann (2020) o que

diferencia uma carta pedagógica de uma carta comum é o desejo de produzir conhecimento e a postura política que assumimos ao escrevê-la. De acordo com o autor “a carta pedagógica parte de uma posição política e pedagógica claramente definida. Ela tem intenção clara de ser instrumento de diálogo, e, assim, ser pronunciamento de mundo” (Dickmann, 2020, p. 41).

O efeito que a carta pedagógica provoca no interlocutor é a quarta característica, segundo Dickmann (2020). Assim, o diálogo estabelecido entre escrevente e leitor é repleto de uma carga afetiva em que “uma extensão de mim se conecta ao outro” em um ato amoroso (Dickmann, 2020, p. 42). A quinta característica trata-se do conteúdo (Dickmann, 2020), ou seja, aquilo que vamos produzir na mensagem que contenha conteúdo propício à construção do conhecimento. O compromisso é a sexta característica (Dickmann, 2020), ou seja, o que você se dispõe a assumir com sua escrita, partindo de uma postura crítica e reflexiva e que, ao mesmo tempo, seja criativa e inovadora. Em seu diálogo você vai aprofundar aquilo que considera ser verdadeiro e pelo qual você toma como um caminho para ser o que escreve.

A sétima característica é a potência da carta (Dickmann, 2020), ou seja, a capacidade “de atingir as pessoas nos aspectos lógicos/racionais e de tocar o coração das pessoas” (Dickmann, 2020, p. 45). Essa potência vai afetar o interlocutor, vai despertá-lo afetivamente sobre aquilo que lê. Para quem escrevemos é a oitava característica (Dickmann, 2020). É nesse momento que vamos assumir o que escrevemos como um caminho para afetar o outro que fará a leitura. De acordo com Dickmann (2020, p. 46) “uma carta é pedagógica quando seu conteúdo interagir com o ser humano, quando comunicamos o humano de nós para o

humano do outro”. Nessa lógica, a carta pedagógica torna-se revolucionária e a serviço da humanização.

A resposta é a nona característica (Dickmann, 2020), ou seja, quem escreve anseia por resposta, por meio da troca, do debate, do diálogo, de algumas perguntas que não foram respondidas. Assim, a carta pedagógica é aberta à aprendizagem, mesmo que instigando a produção de conhecimentos. E a última característica é o método utilizado para a escrita da carta pedagógica (Dickmann, 2020). O autor afirma que as cartas pedagógicas estão abertas à criatividade do escritor e, como tal, assume uma postura dialógica no compartilhar experiências e vivências.

Vemos que a carta pedagógica é um instrumento de grande potencial para contar a história como realmente aconteceu, porque só podemos contar aquilo que vivemos, como vivemos e onde vivemos. Paulo Freire, inspirador dessas cartas, escreveu várias e em cada uma há uma história contida em um momento pessoal no espaço e no tempo do mundo. Os pormenores que cada carta conterà, vai depender de quem a escreverá. Cabe ressaltar, como afirma Camini (2012, p. 34) que as cartas pedagógicas são dirigidas “[...] ao público em geral, especialmente aqueles sujeitos que ainda são capazes de sentir indignação diante de algum mal cometido pelo opressor e, por isso mesmo, se colocar em defesa do oprimido”. É assim que devemos analisar uma carta pedagógica.

A intencionalidade de uma carta pedagógica é contar a história, trazendo fatos que somente aqueles que viveram essa história detêm, capturando sensibilidades em cada palavra contida, em cada frase criativamente articulada no momento histórico. A leitura cuidadosa, observando as entrelinhas, revelam-nos pistas desafiadoras e

reflexivamente acolhedoras. Leva-nos a conhecer a história por quem participou dela.

8.1.5 INSTRUMENTOS SECUNDÁRIOS



Cabe, ainda, esclarecer que o pesquisador pode utilizar instrumentos secundários em suas análises. O que vem a ser um instrumento secundário? Entendemos como instrumento secundário aquele documento que é produzido por outros, especificamente, atas, memorandos, relatórios, legislação, PPP, regimentos, dados estatísticos etc., os quais contêm algumas informações que podem ajudar para a desenvolvimento da análise de dados.

Dessa maneira, esses instrumentos secundários são registros de outras pesquisas ou de ações daqueles que participaram de sua elaboração. Alguns desses documentos podem estar disponíveis somente nas instituições de origem, outros podem estar disponíveis na internet em sites de instituições governamentais ou não, já que algumas instituições têm o seu próprio site.

De posse desses documentos, o pesquisador vai produzir alguns dados que possam ratificar ou retificar algumas respostas obtidas, mas deve ter o cuidado de não melindrar os participantes da pesquisa. Isso poderia estremecer o relacionamento entre pesquisador e pesquisados. Faça alusão às evidências estritamente necessárias.

8.1.6 ANÁLISE DOS DADOS



Vamos iniciar apresentando cada uma das palavras separadamente, aspecto necessário para o entendimento do que significa realizar a análise dos dados. A palavra

análise vem do grego *análysis*, que significa desfazer. Partindo da etimologia da palavra análise, entendemos análise como partição. Assumimos que o verbo analisar significa realizar um exame detalhado de alguma coisa ou alguém. Tomando análise como o parcelamento ou a separação do todo em partes, ela consiste em um exame minucioso dessas partes. A palavra dados significa informações ou conhecimentos de algum assunto ou alguém. Dados é originário do latim, *dátus*, que significa apresentado ou entregue. Nessa lógica, análise dos dados significa o exame minucioso das partes do todo da informação apresentada ao pesquisador.

Para realizar a análise dos dados produzidos, o pesquisador tem algumas questões éticas que precisam ser pensadas. A primeira diz respeito ao sigilo, ou seja, proteger o anonimato dos participantes. Para isso é necessário estabelecer apelidos ou pseudônimos para a identificação de cada participante da pesquisa. Essa tarefa pode ser realizada quando o pesquisador está adquirindo os dados, estabelecendo essa identificação ou, ainda, pedir ao participante que dê um apelido ou codinome para si.

Outra questão diz respeito a proteção do material produzido, ou seja, quanto tempo o pesquisador precisa manter guardado tudo que foi produzido para a pesquisa. Alguns autores recomendam de cinco a dez anos (Sieber, 1998). Manter a guarda desse material significa analisá-lo para não cair em mãos não apropriadas para a segurança e sigilo dos participantes. Há, ainda, uma outra questão que é compreender quem é proprietário dos dados depois de analisados. Assumimos que o pesquisador é o proprietário, portanto, cabe a ele evitar o compartilhamento dos dados com outras pessoas, as quais não estejam

envolvidas na pesquisa. Esse compartilhamento deve ocorrer em livros e artigos científicos, garantindo todos os procedimentos éticos necessários.

Mais uma questão ética diz respeito a interpretação dos dados produzidos. O pesquisador precisa fornecer relatos concisos e condizentes com aquilo que foi produzido para a informação ter veracidade. Uma maneira de garantir a confiabilidade e veracidade é incluir o uso de uma ou mais das estratégias para verificar a precisão dos dados. Além disso, o pesquisador não pode fazer uso de “achismo”, tampouco interpretar os dados de maneira que obtenha como resultado aquilo que ele acredita ser verdade. É necessário, ao pesquisador, se ater aos dados produzidos em campo e analisá-los, trazendo o referencial teórico para consolidar as interpretações e discussões necessárias para ratificar os dados.

Constatamos que a análise e discussão dos dados é uma maneira de defender ou apresentar os prós e os contras do assunto ou tema. A finalidade da análise e discussão dos dados é esclarecer o objeto da pesquisa em seus detalhes, estabelecendo relações de causas e consequências e apresentando inferências de acordo com o referencial teórico apresentado. Quando o pesquisador realiza a análise dos dados, ele espera obter os resultados da investigação com maior precisão e que estes sejam satisfatórios para a comunidade e os participantes.

Ressaltamos que o pesquisador precisa estar alerta para não produzir dados, os quais não adquiriu por intermédio dos participantes ou na própria comunidade. Sua base de análise são os dados produzidos *in lócus*. Consequentemente, para defender as discussões e resultados apresentados, reafirmamos como conceito de análise dos dados o exame

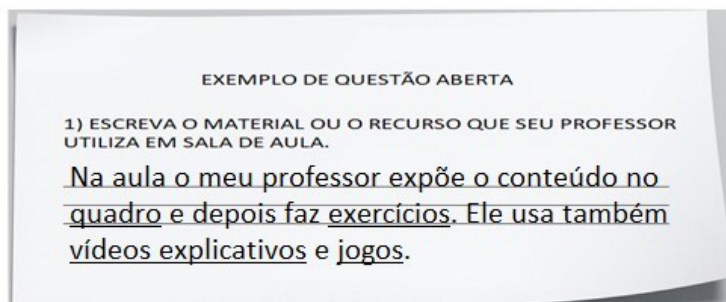
minucioso e detalhado das partes do todo que contém a informação apresentada ao pesquisador.

8.1.6.1 UNIDADES DE ANÁLISES



O que são unidades de análises? Se voltarmos ao conceito de análise dos dados constatamos que essas unidades são as partes do todo. Para sistematizar esses dados realizamos a análise, retirando palavras que são essenciais na resposta. A esse parcelamento do todo que foi produzido chamamos unidades de análise. Observe na figura 29 um exemplo de resposta.

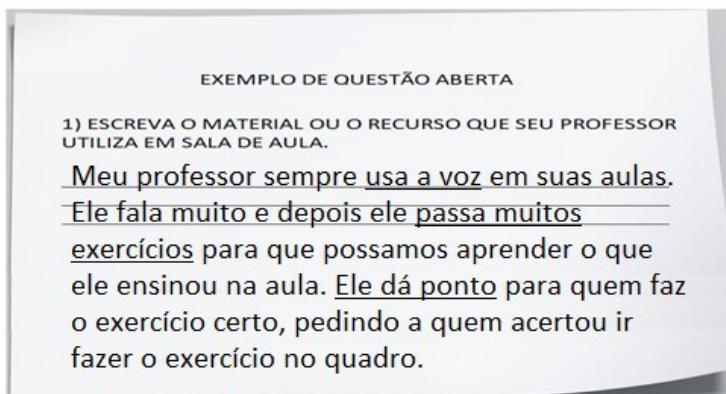
Figura 29 – Elaboração das unidades de análise



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As palavras sublinhadas são as unidades de análise dessa resposta.

O que interessa nas respostas obtidas são os materiais e os recursos que o professor utiliza para fazer aulas. Como exemplo, observe na figura 30 outro tipo de resposta.

Figura 30 – Outro exemplo de resposta

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Pela resposta, existe alguns dados a respeito da aula do professor, os quais não vamos entrar no mérito da questão. Já que o que queremos são materiais e recursos. Se ele usa a voz, por analogia ele faz aula expositiva que é um recurso comunicativo. Se ele passa exercícios, ele usa o quadro ou o livro didático que são materiais. Se ele dá ponto, ele está realizando um tipo de avaliação, portanto é um recurso didático. Assim, o pesquisador precisa estar atento as nuances que cada resposta possa trazer, não descartando de imediato qualquer resposta por não conter explicitamente o material ou recurso que pretendemos observar na resposta.

Como primeiro caminho o pesquisador coletará as respostas e a partir delas vai retirar as unidades de análise. Geralmente, é feito assim. Entretanto, o pesquisador pode optar por pré-estabelecer algumas unidades, antes mesmo de recolher as respostas, como podemos observar na figura 31.

Figura 31 – Elaboração das unidades de análise

Categorias teóricas	Categorias empíricas	Unidades de análise
1. Currículo da Licenciatura intercultural indígena	métodos de ensino	
	estratégias utilizadas	
	materiais e recursos	quadro e giz jogos vídeos cartazes textos mural didático livro memorial
	práticas docentes	
	necessidades dos estudantes	
	conteúdos abordados	

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

8.1.6.2 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS



Outra maneira de proceder a análise dos dados é realizar a categorização dos dados. O que significa categorizar? Significa ordenar, ou seja, é a especificação das respostas, dispostas de acordo com algum critério pré-estabelecido pelo pesquisador. Categorias são partes das respostas que apresentam aspectos característicos comuns ou que têm relações entre si. Assim, categorização dos dados está relacionado a uma ordenação por série ou algum tipo de classificação.

Lüdke e André (1986, p. 49) nos alertam que:

A categorização, por si mesma, não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações.

Utilizando a mesma estratégia para construir as unidades de análise, o pesquisador vai elaborar as categorias com as quais vai ordenar seus dados. Para Moraes e Galiuzzi (2006, p. 125):

[...] as categorias não nascem prontas, exigindo um retorno cíclico aos mesmos elementos para sua gradativa qualificação. O pesquisador precisa avaliar constantemente suas categorias em termos de sua validade e pertinência.

Cada categoria representa um conceito dentro de uma rede de conceitos que pretende expressar novas compreensões. As categorias representam os nós de uma rede. O pesquisador ao tecer sua rede precisa preocupar-se especialmente com os nós, ou seja, os núcleos ou centros das categorias.

Dessa maneira, a categorização (Figura 32) é um processo construtivo do pesquisador que precisa estar de acordo com aquilo que as respostas apresentaram. Partindo dos exemplos contidos nas figuras 28 e 29, poderíamos ter como categorias:

Figura 32 – Elaboração das categorias

RECURSOS	MATERIAIS
Aula expositiva Exercícios Avaliação participativa	Quadro de giz Jogos Vídeos explicativos

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Como podemos observar, o pesquisador vai construir um quadro com as categorias que for encontrando em cada uma das respostas. Ele pode ir marcando com traços as que se repetirem ao longo de sua categorização. Com isso, o pesquisador pode construir gráficos

percentuais, estabelecendo a quantificação das mesmas respostas obtidas e em cima disso realizar suas análises e discussões à luz do seu referencial teórico. Observe as figuras 33 e 34 com exemplos de categorização.

Figura 33 – Exemplo de categorização (Quadro)⁴
Quadro 1 - Quando erro o exercício (tarefa) de matemática ...

Inferidos pela pesquisadora		Respostas				
		Dadas pelos Alunos	6 Ano	7 Ano	8 Ano	9 Ano
Felicidade/ Alegria	Interesse	1. Pergunto/ Peço ajuda ao professor	4 resp	4 resp	3 resp	3 resp
		2. Apago e refaço/ Conjio	19 resp	17 resp	10 resp	13 resp
Infelicidade/ Tristeza	Medo/ Insegurança	1. Fico triste	3 resp	3 resp	3 resp	2 resp
		2. Fico tremendo/ nervoso/a	4 resp	2 resp	1 resp	1 resp
		3. Sempre erro	-	1 resp	1 resp	4 resp
Raiva	Desinteresse	1. Fico com raiva	5 resp	3 resp	2 resp	6 resp
		2. Deixo do mesmo jeito/ errado	1 resp	4 resp	6 resp	3 resp
		Não responderam	9	10	12	2

Fonte: Mattos, 2016.

Figura 34 – Exemplo de categorização (Percentual)⁵
▪ Resultados sobre os comportamentos de professores de matemática na visão de alunos do ensino fundamental II

Sentimentos	Respostas				
	Comportamentos do professor	6 Ano	7 Ano	8 Ano	9 Ano
Medo/ Tristeza	1. Estado psíquico do professor	11%	15%	16%	13%
	2. Excesso de tarefas	3%	2%	1%	1%
	3. Chamar ao quadro	7%	8%	13%	11%
	Não responderam	3%	2%	1%	1%

Fonte: Mattos, 2017/2018

⁴ O exemplo foi retirado do artigo “Sentimentos sobre os professores de matemática: a visão dos alunos do ensino fundamental II” da autora, apresentado no XII Congresso Argentino de Educación Matemática – CAREM em 2016.

⁵ O exemplo foi retirado do artigo “Comportamentos expressos pelo professor de matemática em sala de aula: a visão de alunos brasileiros do ensino fundamental II” da autora, apresentado no evento Relme 31 no Peru em 2017 e publicado na revista Acta Latioamericana de Matemática Educativa – Alme, v. 31, n. 1, p. 741-748, 2018.

Como podemos observar nos dois exemplos de Mattos (2016; 2017/2018), opções foram feitas para deixar evidenciado os dados adquiridos nas respostas dos estudantes. Assim, no primeiro exemplo, a autora optou por trazer a quantificação das respostas obtidas e os sentimentos por ela inferidos. Além disso, Mattos (2016) optou por trazer uma divisão das categorias a respeito dos sentimentos dos estudantes. Já no segundo exemplo, Mattos (2017/2018) optou por apresentar somente as porcentagens, focando em um sentimento e subdividindo em categorias de comportamentos expressos pelo professor. Essa subdivisão foi o que a autora coletou nas respostas dos estudantes e sobre essas categorias, ela inferiu o sentimento que estava aliado a essas respostas.

Queremos deixar evidente que não é tão simples elaborar categorias, devido o pesquisador ficar afetado pela necessidade de estabelecer parâmetros. Para Moraes e Galiazzi (2006, p. 125) “[...] é ilusão pensar que é obrigação do pesquisador captar o significado que os sujeitos da pesquisa pretenderam atribuir a suas afirmativas”. Assim sendo, o pesquisador deve mergulhar em suas análises impregnado por critérios rigorosos e evidentes. A lógica é não fugir ao estritamente coletado, produzindo categorias que possam ser retificadas ou ratificadas com base no que foi arrecadado. Gradativamente o pesquisador vai compreender a lógica contida na fragmentação das ideias de cada resposta.

8.1.6.3 TRIANGULAÇÃO



O conceito de triangulação marítima é baseado na técnica de localização de um objeto, em que se

tomam, pelo menos, três pontos diferentes para se determinar essa localização. Caminhando nessa lógica, a triangulação em pesquisa permite-nos comparar o fenômeno em estudo abordando diferentes configurações, por meio de métodos, de instrumentos múltiplos e de pessoas, em tempos e com base em fontes diferentes. Podemos afirmar que a triangulação é uma maneira de confirmar e validar diferentes estratégias utilizadas para produzir os dados, as análises e os resultados.

De acordo com Flick (2004a) existem quatro maneiras diferentes de utilizar a triangulação: a) a triangulação de dados que combina dados extraídos de fontes, momentos, lugares ou pessoas diferentes; b) a triangulação de pesquisadores que combina olhares de variados pesquisadores sobre um mesmo evento, equilibrando as interferências subjetivas; c) a triangulação de teorias que utiliza múltiplas perspectivas teóricas e; d) a triangulação metodológica que confronta um método ao outro para maximizar a validade dos dados produzidos. Zappellini e Feuerschütte (2015, p. 246-247) conceituam triangulação

[...] como um procedimento que combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos (ou amostras/objetos), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, com o propósito de consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado.

O que nos possibilita afirmar que a triangulação metodológica toma como ponto de partida alguns instrumentos e confronta-os para obter confiabilidade sobre a validação das análises e dos resultados encontrados. Flick (2004b) afirma que existem dois tipos de triangulação metodológica: a) triangulação dentro do método, isto é,

variadas maneiras de obter informação em um instrumento, utilizando subitens, escalas etc. e, b) triangulação entre métodos, ou seja, o pesquisador vai combinar diferentes instrumentos. Já a triangulação dos dados avança para o uso de diferentes fontes, ou seja, utiliza diversos sujeitos em locais e datas distintas.

Constatamos que tanto a triangulação metodológica quanto a triangulação dos dados caminham em direção ao enriquecimento das análises e discussões realizadas, tal qual, a validação dos resultados encontrados. Ressaltamos que a intenção de realizar triangulações é a produção de conhecimentos que ultrapasse a pura constatação evidente, constituindo-se em conhecimentos críticos e reflexivos sobre o que se pesquisa. Para Flick (2004b, p. 238) a triangulação deve ser utilizada como possibilidade para embasar o conhecimento, ampliando e complementando “[...] sistematicamente as possibilidades de construção do conhecimento”. A triangulação dá validade, amplia e aprofunda o escopo metodológico da pesquisa.

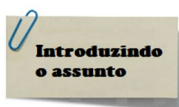
O pesquisador de posse dos dados produzidos por diferentes instrumentos vai evidenciar aquilo que sobressai em todos por similitudes ou diferenciações. Nessa lógica, o pesquisador vai observar o predomínio de palavras ou expressões ou frases que se repetem, vai buscar aquelas palavras, expressões e frases que promovam o diálogo com outros relatos, evidenciando a justaposição entre um instrumento e outro (Figura 35). A triangulação é muito utilizada em pesquisas que utilizam algum tipo de observação, bem como o diário de campo, permitindo assim validar os dados observados pelo pesquisador.

Figura 35 – Triangulação

Fonte: Autora, 2021

De acordo com Triviños (2009) a técnica de triangulação amplia a descrição, explicação e compreensão do foco em análise. O autor afirma ainda que é impossível conceber a existência de um fato ou fenômeno social isoladamente. Portanto, faz-se necessário a utilização de diferentes instrumentos para coletar variados dados. A análise dos dados faz a ligação entre os dados coletados e a descoberta de um conhecimento novo. Há que se ter em mente que ao analisar os dados, busca-se respostas para o problema de pesquisa e, para a realização desse aspecto, há que se incluir a conexão entre esses dados e o referencial teórico trazido no decorrer da pesquisa para embasar o conhecimento novo que está sendo produzido.

8.1.7 APRESENTAÇÃO DOS DADOS



Os dados podem ser apresentados em quadros, tabelas, imagens, excertos de narrativas, entre outros. A organização e apresentação dos dados é uma maneira de comunicar-se com o leitor de forma rápida, dando confiabilidade àquilo

que é exposto no texto. É nessa etapa que o pesquisador vai transformar os dados brutos coletados em dados apresentáveis, ou seja, de maneira que qualquer pessoa compreenda aquilo que está exposto, seja numérica ou textualmente.

Após ter realizado as categorizações, triangulações, análise de conteúdo, análise do discurso, da conversação e da fala, o pesquisador está apto a apresentar por diferentes meios os dados para poder promover as discussões necessárias no intuito de alcançar os resultados de pesquisa. Esse rol de fragmentos das respostas é preparado em gráficos, tabelas, quadros, esquemas, figuras, ilustrações etc., a fim de provocar maior entendimento sobre aquilo que o pesquisador alcançou. Apresentaremos os mais utilizados por pesquisadores para evidenciar os dados recolhidos, tabulados, categorizados e analisados.

8.1.7.1 GRÁFICOS



Os gráficos auxiliam-nos a organizar os dados, e sendo bem elaborado pelo pesquisador pode substituir de maneira simples e eficaz, dados que possam dificultar a compreensão. Não existe uma norma para o tipo de gráfico que seja adequado a um tipo de pesquisa. Entretanto, essa escolha tem relação com o tipo de informação que o pesquisador quer realçar. Sabemos que existem alguns tipos de gráficos, a saber: de barras, circulares (pizza), de linha, de setores, histogramas e fluxogramas.

De acordo com a ABNT 15287/2011 (Brasil, 2011) o gráfico é considerado uma ilustração. A escolha por um tipo de gráfico vai depender daquilo que o pesquisador quer expor em suas discussões a respeito dos dados recolhidos. É interesse que o pesquisador pode fazer

usar de quantos gráficos quiser. Entretanto, alguns pesquisadores optam por seguir apenas um modelo em suas análises e apresentação dos dados. Cabe ressaltar que quaisquer tipos de material coletado em pesquisa podem transformar-se em dados apresentáveis em gráficos, quer sejam em percentuais, estatísticas ou enxerto de narrativas, as quais são reestruturadas para categorias.

- a. **Gráficos de Barras ou colunas** – esse tipo de gráfico é utilizado para apresentar dados comparativos com diferentes variáveis. Cada coluna é representativa de uma informação no gráfico. Esse tipo de gráfico pode ser apresentado vertical ou horizontalmente, ou seja, “são representações formadas por retângulos alongados, de base assentada sobre uma linha horizontal ou vertical. No primeiro caso, têm-se gráficos de colunas; no segundo, os de barra” (Marconi; Lakatos, 2002, p. 199). Por serem alinhados pela base, a altura – no caso de gráficos de barra essa altura é o comprimento na horizontal – modifica de acordo com a variação da grandeza estabelecida. Contém uma legenda por cor especificando cada informação.
- b. **Gráficos circulares (Pizza)** – esse tipo de gráfico é utilizado quando o pesquisador quer apresentar a proporcionalidade entre as análises realizadas. Cada área do círculo representa uma informação com sua respectiva proporção numérica ou em percentual. Também contém legenda por cor específica para área.
- c. **Gráficos de Linha** – esse tipo de gráfico é utilizado para análises que apresentam quantidades crescentes e decrescentes de maneira que cada ponto seja unido a outro, realçando o movimento realizado em cada informação. Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 197) esse tipo de gráfico “representa alterações quantitativas sob a forma de uma linha reta ou curva, [...]”. Portanto, esse tipo de gráfico apresenta a direção da variação dos dados segundo a evolução da grandeza que está no eixo horizontal do gráfico. Também contém legenda por cor específica para cada linha. É largamente utilizado pelos pesquisadores por ser de fácil construção.

- d. **Gráficos de Setores** – esse tipo de gráfico é apresentado na forma circular e é utilizado para apresentar dados estatísticos e comparar categorias. O círculo é dividido de maneira que represente a porcentagem de cada área, estabelecida pelas análises realizadas pelo pesquisador. É utilizado quando o pesquisador tem muita informação a ser apresentada. Também contém legenda por cor específica para área.
- e. **Histogramas** – esse tipo de gráfico é utilizado para apresentar dados por distribuição de frequências. É semelhante ao gráfico de barras, só que apresenta a dispersão de cada classe. É utilizado para apresentar grandes quantidades de dados e apresentar comparações. Não precisa ser apresentado por cores.
- f. **Fluxogramas** – esse tipo de gráfico é representado por figuras geométricas. Pode ser de blocos, vertical ou horizontal. É utilizado para a criação de mapas mentais com indicação de algumas recursos e setas que direcionam o entendimento daquilo que é exposto, além de representar o processo.

8.1.7.2 TABELAS



As tabelas são recursos gráficos que auxiliam na apresentação dos dados, após serem codificados ou triangularizados pelo pesquisador. Tabela é originária do latim *tabella* que significa tábua pequena. Em analogia, tabela é uma tábua sistemática de consulta de dados. Existem algumas regras para a construção de uma tabela, mas essas não precisam ser rígidas. É necessário ao pesquisador ser criativo na elaboração de uma tabela. A tabela é organizada por colunas e linhas, sem fechamento nas laterais.

É recomendado que a tabela apresente o estritamente necessário para a compreensão, sem precisar consultar o texto. Os dados devem estar ordenadamente apresentados e suficientemente completos. É imprescindível que sua visualização tenha sentido e relação com aquilo que o pesquisador está descrevendo, sem haver necessidade de repetir,

no texto, o que está visível na tabela. É recomendado a não utilização de símbolos e abreviações em tabelas. São elementos essenciais de uma tabela: número sequencialmente apresentado e em algarismos arábicos, título, cabeçalho, colunas e linhas.

Para Marconi e Lakatos (2002, p. 191) “tabela é uma forma de disposição gráfica das séries, de acordo com determinada ordem de classificação. Seu objetivo é sintetizar os dados de observação, tomando-os mais compreensivos.” Para as autoras, a tabela é um recurso que auxilia na apresentação de semelhanças, diferenças e relações existentes entre os variados dados recolhidos pelo pesquisador no processo investigativo.

8.1.7.3 QUADROS



Os quadros são recursos gráficos que auxiliam na apresentação dos dados. São semelhantes às tabelas, com a diferença de conter fechamento nas laterais. Etimologicamente quadro é uma palavra latina “*quadrum*” que significa aquele que tem quatro lados. Supõe-se que venha daí a necessidade de fechamento em todos os lados, constituindo-se em uma moldura. Outra diferença é apresentação dos dados ocorrer por um teor esquemático e descritivo, não estatístico, mas que pode contê-lo. A semelhança é que contêm colunas e linhas, mas são predominantemente arranjadas ou reorganizadas por palavras.

Geralmente, de acordo com a ABNT 15287/2011 (Brasil, 2011) o quadro é considerado uma ilustração, utilizado para apresentar dados de teor teórico, além de realizar comparações, classificações e dados numéricos sem tratamento estatístico. É utilizado em pesquisas com

teor qualitativo, portanto figura em seu conteúdo aspectos categorizados ou tabulados pelo pesquisador. Pode apresentar, ainda, uma relação entre a categoria e o valor numérico a ela destinado, ou seja, a quantificação que esta categoria recebeu, determinação da quantidade ou da grandeza de variação entre as categorias, dando a intenção de trazer respaldo para aquilo que se analisa.

8.1.7.4 ILUSTRAÇÕES



A etimologia da palavra ilustração, vem do latim, *illustratio* com o significado sobre o ato de esclarecer.

Consequentemente, a ilustração tem a característica de apresentar uma representação gráfica que tem a intenção de passar uma mensagem, isto é, dá a possibilidade de informar, explicar ou auxiliar no entendimento daquilo que o pesquisador quer evidenciar. De acordo com a ABNT 15287/2011 (Brasil, 2011) é considerada ilustração quaisquer representação gráfica que retratam a melhor maneira de visualização de dados. Ainda, segundo essa norma, é considerada ilustração: desenho, mapa, fotografia, retrato, esquema, quadro, gráfico, fluxograma, organograma, figura, imagem etc.

Podemos considerar que ilustração é uma denominação genérica para um variado material iconográfico. Pode ser utilizado em qualquer parte do trabalho científico, sempre identificando quem é o proprietário da ilustração. Cabe ressaltar que uma ilustração pode ser criada pelo pesquisador para dar mais informação ou para dar mais visibilidade aos resultados e análises desenvolvidos.

8.1.8 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS



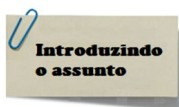
Iniciamos este tópico afirmando que é responsabilidade, científica e social, do pesquisador a divulgação dos resultados alcançados e dos conhecimentos gerados. Entendemos, ainda, que os dados podem ser divulgados, durante e após a conclusão de pesquisa, por meio de informes, ensaios científicos, artigos, capítulos de livros e livros. Vale ressaltar que, quando divulgamos um conhecimento, abrimos espaços para que outros pesquisadores refutem, retifiquem ou ratifiquem aquilo que escrevemos. Devemos estar abertas para quaisquer das possibilidades, sem ressentirmo-nos, mas para ficarmos elogiadas pela explosão de ideias que nossas pesquisas podem gerar e propagar.

Para divulgar é necessário escrever. Alguns pesquisadores sentem-se inseguros nesse momento. Por onde iniciar? Como iniciar? O que divulgar? Essas inquietações são pertinentes e é óbvio que ao escrever somos julgadas, mas faz parte desse movimento científico. O importante é entender como escrever, para que, para quem. Não há necessidade de repetirmo-nos abordando como escrever, pois esse assunto já foi tratado no item 7.2 desse livro, bem como em Mattos (2020). O foco aqui são os meios e como fazê-los para a divulgação dos resultados obtidos em uma investigação.

Vamos compreender primeiro a palavra divulgar, originária do latim *divulgare* é a ação de tornar público, de difundir ou propagar alguma coisa a alguém ou a outrem. Portanto, divulgar é uma ação de desvelar alguma coisa que era desconhecida pelos outros. Podemos, ainda, afirmar que divulgar tem como efeito a ação de tornar-se público, de promover-se, de fazer-se conhecido, aspecto esse que não podemos

nos deixar levar pela arrogância ou pela soberba, mas termos a humildade de que não somos as únicas pessoas que, como “divindades”, produzimos ou apresentamos algum conhecimento novo. Esse entendimento é crucial para que não caiamos por falsos ilusionismos, por ideias colonializadoras tão propagadas em um meio acadêmico-científico hegemônico, seletivo e hierarquizado.

8.1.8.1 COMO DIVULGAR



Isso exposto, vamos caminhar pelos itinerários de como podemos realizar a divulgação dos resultados de pesquisa. Eis-nos aqui retornando a ação de escrever. Para ser bom escritor é necessário ser bom leitor, essa é a premissa central para divulgar os resultados de pesquisa, pois não basta ter resultados, faz-se essencial dialogar com autores que já atuem na área de conhecimento e que darão respaldo àquilo que encontramos. É óbvio que eles já vêm caminhando conosco quando nos disponibilizamos a realizar uma pesquisa.

De acordo com Temporetti (2020, p. 56, tradução livre nossa) para ter acesso e participar de uma comunidade científica faz-se necessário “participar da cultura escrita, particular, dessa comunidade” e de “estar de acordo com as regras do jogo”, caminho que o pesquisador opta quando tem acesso a uma instituição para realizar a continuação de seus estudos a nível de pós-graduação, seja *lato sensu*, seja *stricto sensu*. Consequentemente, ser bom escritor na cultura científica significa que o pesquisador conhece e vai utilizar os procedimentos que essa escrita exige. Temporetti (2020, p. 56, tradução livre nossa) alerta-nos que existe um problema relativo à escrita, ou seja, “há uma diversidade de

modos de criar e de utilizar os textos” que são característicos de cada autor.

Vale ressaltar, como já vínhamos alertando, que a divulgação não ocorre somente ao final da investigação para a apresentação dos resultados, ocorre durante o percurso investigativo. É válido, ao pesquisador, fazer divulgação dos resultados parciais, a fim de obter respaldo em direção ao resultado de pesquisa. Temporetti (2020, p. 57, tradução livre nossa) evidencia que a questão da escrita e da divulgação “não se reduz a uma mera questão de eleger a maneira de escrever que seja mais idônea para comunicar ou difundir os conhecimentos que geraram”, mas trata-se do modo como o pesquisador textualiza ou faz a textualização dos resultados obtidos. O que seria textualização? Entendemos textualização como o processo que o pesquisador transforma as transcrições em um texto com sentido para o meio científico, tomando textualidade como um conjunto de características que possibilita conhecer o texto.

O modo de organizar e ordenar a textualização constitui a marca de cada escritor como sendo única e pessoal. Essa marca é assumida “no modo de pensar, nas maneiras de argumentar, constatar, discutir, relatar” (Temporetti, 2020, p. 57, tradução livre nossa), bem como na própria maneira de escrever. É lógico que existem regras para cada tipo de material produzido, os quais abordaremos no próximo item e com os quais o pesquisador assume responsabilidades éticas e científicas.

Nessa lógica, o primeiro recurso de divulgação é a escrita, já o segundo é a oralidade, pois quanto mais falamos, mais damos destaque àquilo que queremos evidenciar e dar visibilidade no meio acadêmico. Cabe um destaque em que existem uma variedade de línguas com as

quais mantemos contato e dialogamos em nossa produção científica. É óbvio que existem diferentes maneiras de “ler, olhar e de pensar” (Temporetti, 2020, p. 56, tradução livre nossa) sobre um texto e sobre aquela pessoa que divulga esse texto. Oralizar um texto manifesta a ideia de usar a linguagem verbal de maneira que todos compreendam àquilo que é falado. Ao oralizar devemos estar atentos aos sentidos e significados que cada língua pode suscitar no ouvinte.

Entendemos que na interação com os outros e com o mundo há um embate linguístico que movimenta a ligação entre as linguagens. Vyogtsky (2001b, p. 144) alerta-nos que “o sentido de uma palavra é a soma de todos os acontecimentos psicológicos que essa palavra desperta na nossa consciência.” Deste modo, o sentido que damos a determinada palavra está enraizado em nossa estrutura cognitiva, tendo a possibilidade de servir a ancoragem de outros conhecimentos. De acordo com esse autor, o significado é uma zona estável e precisa do sentido. Consequentemente, “esse enriquecimento das palavras pelo sentido que adquirem nos diferentes contextos é a lei fundamental da dinâmica dos significados das palavras” (Vigotsky, 2001b, p. 144) e se o sentido pode mudar, o significado também. Na perspectiva do que foi abordado, tomamos como escritas e oralidades científicas: informes de investigação, ensaios científicos, relatos de experiência, comunicações científicas, artigos ou papers e palestras.

Os informes de investigação são um tipo de escrita que expõe uma pesquisa em andamento. São considerados informes provisórios, com dados primários e com circulação restrita ao ambiente acadêmico científico. Geralmente, é apresentado em eventos científicos pelo pesquisador, angariando contribuições e respaldo para a pesquisa. Já os

ensaios científicos constituem-se de narrativas escritas ou exposições orais os quais possibilitam dar informações, interpretações e explicações sobre a pesquisa em sua fase parcial, evidenciando a maneira de escrever e de falar do pesquisador. É, também, considerado provisório, sendo apresentado em eventos científicos e comunicações científicas. De maneira análoga, os relatos de experiências são semelhantes aos anteriores, diferenciando-se por serem constituídos pela estrutura narrativa descritiva.

As comunicações científicas são trabalhos elaborados, mantendo uma estrutura rígida em que são apresentados os objetivos, problemática, metodologia, referencial teórico e resultados, sejam parciais ou finais. São apresentados em eventos representativos da área em questão. Caracterizam-se por apresentar um conhecimento novo ou um acréscimo na área de estudo, que merece ser arbitrado pelos pares, recebendo contribuições significativas ou não. A comunicação científica é associada à produção, à disseminação e ao uso de informações acerca dos resultados de pesquisa.

Os artigos e papers estão associados às pesquisas finalizadas, destinados às análises dos pares para sua posterior publicação. De acordo com a ABNT NBR 6022/2018 (Brasil, 2018) artigo científico é uma publicação com autoria declarada, de natureza técnica e/ou científica, em que se apresentam e se discutem ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. Ainda, segundo essa norma, os artigos científicos são compostos por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. São submetidos para avaliação por arbitragem – um ou mais especialistas analisam o teor do artigo às cegas – aos periódicos qualificados pela CAPES.

Palestras são realizadas oralmente por uma pessoa experiente ou *expert* na área de conhecimento a que se destina. Geralmente, o palestrante recebe convite para apresentar suas experiências, vivências e resultados de pesquisa por entender-se que agregará contribuição para os futuros e iniciantes pesquisadores, ou mesmo, alguns experientes. Podem ser denominadas por conferências e é uma prática comum em eventos. Geralmente, são proferidas na abertura e/ou no fechamento dos eventos. Contêm muitas informações e é bastante atrativa para os ouvintes, já que apresentam poucos detalhes daquilo que se aborda. Compõem, ainda, uma bateria de perguntas na tentativa de sanar algumas lacunas. Como o expositor é um *expert* na área, cada pergunta acrescenta mais informações a respeito do tema que o palestrante abordou.

8.1.8.2 MEIOS DE DIVULGAÇÃO



Agora que já está evidenciado o como divulgar, vamos abordar os meios para fazer essa divulgação.

Existem algumas possibilidades para divulgar os resultados de pesquisa, tanto parciais quanto finais, a saber: eventos científicos, revistas científicas, capítulos de livros e livros. Na atualidade e em meio a uma pandemia de grandes proporções [iniciamos a escrita deste livro em inícios de 2020 – auge da pandemia do novo coronavírus - e seu término deu-se em inícios de 2022], alguns pesquisadores optaram por divulgar seus trabalhos científicos em *lives*.

Os eventos científicos, tais como: simpósios, seminários, congressos, workshops, são importantes para o pesquisador já que admite a divulgação de resultados parciais e finais, permitindo dar

visibilidade àquilo que está investigando, bem como apresentar a comunidade científica o que já alcançou. Os eventos estimulam a produção e agregam apreciações e sugestões para melhoria da investigação, ainda, em seu percurso. Para além disso, é uma maneira de trocar informações e de ampliar conhecimentos na área de investigação. Nesses eventos o pesquisador tem a oportunidade de entrar em contato com autores de renomes, os quais utiliza com referencial teórico em seu trabalho. Pesquisadores iniciantes devem optar por esse meio de divulgação, o que possibilita angariar espaço e interação científica com demais pesquisadores.

As revistas científicas ou periódicos são um meio de divulgação de suma importância para o pesquisador. São publicações impressas ou online ou podem ter as duas versões. Algumas revistas exigem a versão em inglês ampliando o escopo de abrangência e veiculação dos documentos submetidos. São publicações que têm um espaço de tempo determinado, compõem-se por dossiês e/ou fluxos contínuos. Os textos são avaliados por pares e por arbitragem. De acordo com a ABNT NBR 6023/2018 (Brasil, 2018, p. 2) publicação periódica é definida como uma “publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinitivamente”. Publicam resultados de pesquisas que sejam, de preferência, originais. Uma revista pode ser composta por artigos, relatos de experiências, informes científicos, ensaios e resenhas. Para serem qualificadas pela CAPES devem atender a determinadas regras e normas, critérios para a efetivação de um periódico e com vistas a avaliações externas.

É comum a publicação de resultados parciais ou finais em capítulos de livro. Esses textos são avaliados por pares que compõem o corpo editorial da editora, podem, ainda, haver avaliadores ad hoc. Já os livros, geralmente, são escritos ao final da pesquisa na íntegra ou parte dela. Também, são avaliados por pares por aqueles que compõem o corpo editorial da editora ou ad hoc. Pode, ainda, um pesquisador escrever um livro organizado, estruturando-o com capítulos que tratem do mesmo tema, mas com diferentes autores. Da mesma maneira são avaliados pelo comitê científico da editora, por pares ou ad hoc.

Queremos deixar mais do que evidente o quão importante é fazer a divulgação dos resultados encontrados em uma pesquisa. Como já abordamos é um dever científico e social. É de inteira responsabilidade do pesquisador ou de quem escreve não cometer infrações éticas e plágios. Fica condicionado à publicação aspectos como originalidade, veracidade e rigorosidade científica, bem como ter obtido o aval de um comitê de ética. Se queremos galgar o reconhecimento, temos que dar o devido reconhecimento àqueles que conosco dialogaram, trazendo respaldos para as nossas descobertas.

Vale ressaltar que para escrever é necessário ler. Cada leitura transporta-nos a novos autores, os quais dão-nos a possibilidade de compreender suas ideias, caminhos que percorreram para estruturar seu texto, pensamentos e inquietações que provocaram e finalmente, inquietações e pensamentos que suscitam em nós. Cada escrito é um e cada um caminhou por itinerários diferentes, mas sempre abrem possibilidades de diálogo, de permutas e de encontros ou desencontros.

9

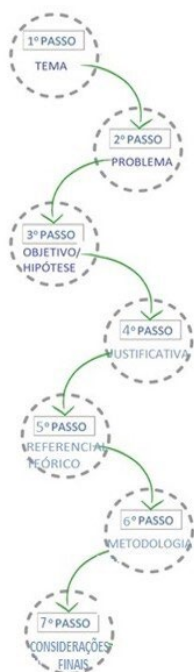
QUARTA ETAPA DA PESQUISA



A quarta etapa da pesquisa é composta pelas considerações finais, a introdução, o resumo, o abstract e as referências contidas no corpo do texto. Temos que ter em mente que é um caminho em direção a finalização de um trabalho científico, seja teórico, seja teórico e prático. Em um texto teórico é essencial estarmos bem fundamentadas, apresentando autores de renomes na área do tema, autores que iniciam seus percursos investigativos também nos auxiliam em nossa reestruturação teórica. É esse percurso que nos possibilitará dar credibilidade àquilo que escrevemos e, ao mesmo tempo, situar o tema no cenário científico.

Já em um texto que é composto tanto pela teoria quanto pela prática, o pesquisador deve ter atenção redobrada, ou seja, em suas análises é importante conter relatos dos participantes, imagens com as quais os leitores possam conhecer um pouco do contexto de investigação, um pouco da história do grupo sociocultural, seus saberes e fazeres são aspectos relevantes para elucidar alguns caminhos que percorremos para alcançar o problema de pesquisa. É óbvio que ao terminar um texto com essas características, devemos tomar alguns cuidados éticos e científicos, deixando exposto somente o que nos for permitido e tiver anuência do grupo sociocultural que investigamos. Devemos lembrar que existe a propriedade intelectual do grupo sobre alguns conhecimentos ancestrais.

Em suma, nas considerações finais são apresentadas as contribuições da investigação, já a introdução apresenta, resumidamente, tudo que fizemos para alcançar nossos resultados. Não podemos esquecer que a introdução, por ser a penúltima parte do trabalho, ela só pode terminar de ser escrita quando a pesquisa já está finalizada ou em vias de ser finalizada. Quando se tem uma introdução “boa”, no sentido de apresentar aspectos importantes da investigação, conseguimos elaborar um “bom” resumo que é última parte do trabalho. É prudente escrever o resumo, olhando para a introdução do trabalho, pois ali já contém aspectos resumidos e que são necessários de serem apresentados. Outro aspecto importante a considerar é que o abstract é uma versão do resumo e não uma tradução literal, pois as línguas são diferentes e podem apresentar sentidos e significados divergentes.



9.1 SÉTIMO PASSO: ELABORAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiro temos que entender o significado dos termos “**considerações finais**”. Ao realizar uma consideração estamos emitindo uma opinião sistemática, rigorosa e criteriosa, após uma exaustiva reflexão crítica a respeito daquilo que buscamos encontrar com nossa investigação. Além do que estaremos embasados nos resultados encontrados, nos autores que dialogamos e nos caminhos que foram sistematizados no percurso investigativo. Considerar vem do latim *considerare*, que advém da junção de duas palavras latinas: *com*, entendido com junto, mais *sidus*, significando

astros. Para considerar era preciso entender os astros, a princípio. Depois a significação modificou-se e passou a ser entendida como examinar atentamente qualquer coisa.

Finais como o nome já induz é a finalização, o término, o encerramento de um trabalho. Etimologicamente vem do latim *finale* que significa a fronteira, o limite, o que podemos inferir que seja o limite extremo para um trabalho, ou seja, o encerramento por analogia. Portanto, é nosso dever dar a conhecer aos pares e aos outros aquilo que encontramos. É o “*gran finale*” (italiano) dando a entender que é a parte emocionante ou impressionante, tanto para o pesquisador quanto para aqueles que terão acesso aos resultados da pesquisa. Consequentemente, diz respeito as contribuições de um trabalho investigativo.

Na ABNT NBR 6022/2018 (Brasil, 2018) as considerações finais fazem parte dos elementos textuais de um trabalho científico. Portanto, é um elemento obrigatório. Ainda, segundo nessa norma, as considerações finais são entendidas como a parte final de um trabalho científico, na qual são apresentadas as conclusões a respeito dos objetivos e hipóteses (Brasil, 2018). Consideramos, ainda, que é preciso constar o alcance ou não da obtenção da resposta do problema de pesquisa, resultados encontrados, lacunas deixadas e futuras pesquisas. Além de uma análise criteriosa do pesquisador sobre aquilo que desenvolveu, ou seja, caminhos facilitadores ou dificultadores no percurso investigativo.

A escrita das considerações finais é algo pessoal, envolve a história de quem a escreve. Inicialmente, ao abordar o tema o autor retoma percursos com os quais conviveu para realizar a investigação, reconstrói as experiências e vivências no contexto de pesquisa, os diálogos com os participantes, as possibilidades, as dificuldades. Todo

esse olhar para o tema, na ânsia de responder o problema de pesquisa, desperta inúmeras emoções e compartilhamentos de conhecimentos, bem como a descoberta de novos conhecimentos.

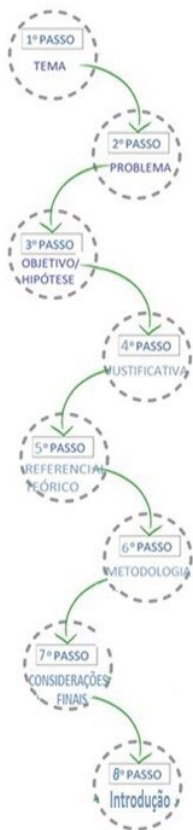
É lógico que, ao escrever as considerações finais, existem regras das quais não podemos fugir e com as quais encerramos nosso trabalho investigativo. Contudo, cada autor, em sua escrita, coloca um pouco de si e, ao colocar-se, evidencia a transformação ocorrida tanto em sua vida acadêmica e científica quanto pessoal e profissional. Após uma pesquisa já teremos um novo olhar para o tema em questão e, conseqüentemente, não seremos as mesmas e os mesmos de quando começamos nossa jornada investigativa.

Para finalizar, cabe ressaltar que utilizamos o termo considerações finais por entendermos que um trabalho nunca está terminado, sempre haverá novos percursos a serem desenvolvidos. Entendemos, ainda, que qualquer trabalho pode ser ratificado, retificado ou refutado, a depender do ponto de vista ou do foco que olhamos para o problema em questão. É óbvio que nosso trabalho não é perdido, tampouco desvalorizado. Devemos entender que, se outros pesquisadores olharam para a nossa problemática, significa que despertamos algo neles, aspecto relevante para prosseguir com as investigações.

Voltando ao nosso entendimento sobre o termo considerações finais, compreendemos que ao utilizar o termo conclusões estamos dando um ponto final, um cheque mate àquilo que investigamos, pois chegamos a algo definitivo. Em algumas áreas de conhecimento isso é pertinente, em outras não. Podemos dizer que não é questão de opção, é questão de entendimento. Assim senso, considerações finais é um

recurso pertinente para prosseguirmos com nossas investigações, ou ainda, abriremos portas para outros investigadores.

9.2 OITAVO PASSO: ELABORAÇÃO DE INTRODUÇÃO



Quando o pesquisador chega nessa etapa da escrita, ele mais do que ninguém sabe tudo que ocorreu antes, durante e depois do processo investigativo. Como já abordamos em Mattos (2020, p. 238) a introdução é “uma visão panorâmica do trabalho e, como tal, é necessário fazer uma explanação rápida, apontando os pontos principais, explorando os tópicos e relatando as razões do desenvolvimento do trabalho”. De acordo com a ABNT NBR 6022/2018 (Brasil, 2018) a introdução é elemento textual e é elemento obrigatório em qualquer trabalho acadêmico científico.

Segundo essa norma, a introdução é a parte inicial de um trabalho científico “na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo” (Brasil, 2018, p. 5). Consideramos elementos essenciais em uma introdução a justificativa da pesquisa, resumo da metodologia e das considerações finais, bem como o encadeamento dado ao trabalho, isto é, os capítulos ou tópicos que compõem o texto.

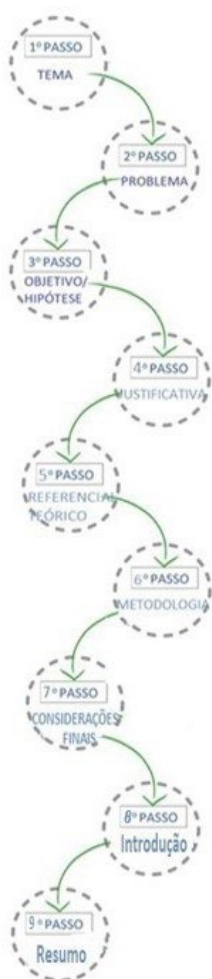
Saber ser sucinto e, ao mesmo tempo, apresentar o que é importante para que o leitor queira ler o trabalho, é imprescindível em

uma introdução. A introdução é a abertura de um trabalho, portanto, deve conter o estritamente necessário. Se voltarmos nosso olhar para a etimologia da palavra introdução, apontamos que é de origem latina *introductione*, significando a ação de levar para dentro, ou seja, o pesquisador vai despertar o interesse do leitor em entrar nos pormenores do texto e compreender como foi realizada a pesquisa.

9.3 NONO PASSO: ELABORAÇÃO DO RESUMO NA LÍNGUA MATERNA

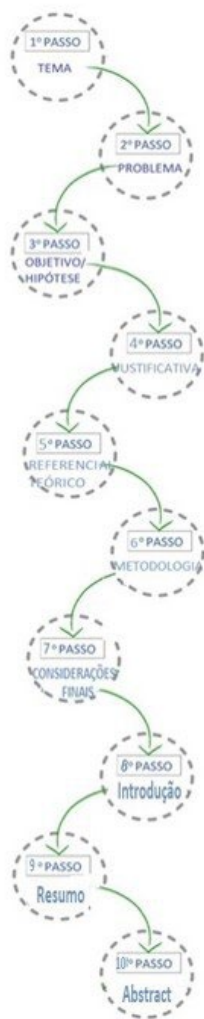
De acordo com a ABNT NBR 6022/2018 (Brasil, 2018) o resumo na língua materna ou vernáculo é um elemento pré-textual, obrigatório em trabalhos acadêmicos científicos, a exceção de capítulos de livros. Em Mattos (2020, p. 244) já afirmamos que “o resumo deve ser elaborado em um único bloco sem recuo de parágrafo, apresentando as ideias de forma sequencial”. Portanto, devemos considerar um resumo eficaz aquele que é elaborado como uma sucinta recapitulação de um extenso trabalho de pesquisa.

Existem normas, as quais devem ser seguidas para elaborar um resumo relevante. Não iremos nos repetir, pois já fizemos essa exposição em Mattos (2020). O importante é ser breve, conter certa quantidade de palavras, as quais não ultrapassem em sua extensão de 500 (quinhentas) para teses e dissertações e de 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta) para monografias e artigos,



além disso, deve apresentar ao final, algumas palavras-chave representativas do trabalho realizado.

Um resumo de qualidade atrai o leitor, instiga-o a leitura e desvela o potencial guardado no teor integral do trabalho. É uma escrita árdua que envolve apresentar não os detalhes, mas o essencial a ser dito sobre a pesquisa.



9.4 DÉCIMO PASSO: ELABORAÇÃO DO RESUMO EM OUTRA LÍNGUA

O resumo em outra língua não é tradução literal do resumo na língua de quem escreve, mas uma versão aproximada daquilo que apresentamos. Isso ocorre devido haver divergências de sentido e significado entre as línguas suscetíveis de serem utilizadas em um resumo em outra língua.

De acordo com a ABNT NBR 6022/2018 (Brasil, 2018) o resumo em outra língua é um elemento pré-textual, vindo logo a seguir do resumo na língua de quem escreve. É um elemento obrigatório, fazendo uma ponte entre o país de origem e os internacionais como meio de divulgação. Segue as mesmas regras do resumo na língua de quem escreve.

Em Mattos (2020, p. 246) pontuamos que “em alguns trabalhos acadêmicos como tese, dissertação e monografia é necessário elaborar o resumo em uma língua estrangeira que pode ser o inglês (Abstract) ou o francês (Résumé) ou

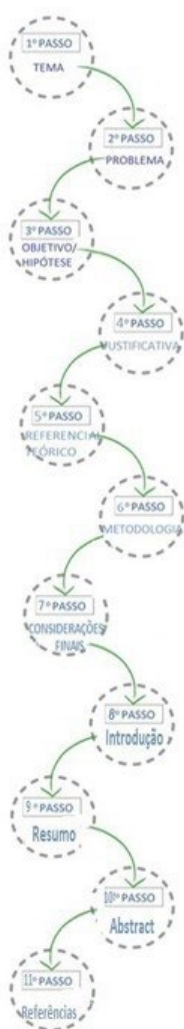
espanhol (Resumen)”. Nada impede que um pesquisador utilize várias línguas estrangeiras em um único trabalho, o que facilita para outros pesquisadores compreenderem o que está exposto no trabalho investigativo. Não há muito o que abordar sobre o resumo em outra língua, pois é regra ter, pelo menos um, em trabalhos acadêmicos científicos. É um recurso que promove a divulgação e é uma troca de

gentileza entre pesquisadores, apesar de pouco encontrarmos resumos em português quando se trata de trabalhos em outras línguas estrangeiras. A maioria opta pelo inglês.

9.5 DÉCIMO PRIMEIRO PASSO: ORGANIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

De acordo com a norma ABNT NBR 6022/2018 (Brasil, 2018) as referências compõem os elementos pós-textuais e são obrigatórias em quaisquer trabalhos acadêmicos científicos. Não nos alongaremos muito devido já ter feito em Mattos (2020). Toda normatização envolve certas regras as quais não podemos fugir, tampouco deixar de apresentá-las.

O que queremos deixar evidente é a necessidade que temos de dialogar com outros autores. Esse diálogo envolve referenciar aquele que nos proporciona caminhar em nossas construções teóricas a respeito do tema que investigamos. Queremos, ainda, ressaltar que somos construídas, desconstruídas e reconstruídas



nesse constante diálogo entre os pares, parceiros de viagem investigativa.

Não há como escapar a tal diálogo, tampouco escrevermos sozinhos, pois pouco surtiria resultado, poderíamos até cair em achismos e convicções que não são inerentes a um pesquisador. Para além disso, as referências são organizadas alfabeticamente, podendo seguir ou não a ordem cronológica da evolução dos trabalhos escritos por diferentes autores ou de um mesmo autor com diferentes entendimentos a respeito de um mesmo tema. Atualmente, devemos seguir a ABNT NBR 10520/2023 (Brasil, 2023).

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALASZEWSKI, Andy. **Using Diaries for Social Research**. London: Sage, 2006. (Introducing Qualitative Methods Series).
- ALBERTI, Verena. **Manual da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ANDRADE, Maria M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. Estela dos Santos Abreu. 5. reimp. Rio de Janeiro: Contrapontos, 2005.
- BADLEY, Graham. Publish and be doctor-rated: the PhD by published work. **Quality Assurance in Education**, v. 17, n. 4, p. 331-342. 2009.
- BAILEY, K. D. **Methods of social research**. 4th ed. New York: The Free Press, 1994.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELL, Judith. **Projeto de Pesquisa: Guia para Pesquisadores Iniciantes em Educação, Saúde e Ciências sociais**. Trad. Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

- BICUDO, Maria Aparecida V. Pesquisa qualitativa fenomenológica: interrogação, descrição e modalidades de análises. In: BICUDO, Maria Aparecida V. **Pesquisa qualitativa: segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 41-52.
- BRASIL. Ministério da saúde. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. CNS: Brasília, 1996.
- BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação – Projeto de Pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – apresentação. Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2023.
- BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- BRASIL. Ministério da saúde. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196/96. CNS: Brasília, 2012.
- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. Porto Alegre: ESTEF, 2012.
- CASTILHO, Ataliba T. (org.). **Gramática do português falado**. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3. ed. Brasília: Unesp, 2009.
- COLLAÇO, Vera. Pesquisa Científica: Recortes contemporâneos do passado. Congresso da ABRACE, 11., 2009. **Anais ABRAPE**, v. 10, n.1, 2009.
- COLTON, David; COVERT, Robert W. **Designing and constructing instruments for social research and evaluation**. United States of America: John Wiley & Sons, Inc, 2007.

CRESWELL, John W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 3. Ed. United States of America: Sage, 2009.

D'AMBROSIO Ubiratan. **Etnomatemática**: uma proposta pedagógica para a civilização em mudança. Palestra de encerramento do Primeiro Congresso Brasileiro de Etnomatemática. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1-4 de novembro de 2000.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DICKMANN, Ivanio. As dez características de uma carta. In: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo. (org.). **Cartas pedagógicas**: tópicos epistêmico-metodológicos na educação popular. 1. ed. – Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; v. 2).

DOURADO, Zilda. Pensando a capoeira dentro do ecossistema cultural: algumas reflexões iniciais. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 03, n. 01, p. 96-114, 2017.

DUKE, N. K.; BECK, S.W. Research news and comment: Education should consider alternative formats for the dissertation. **Educational Researcher**, v. 28, n. 3, p. 31-36, 1999.

DUFFY, Meghan. Some Advice for PhD Students and Their Mentors in the Time of Coronavirus. **Blog Dynamic Ecology**, 2020. Disponível em: <https://dynamicecology.wordpress.com/2020/03/15/some-advice-for-phd-students-and-their-mentors-in-the-time-of-coronavirus/#more-60602>. Acesso em 06 jun 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. [rev.]. São Paulo: Saraiva, 2006.

FALKEMBACH, ELZA M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e educação**, v. 2, n. 7, p. 19-24, 1987.

FAST, Julius. **A linguagem do corpo**. Trad. Maria Lúcia Leite Rosa. São Paulo: Nobel, 1999.

FERREIRA, NORMA S. A. As pesquisas denominadas “Estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, 2002.

FIOCRUZ. Site da Fundação Osvaldo Cruz. **Pesquisa e ensino** - envolvendo seres humanos. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/envolvendo-seres-humanos>. Acesso em 14 nov. 2020.

- FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In: FLICK, Uwe; VON KARDORFF, Ernst; STEINKE, Ines. **A Companion to qualitative research**. Trad. Bryan Jenner. London: SAGE, 2004a. p. 178-183.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004b.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANK, Alejandro G. Formatos alternativos de teses e dissertações. **Ciência Prática**, s.p., 2013. Disponível em: <https://cienciapratica.wordpress.com/2013/04/15/formatos-alterativos-de-teses-e-dissertacoes/>.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 9. ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2002.
- FURASTÉ, Pedro A. **Normas técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação. 14. ed. Porto Alegre: s.n, 2008.
- FURTADO, Lumena A. C.; FEGADOLLI, Claudia; CHIORO, Arthur; NAKANO, Anderson K.; SILVA, Cristiane G.; PAULA, Liana; SOUZA, Luciana R.; NASSER, Mariana A. Caminhos metodológicos de pesquisa participativa que analisa vivências na pandemia de Covid-19 em populações vulneráveis. **Saúde em debate**, preprint, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1533>.
- GATTI, Bernardete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. (Série Pesquisa em Educação, v. 10).
- GATTI, Bernardete A. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **EccoS Revista Científica**, v. 1, n. 1, p. 63-79, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIVEN, Lisa M. (ed.). **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. v. 1 e 2. London: SAGE, 2008.
- GREGOLIN, Maria do Rosario V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

- JANCZURA, Gerson Américo *et al.* Normas de associação livre para 1004 palavras do Português Brasileiro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. esp., pp. 1-7, 2016.
- JONG, Stephannie T. Netnographic research of online communities and culture. In: CHOU, Mark (ed). **Proceedings of The Australian Sociological Association Conference** – TASA 2016. The Australian Catholic University, Fitzroy, Melbourne, 28 Nov – 1 Dez 2016.
- KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. (org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014. p.15-41.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. New Jersey: Princeton University, 1994.
- KIRCHHOF, ANA L. C.; MAZZA, VERÔNICA A.; ALEXANDRE, ANA M. C.; SARQUIS, Leita M. M. Trabalho de campo em pesquisa quantitativa na perspectiva dos entrevistadores: análise qualitativa. **Cogitare Enferm.** v. 17, n. 2, p. 284-289, 2012.
- KREMER, J. M. Ética em pesquisa: um tema para reflexão. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 158-179, 1982.
- LÉVI, Pierre. **O que é o virtual?** Trad. Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- LÉVI, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Ireneu da Costa. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- LEWGOY, Bernardo. A invenção da (ciber)cultura – Virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. **Civitas**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 185-196, 2009. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/25530458.pdf>. Acesso em 13 jun 2021.
- LINDÓN, Alicia. Narrativas autobiográficas, memoria y mitos: una aproximación a la acción social. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. II, n. 6, p. 295-310, 1999. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11100607>. Acesso em 04 dez. 2020.
- LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (ed.) **Pesquisa qualitativa com texto – imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedro A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 137-155.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MATTOS, Sandra M. N. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- MATTOS, Sandra M. N. Comportamentos expressos pelo professor de matemática em sala de aula: a visão dos alunos brasileiros do ensino fundamental II. **Acta Latinoamericana de Matemática Educativa** – Alme, v. 31, n. 1, p. 741-748, 2018.
- MATTOS, Sandra M. N. Comportamentos expressos pelo professor de matemática em sala de aula: a visão dos alunos brasileiros do ensino fundamental II. REUNIÓN LATINOAMERICANA DE MATEMÁTICA EDUCATIVA - Relme, XXXI, 2017, Lima. **Resúmenes...** Lima: Universidad de Lima, 2017.
- MATTOS, Sandra M. N. Sentimentos sobre os professores de matemática: a visão dos alunos do ensino fundamental II. CONGRESO ARGENTINO DE EDUCACIÓN MATEMÁTICA – CAREM, XII, 2016, Buenos Aires. **Resúmenes ...** Buenos Aires: Instituto del Profesorado Sagrado Corazón, 2016.
- MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MOURA, Adriana F.; LIMA, Maria G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v.23, n.1, p. 98-106, 2014.
- MUSSI, Ricardo F. F.; FLORES, Fábio F.; ALMEIDA, Claudio B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

- MUTTI, Gabriele S. L.; KLÜBER, Tiago E. Formato multipaper nos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros nas áreas de Educação e ensino: um panorama. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 5., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, 2018. p. 1-13.
- MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (ed.) **Pesquisa qualitativa com texto – imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedro A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 271-292.
- NÓVOA, António; FINGER, Mathias. (org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Trad. Maria Nóvoa. 2. ed. Natal: EDUFRRN, 2014.
- OLIVEIRA, Maria M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PANHOCA, Ivone; RIBEIRO, Vanessa V.; BAGAROLLO, Maria F. Relatos orais de sujeitos afásicos sobre (suas) afasias. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 251-265, 2016.
- PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**, v. 33, n. 33, p. 111-125, 2016. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/688>. Acesso em 04 dez. 2020.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (org.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- PINHEIRO, Leandro R. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem Etnográfica. **Pro-posição**, v. 31, [online], p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0041>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- PINK, Sarah; HORST, Heather; POSTILL, John; HJORTH, Larissa; LEWIS, Tania; TACCHI, Jo. **Digital Ethnography – Principles and Practice**. London: Sage, 2016.
- PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10.pdf>. Acesso em 19 nov. 2020.

- PONTES, Adéle M.; SOUZA, Clarisse S.; BARBOSA, Simone D. J. Organização Conversacional: inspeção das representações na Wikipedia. LATINAMERICAN CONFERENCE ON HUMAN-COMPUTER - CLIHC'05, Cuernavaca, México, 2005. In: **Proceedings of the 2005 Latin American conference on Human-computer interaction**, p. 235–245, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental org. Ed. 34, 2005.
- RICHARDSON, Roberto J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RIGOTTO, Raquel Maria. As Técnicas de Relatos Oraís e o Estudo das Representações Sociais em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, n. 1, p. 116-130, 1998.
- RODRIGUES, Ana Vera F.; CRESPO, Isabel M.; MIRANDA, Celina L. Ética em pesquisa e publicações científicas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 33-50, 2006.
- RODRIGUES, Ângela C. S. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, Dino. (org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999. (Projetos Paralelos, v. 1). p. 13-32.
- RUIZ BOLÍVAR, Carlos. El enfoque multimétodo en la investigación social y educativa: Una mirada desde el paradigma de la complejidad. **Revista de Filosofía y Socio Política de la Educación**, n. 8, ano 4, p. 13-28, 2008. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2785456>. Acesso em 14 nov. 2020.
- SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Ferramentas).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SARANGO, Luis F. Pluriversidad, interculturalidad y acceso a la universidad: el caso del Ecuador. Ponencia presentada en el Seminario Encuentro de Saberes de las Universidades. Bases para un diálogo interepistémico. **Memorias...** Universidade de Brasília. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), junio del 2015.

- SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. **Research Methods for Business Students**. 4. ed. London: Pearson Education, 2007.
- SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SIEBER, J. E. Planning ethically responsible research. In: BICKMAN, L.; ROG, D. J. (Eds.). **Handbook of applied social research methods**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998. P. 12-156.
- SILVA, Regina B. L. **A roda da conversa na educação infantil**: a constituição da criança como sujeito. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2016.
- SPINDOLA, Telma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Rev. Esc. Enferm. USP**. V. 37, n. 2, 2003. p. 119-26.
- SPINK, Peter K. Ética na pesquisa científica. **GVexecutivo**. Especial Ética em tempos de crise, v. 11, n. 1, p. 38-41, 2012. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/download/22798/21560>. Acesso em 14 nov. 2020.
- TEMPORETTI, Félix. Escritura y producción científica en la psicología. In: MENIN, Ovide; TEMPORETTI, Félix. **Reflexiones acerca de la escritura científica**: investigaciones, proyectos, tesis, tesinas y monografías. Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2020. p.53-67. ett
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. 5. ed. 18. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. (Psicologia e pedagogia).
- VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. Versão E-Book, 2001b.
- WILKINSON, David; BIRMINGHAM, Peter. **Using Research Instruments**: a guide for researchers. London: Routledge Falmer, 2003.
- ZAPPELLINI, Marcello Beckert; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/5335/533556754005.pdf>. Acesso em 10 mar 2021.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

O livro *Conversando sobre metodologia da Pesquisa Científica – vol. 2* pode ser considerado uma continuação do vol. 1. É um livro que possibilita aos estudantes de graduação e pós-graduação, assim como os professores, ter um olhar atento para o desenho da pesquisa, observando quais os melhores caminhos seguir para obter êxito em suas investigações. Além disso, com a pandemia estabelecida pelo coronavírus, foi possível apresentar algumas abordagens desenvolvidas via online e dar caminhos para a continuação das pesquisas já iniciadas. É intenção da autora, com a publicação deste livro, tornar os caminhos metodológicos menos desafiadores. O foco do livro *Conversando sobre metodologia da Pesquisa Científica – vol. 2* foi trazer os diferentes passos de uma investigação, detalhando-os para que o futuro pesquisador se sinta mais seguro e consiga fazer um projeto de pesquisa ou uma pesquisa em campo, observando os pequenos detalhes que a envolve, sanando dúvidas e abrilhantando seu trabalho. Assim, a autora espera que este livro envolva o leitor e o conduza por percursos orientadores e sustentáveis de pesquisa.



editora *fi*.org

